

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO PAULO DE ASSIS

Do Ayiti pérola das antilhas ao Haiti laboratório para o mundo: um estudo
do país na divisão internacional do trabalho

MARINGÁ
2020

JOÃO PAULO DE ASSIS

**Do Ayiti pérola das antilhas ao Haiti laboratório para o mundo: um estudo
do país na divisão internacional do trabalho**

Dissertação apresentado à Banca de Defesa ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para adquirir o título de Mestre.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Meire Mathias

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Assis, João Paulo de

A848d

Do Ayiti pérola das antilhas ao Haiti laboratório para o mundo : um estudo do país na divisão internacional do trabalho / João Paulo de Assis. -- Maringá, PR, 2020.
128 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Meire Mathias .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, 2020.

1. Haiti - Migração. 2. Migração haitiana. 3. Haitianos - Exploração do trabalho .
4. Estado haitiano - Relações internacionais. I. Mathias , Meire, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais. III. Título.


CDD 23.ed. 972.94

JOÃO PAULO DE ASSIS

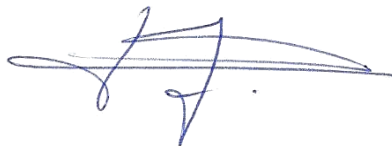
Do Ayiti pérola das antilhas ao Haiti laboratório para o mundo: um estudo do país na divisão internacional do trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

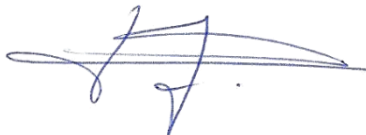
COMISSÃO JULGADORA



Prof.ª Dr.ª Meire Mathias
Universidade Estadual de Maringá
(Presidente)



Prof. Dr. Hilton Costa
Universidade Estadual de Maringá
(UEM)



Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Aprovada em 3 de junho de 2020

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 - PGC

AGRADECIMENTOS

A tarefa de realizar uma pesquisa dentro do campo de conhecimento das Ciências Sociais, é uma tarefa árdua que necessita de muita dedicação do pesquisador, pois, para além do rigor científico necessário, precisa disputar os espaços de atuação profissional, demonstrando que é uma forma de conhecimento necessário e útil.

Pesquisar sobre a América Latina através de uma perspectiva de pensamento crítico, partindo de autores latino-americanos, foi um esforço militante que buscou romper com a colonização do conhecimento presente nas universidades brasileiras, e que renega a originalidade do nosso pensamento, em troca de uma super valorização das modas acadêmicas que vem da Europa e América do Norte.

Essa pesquisa contou com a contribuição da CAPES, que através do seu apoio financeiro, permitiu a dedicação total a pesquisa, durante um período da sua realização. Bem como, gostaria de agradecer a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PGC-UEM, que através do Junior esteve sempre de prontidão para resolver e orientar nos procedimentos burocráticos.

Da mesma maneira não poderia deixar de agradecer aos professores e professoras da graduação que contribuíram muito com a minha formação acadêmica, correndo o risco de cometer injustiças, gostaria de agradecer nominalmente o camarada Pedro Jorge por estar sempre à disposição para conversar e contribuir para a compressão da realidade, ao longo desses anos, bem como a professora Meire Mathias que foi também a minha orientadora, e com o seu excelente cronograma de trabalho, bem organizado, transformou essa pesquisa em uma ótima experiência, dando total autonomia de trabalho.

Gostaria de lembrar aqui dos caros membros do GEPPEAL, que para além de referências bibliográficas, contribuíram ativamente ao processo da construção dessa pesquisa.

Sou muito grato aos professores Hilton Costa e Eliel Machado pelas suas contribuições durante a defesa, que mesmo no meio da pandemia do Covid-19, tiveram paciência na leitura, e recomendaram dar continuação nessa pesquisa. O mesmo se deu com o professor Rodrigo Bischoff ao participar da banca de qualificação.

Por fim, agradeço a minha companheira de militância e vida, Taiane que não apenas passou por esse processo ao longo desses dois anos ao meu lado, como também foi quem incentivou-me a realizar o mestrado, e foi a minha maior crítica, fazendo-me avançar cada vez mais, mesmo que as vezes as suas cobranças fossem maiores do que da minha orientadora, muito obrigado por tudo, gracias a la vida por ter te conhecido.

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me dio dos luceros, que cuando los abro
Perfecto distingo lo negro del blanco
Y en el alto cielo su fondo estrellado
Y en las multitudes el hombre que yo amo

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el oído que en todo su ancho
Graba noche y día, grillos y canarios
Martillos, turbinas, ladridos, chubascos
Y la voz tan tierna de mi bien amado

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con el las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano, y luz alumbrando
La ruta del alma del que estoy amando

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies cansados
Con ellos anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montañas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu patio

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me dio el corazón que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano
Cuando miro al bueno tan lejos del malo
Cuando miro al fondo de tus ojos claros

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es mi mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto
Gracias a la vida que me ha dado tanto

Gracias a La Vida
Violeta Parra

Do Ayiti pérola das antilhas ao Haiti laboratório para o mundo: um estudo do país na divisão internacional do trabalho

RESUMO

Neste estudo buscamos analisar os ciclos migratórios haitianos, em seus diferentes períodos históricos, centralizando o estudo a partir de 2010, quando o Brasil se torna rota significativa para esses emigrantes. Deste modo, indagamos qual o papel do Estado haitiano nesse processo de diáspora da sua população, transformando esses emigrantes em força de trabalho de baixo custo, assumindo um papel dependente periférico na divisão internacional do trabalho e contribuindo para o atual estágio de acumulação capitalista mundial. Nesse sentido, utilizamos o marco teórico metodológico gramsciano para pensar dentro das relações internacionais, a partir da perspectiva de que existem relações hegemônicas entre os países, configurando categorias centro e periferia no sistema internacional capitalista, e que essas relações se reproduzem tanto em esferas globais como tem seus impactos internos, resultando em relações de exploração.

Palavras-chave: Estado; Haiti; Exploração do trabalho; Migração haitiana.

From Ayiti pearl of the antilles to Haiti laboratory for the World: a study of this country in the international division of work

ABSTRACT

In this study we seek to analyze the Haitian migratory cycles, in their different historical periods, centralizing the analyzes from 2010, when Brazil becomes a significant route for these emigrants. Thus, we question the role of the Haitian state in this process of diaspora of its population, transforming these emigrants into low-cost labor force, assuming a peripheral dependent role in the international division of labor and contributing to the current stage of world capitalist accumulation. In this way, we use the gramscian methodological theoretical framework to think within international relations, from the perspective that there are hegemonic relations between countries, configuring center and periphery categories in the international capitalist system, and that these relationships reproduce both in global spheres and have their internal impacts, resulting in exploitative relationships.

Keywords: State; Haiti; Exploitation of work; Haitian migration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- República do Haiti e República Dominicana	23
Bandeira 1- República do Haiti	31
Imagem 1- Trabalhadores Informais	100

GRÁFICOS:

Gráfico 1- Importância das Remessa para o PIB do Haiti entre 2005 a 2014.....	34
Gráfico 2- Solicitação de Refúgio pelos haitianos no Brasil de 2010 a 2018	88
Gráfico 3- Taxa média anual de informalidade no Brasil por estado em 2019	98
Gráfico 4- Evolução do saldo emprego formal no período de 2009 a 2013.....	99
Gráfico 5- Número de autorização de trabalho concedidas, segundo sexo, Brasil, 2011 a 2018	105
Gráfico 6- Economia dos salários baixos	109

QUADROS:

Quadro 1- Acordo do Estado haitiano para enviar emigrantes para trabalhar em plantações de açúcar.....	40
Quadro 2- Principais motivos para a escolha do Brasil como destino	45
Quadro 3- Missões internacionais no Haiti de 1993 a 2017	57

TABELAS:

Tabela 1- Número total de migrantes no Brasil, por ano de registro de 2010 a 2018.....	101
Tabela 2- Número de Carteiras de Trabalho emitidas para os imigrantes, por ano e país de origem de 2010 a 2018	103
Tabela 3- Movimentação de trabalhadores haitianos no mercado de trabalho formal, segundo principais ocupações de haitianos no ano de 2018.....	106
Tabela 4- Movimentação de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal, segundo ano de movimentação de 2011 a 2018.....	107

LISTA DE SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ADIH – Associação dos Industriais Haitianos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BINUH – Escritório Integrado da ONU no Haiti

BNDES- O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CARICOM – Comunidade do Caribe

CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CIRH – Comissão temporária para a reconstrução do Haiti

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas CSNU

CPF – Comprovante de Pessoa Física

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

DOU – Diário Oficial da União CONARE

FASCH – Faculté des Sciences Humaines

FFMD – Fundo Fiduciário Multi Doadores

FIP – Força Interamericana de Paz

FMI – Fundo Monetário Internacional

GARR – Grupo de Apoio aos Refugiados e Repatriados

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

HADC – Haytian Products Company

HASCO – Haytian American Sugar Company

HUEH – Hospital da Universidade Estadual do Haiti

IHSI – Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique

IPPDH – Instituto de Políticas Pública em Direitos Humanos

MHAVE – Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

MICAH – International Civilian Support Mission in Haiti

MICIVIH – Mission Civile Internationale en Haïti

MIF – Multinacional Interina

MINUJUSTH – Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti

MIPONUH – United Nations Civilian Police Mission in Haiti

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEА – Organização dos Estados Americanos

OIM – Organización Internacional para las Migraciones

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organismos Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PARDN – Plano de Ação para Reerguer e Desenvolver o Haiti

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNH – Polícia Nacional Haitiana

PT – Partido dos Trabalhadores

UEH – Universitéd' Étatd' Haïti

UNMIH – Missão das Nações Unidas no Haiti

UNSMIH – United Nations Support Mission in Haiti

UNTMIH – United Nations Transition Mission in Haiti

UPP – Unidades de Polícia Pacificadora

SUS – Sistema Único de Saúde

Sumário

Introdução	14
1. A transformação de pérola da Antilhas ao país mais pobre da América Latina: Haiti, da glória à tragédia	19
1.1 Da barbárie a liberdade (Século XV a XIX).....	20
1.2 Fluxos Migratórios haitianos (século XX).	34
1.3 Brasil como destino dos emigrantes haitianos (século XXI).....	42
2. Atuação internacional no Haiti e a construção da hegemonia dominante	48
2.1 intervenções internacionais no Haiti.....	49
2.2 A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)	60
2.3 Depois da MINUSTAH	75
3. Os Imigrantes haitianos no Brasil	80
3.1 A Entrada.....	82
3.2 Mudanças na Política Migratória brasileira	86
3.3 A incorporação dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho.....	96
Considerações Finais	111
Referências Bibliográficas	114

Introdução

O Haiti talvez seja um dos países latino-americanos mais desconhecido pelos brasileiros. Não conhecem a sua história enquanto nação, assim como, pouco sabem da sua rica e alegre cultura, ou até mesmo das suas belezas naturais, dádivas de um país banhado pelo mar caribenho. Mesmo aqueles que, a partir da convivência com os haitianos que começaram a chegar em número expressivo no Brasil, se sentiram provocados a buscar informações sobre esse país, provavelmente encontraram indicações sobre este com o título de país mais pobre da América Latina. Ou como veremos ao decorrer dos capítulos deste trabalho, informações de como o país não tem apreço pela democracia ocidental e sobre as catástrofes naturais que o devastam sendo consequências de um castigo divino, pelo simples fato deste adorar ao diabo através do Vodú¹.

O que serviu de motivação para realização dessa pesquisa foi a curiosidade de observar o diferente em uma cidade do interior do Paraná, a cidade de Paiçandu, minha cidade de origem, no ano de 2014 quando ainda estava na graduação do curso de Ciências Sociais, comecei a observar um número considerável de haitianos que começaram a circular pela cidade, e particularmente se encontravam em posto de combustível perto da minha então residência, sempre falando no telefone em tom mais elevado e uma linguagem diferente do que o costume da pequena cidade, a partir desse momento me senti provocado a buscar informações que fugissem do senso comum sobre esses imigrantes e seu país de origem, me encantado e revoltado a cada avanço nos estudos, como uma história tão impactante não era amplamente conhecida, assim foi se delineando os caminhos e o objeto desta pesquisa, quase como um acaso.

O grande desafio dessa dissertação é o de realizar uma análise histórico-social sobre o Haiti, tentando combater o racismo ocidental que o permeia, compreendendo-o na sua totalidade histórica e analisando desde os seus momentos de glória, até os momentos marcados por tragédias e contradições sociais que se manifestam no metabolismo social haitiano.

Este país caribenho fica localizado na América central e, segundo Meire Mathias e Raony Palicer (2018), além de estar localizado bem no centro geográfico das Américas, também tem uma grande importância geoestratégica no mundo contemporâneo para o sistema internacional.

¹ Apesar dos cativos de São Domingos serem forçados a adotar a religião dos senhores coloniais e batizados como católicos apostólicos romanos, eles criaram o Vodú como a sua religião, sendo uma forma de resistência a dominação (SEGUY, 2014).

Quando olhamos para a América Latina e as vinte nações que a compõe, podemos nos indagar a partir das reflexões que Jorge Abelardo Ramos (2014) nos coloca, de que será que realmente são países diferentes, ou essa região é formada por uma grande nação dilacerada? Diante disso, propomos fazer o leitor pensar que nós latino-americanos temos muito mais em comum e motivos para nos aproximarmos, apesar de nossas particularidades históricas, culturais e sociais, do que motivos para nos mantermos distantes. Ao nosso entendimento e assim como cunharam os libertadores da América Simon Bolívar e José de San Martín, deveríamos ser uma grande nação unida.

O Haiti nos contempla com uma experiência única na história da humanidade, passando de uma colônia formada majoritariamente por pessoas negras escravizadas, para uma república independente em pleno começo do século XIX, momento histórico em que predominava o sistema colonial escravista. Formando, assim, a primeira república negra fora da África que resiste até hoje, e como nós lembra Franck Seguy (2014), é o único país que foi colonizado onde o seu povo não fala a língua do antigo país colonizador.

A revolução haitiana foi pioneira na luta anticolonial e antiescravista, resistindo às principais potências imperialistas hegemônicas, em pleno processo de acumulação primitiva do capital, que tinha como características o seu sistema produtivo baseado na estrutura do trabalho escravo e a exploração das riquezas das colônias.

Ou seja, o Haiti foi o primeiro país latino-americano a conquistar a sua independência, contribuindo, assim, para a luta pela independência em todo o resto do continente. Além disso, foi pioneiro na luta pela abolição do sistema escravista, assim como é a única experiência histórica de insurreição de pessoas escravizadas vitoriosa.

Como consequência, a resiliência do povo haitiano nunca foi aceita pelos países imperialistas hegemônicos, que reagiram com o isolamento do país nas relações internacionais e o desprezo pela sua história na luta contra o fim do sistema escravista. Bem ao estilo ao que Eduardo Galeano (2010) define como o pecado original, ou seja, as conquistas da independência e da liberdade.

O castigo ao Haiti foi usado pelos países imperialistas hegemônicos como exemplo para as colônias, assim como hoje é lembrado para as neocolônias de Porto Rico, Guiana-francesa, as Ilhas Malvinas, etc. “Querem ser independentes? Olhem para o país mais pobre do continente, eles foram independentes!”

A revolução haitiana foi tão impactante para a América Latina que a revolução cubana foi vista como um novo haitianismo², Thomas Jefferson e Napoleão Bonaparte e toda a elite da América, tiveram tanto medo do haitianismo, como posterior a elite teve do comunismo (PORTO-GONÇALVES,2005).

Consideramos que a importância histórica da luta anti-imperialista e por libertação do Haiti no início do século XIX, é tão importante quanto a experiência histórica da revolução Russa do século XX. Mas ao nosso entendimento, a revolução haitiana, apesar de ser um marco histórico na luta anticolonial e ter influenciado nas lutas pela independência, não é lembrada da forma que deveria, nem mesmo pela esquerda latino-americana. Assim como, parte da esquerda latino-americana não compreendeu o processo que estava se desenvolvendo no Haiti no início do século XXI, e apoiou o golpe dos países imperialistas hegemônicos no governo do presidente eleito Jean-Bertrand Aristide, inclusive enviando as suas tropas para manter o país ocupado por militares estrangeiros.

O Brasil, particularmente, não apenas participou ativamente da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), como também comandou o seu componente militar, realizando o trabalho terceirizado dos países imperialistas hegemônicos, e desenvolvendo uma operação de guerra em um país que não estava em guerra.

Essa não foi a primeira vez que o Brasil ocupou militarmente a ilha de São Domingos a serviço do imperialismo. Em 1965 o Brasil, vivenciando uma Ditadura Civil-Militar, adotou nas suas diretrizes de política externa, alinhar-se novamente com os Estados Unidos e enviou soldados para apoiar a ocupação ianque no país vizinho do Haiti, a República Dominicana, que dividem a mesma ilha. Sob o prisma de operação de paz, a Organização dos Estados Americanos (OEA) a serviço do imperialismo criou a Força Interamericana de Paz (FIP)³, para intervir no cenário político do país, temendo o avanço da esquerda comunista e a criação de uma nova Cuba⁴.

² Para aprofundar, consulte SÁ, Miguel Borba de. *Haitianismo: colonialidade e biopoder no discurso político Brasileiro*. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2019.

³Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/_____/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/50-aniversario-da-missao-pacificadora-na-republica-dominica-1>. Acesso em: 19 ago. 2019.

⁴ O ditador dominicano Rafael Trujillo, foi o assassinato em 1961, e sucedido pelo Juan Bosch, do Partido Revolucionário Dominicano, eleito presidente em dezembro de 1962, com adoção de políticas a esquerda, Bosch logo foi deposto por um golpe militar, em 1965, um grupo de jovens oficiais das Forças Armadas, pró-Bosch, conhecidos como "Constitucionalistas", exigiu o regresso do presidente constitucionalmente eleito, ocasionando um cenário de confronto armado interno. FONTE: BBC BRASIL. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/05/150522_soldados_faibras_brasil_dominicana_lgb>. Acesso em: 19 ago. 2019.

A partir das palavras de Karl Marx (2014), na sua obra o *18 de brumário de Luís Bonaparte*, quando coloca que “a primeira vez a história se apresenta como tragédia e a segunda como farsa”, podemos refletir que a primeira vez que o Brasil enviou os seus soldados a serviço do imperialismo para ocupar essa ilha caribenha com o discurso de “operação de paz” foi uma tragédia para a população dominicana, assim como, a segunda vez, depois de trinta e nove anos, com o mesmo discurso de “operação de paz”, foi uma farsa, que pretendia manter o Haiti dependente e subalterno aos interesses imperialistas.

Novamente, acreditamos que parte da esquerda latino-americana esqueceu do Haiti, já que quando denuncia as tentativas e golpes imperialistas do século XXI no continente, lembram apenas dos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Manuel Zelaya de Honduras, Rafael Correa no Equador, Fernando Lugo no Paraguai, Dilma Rousseff no Brasil, mas esquecem do contra Jean-Bertrand Aristide, no Haiti, talvez, porque parte desses governos, como no caso do Brasil, apoiou o golpe imperialista no Haiti.

Diante disso, o objeto desta pesquisa é estudar os grandes fluxos migratórios haitianos, e seus desdobramentos, já que consideramos as migrações subprodutos de expansão imperialista do capital, coma função de baratear a força de trabalho e criar um exército de reserva de trabalho. Na particularidade dos haitianos no Brasil, a xenofobia é parte da manifestação racista e também não pode ser descolada da economia.

O movimento migratório faz parte da história da humanidade. Entretanto, hoje vivemos uma grave crise migratória, que, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) Brasil através da publicação “*Guia para comunicadores: Migrações, Refúgio e Apatridia (2019)*”, os dados indicam que no mundo existem cerca de 250 milhões de migrantes internacionais, ou seja, pessoas que vivem em países distintos dos que nasceram, sendo que desses, mais de 68 milhões encontram-se em situação de deslocamento forçado.

Os instrumentos analíticos metodológicos que permeiam essa pesquisa, são fornecidos pela teoria do materialismo histórico de Marx. Esse nos permite olhar para o Haiti na sua totalidade histórica. Assim como a utilização das concepções do marco gramsciano das relações internacionais nos possibilitam compreender que a relação entre a dimensão interna e externa do Estado são indissociáveis, já que Estado nacional é indissociável da sua dimensão externa. O que nos possibilita a construção de uma análise crítica da política internacional, bem como das relações de poder.

Desta forma, no primeiro capítulo da pesquisa, buscamos analisar o Estado no Haiti e seu papel na divisão internacional do trabalho e de que modo a migração do seu povo serve ao processo de acumulação do capital. Também, objetivamos analisar os fatores estruturais que

causam a migração haitiana, enfatizando a partir do terremoto de 2010, quando o Brasil se tornou um importante destino para esses emigrantes. Ainda, ensaiamos problematizar o que transformou o Haiti de pérola da Antilhas em o país mais pobre da América Latina.

No segundo capítulo, ponderamos que os motivos da intervenção internacional no Haiti é de impedir uma migração massiva, para manter a sua população presa na ilha e permitir a migração apenas de acordo com a necessidade do capital, determinada pela força de trabalho mais qualificada para os países centrais e menos qualificada para países periféricos, mantendo a migração sobre “controle” e dirigida. A migração do povo haitiano é absorvida pelo capital para baratear a força de trabalho no âmbito local das nações, mas essas migrações são mantidas sob controle, apenas para atender as demandas do capital e não possibilitar alteração no metabolismo social.

No terceiro capítulo, visitamos a entidade da sociedade civil Cáritas Arquidiocese de Maringá-PR, que é responsável pelo atendimento e acompanhamento dos imigrantes e refugiados que chegam à cidade para solicitar o visto. Bem como, discorremos sobre a conjuntura migratória e as mudanças na política migratória brasileira, descrevendo o processo de entrada e legalização dos imigrantes haitianos no Brasil. Do mesmo modo, que discorremos a forma que a migração haitiana é absorvida pelo capital brasileiro e seus desdobramentos no metabolismo social do país, e as funções e atividades que esses imigrantes realizam no mercado de trabalho brasileiro, tendo como hipótese de que o preconceito e a discriminação racial contribuem para que essa força de trabalho seja superexplorada, já que, mesmo que muitos desses imigrantes tenham uma força de trabalho qualificada, as suas oportunidades são limitadas a determinados setores. Vale pontuar aqui que o mercado de trabalho brasileiro é extremamente desigual e excludente quando se trata de questões raciais e de gênero. O que brevemente fundamenta o racismo no Brasil ter seus fundamentos na história escravocrata, já que este foi o último país do continente a abolir o escravismo. O que legou uma forte herança cultural de racismo, que se reproduz na sociedade brasileira de maneira contínua e atual.

1. A transformação de pérola da Antilhas ao país mais pobre da América Latina: Haiti, da glória à tragédia

A história do assédio contra o Haiti, que nos nossos dias tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental (Eduardo Galeano).

Neste capítulo pretendemos responder qual é o papel do Haiti na divisão internacional do trabalho⁵ e de que modo a migração do seu povo serve ao processo de acumulação do capital⁶. Objetivamos também analisar os fatores estruturais que causam a migração haitiana, em seus grandes ciclos, enfatizando a partir do terremoto de 2010, quando o Brasil se tornou um importante destino para esses emigrantes. Ansiamos em problematizar, ao longo da história, o que transformou o Haiti de pérola da Antilhas⁷ em o país mais pobre da América Latina.

Assim, de antemão, vale aqui já ressaltarmos que o Haiti foi o primeiro país latino-americano a conquistar a sua independência⁸. Foi o pioneiro da abolição da escravidão, além de ser a única insurreição de pessoas escravizadas⁹ vitoriosas ao longo da história, existindo até hoje como a República do Haiti.

De tal modo que importa aqui frisar que mesmo assim, essas façanhas são esquecidas pela a historiografia oficial hegemônica, que ignora tais bravuras e conquistas, como podemos ver nas palavras de Eduardo Galeano:

Poucas pessoas infelizmente recordam-se que o Haiti foi o primeiro país verdadeiramente livre das Américas, livre do poder colonial, livre igualmente da escravidão. Hoje, ainda, as enciclopédias dizem que a Inglaterra foi a primeira nação a abolir este infame tráfico de carne humana, e as enciclopédias mentem: a primeira, fora o Haiti (GALEANO, 2009¹⁰).

⁵ A divisão internacional do trabalho entre os produtores de matéria prima e produtos agrícolas e os produtores de manufatura é um resultado típico do desenvolvimento capitalista, que assume a forma necessária da desigualdade combinada entre os vários países. Essa forma desigual é uma consequência do caráter da acumulação do capital em que o crescimento da economia se baseia na exploração de muitos por poucos e na concentração dos recursos do desenvolvimento econômico social em mãos dessa minoria (THEOTONIO SANTOS, 2010, p 401).

⁶ “Acumular, acumular! Essa a lei de Moisés e dos profetas!” (O Capital, I, cap. XXIV). Com essas palavras, Marx revela o que, em sua análise, constitui o imperativo mais importante, ou a força motriz, da sociedade burguesa (TOM BOTTOMORE 2001, p. 01).

⁷ Como era conhecida a ilha de São Domingos sob o domínio dos franceses no período colonial. (JAMES, 2007)

⁸ De acordo com a obra de Galeano (2010), o Haiti é o primeiro país livre das Américas, apesar de os Estados Unidos terem conquistado a independência anteriormente, eles contavam com o agravo de ter meio milhão de escravos nas suas plantações de algodão e tabaco.

⁹ Aviso: esta dissertação acompanha o entendimento do Seguy (2014), de não trabalhar com a noção de escravo por considerar que nunca existiu um só escravo sequer em São Domingos. No ângulo desta visão, o que houve foram cativos africanos transformados em escravos.

¹⁰ Fonte: Galeano; Haiti, país ocupado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=InzT6QzpNfo>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Acreditamos que o desconhecimento da história da revolução haitiana ocorre porque a perspectiva eurocêntrica e seu característico olhar evolucionista da história, atua através da hegemonia mundial, produzindo e controlando a subjetividade, e principalmente a produção do conhecimento. Ou seja, por natureza essa perspectiva distorce ou boqueia as nossas experiências histórico-social (QUIJANO, 2005).

Compreendemos que esse olhar seletivo e racista da produção histórica do passado colonialista e escravista, assim como Frantz Fanon (1956) nos salienta, visa negar que o racismo não é mais do que um elemento de um conjunto mais vasto: a opressão sistematizada de um povo, e que para manter essa opressão mesmo após o fim da escravidão foi desenvolvida novas ferramentas, para controlar não apenas as produções históricas, mas a cultura dos dominados.

Esse Haiti revolucionário assombrou a elite do mundo colonial do início do século XIX, tanto quando o comunismo despertou calafrios no século XX, por isso a hegemonia dominante utilizou de todas as suas ferramentas para bloquear essa experiência histórica, renegando a marginalidade todas as produções de conhecimento sobre esse feito.

Para tanto, partiremos das contribuições¹¹ de Raony Palicer (2017), o qual considera impossível discorrer sobre a América Latina sem citar o passado de exploração colonial que lhe dá origem, para analisar o processo histórico do Haiti.

Compreendemos então, que os países latino-americanos foram colonizados por potências imperialistas europeias, e dessa forma inseridos no processo de acumulação primitiva do capital internacional, visando prioritariamente suprir os interesses e demandas dos países centrais, dissociados das suas próprias demandas internas, caracterizando-os, assim não apenas como países periféricos, mas também como países que desenvolveram como dependentes¹².

1.1 Da barbárie a liberdade (Século XV a XIX)

De acordo com o Ricardo Seitenfus (1994) o Haiti tem a sua população composta de 95% de pessoas negras, 4,9% “mestiços” e menos de um 1% de brancos, sendo assim,

¹¹ Para aprofundar, consulte PALICER, Raony. *O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, 2017.

¹² Neste trabalho utilizamos o conceito de dependência com base na Teoria da Dependência Marxista, que compreende a subordinação dos países de terceiro mundo aos de capitalismo avançado através do mecanismo de reprodução do capitalismo internacional, no qual subdesenvolvimento e desenvolvimento são elementos indiciáveis. A condição de subdesenvolvido é o papel que os países de terceiro mundo ocupam no cenário internacional do capitalismo, como consequência da dependência que gera um desenvolvimento desigual para os países subdesenvolvidos e desenvolvidos, fazendo com que as burguesias nacionais busquem compensar as perdas obtidas no comércio internacional dentro do cenário interno.

compreendemos nesta dissertação que os mestiços também são negros, e consideramos a composição de 99,9% de pessoas negras e apenas 0,1% de brancos no país. Ressaltando que a sua população é descendente de africanos que foram sequestrados da sua terra nativa, para substituir a população indígena que foi exterminada. Portanto, desde quando foi colonizado, o país conta com uma população que não era originalmente daquela terra quando de seu surgimento, como veremos nos debates que seguem neste trabalho.

Tal qual Aníbal Quijano (2005), nos salienta, a produção histórica da América Latina na modernidade começou com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que temos conhecimento, exterminando os povos originário que pertenciam a esse mundo.

Do mesmo modo para Raony Palicer (2017), a descoberta do Novo Mundo desencadeou entre os Estados europeus uma vertiginosa e sangrenta corrida. Ressaltamos que problematizamos o conceito de Novo Mundo amplamente difundido pela historiografia eurocêntrica hegemônica, pois acreditamos que essa visão de mundo despreza a história na sua totalidade, negando os povos tradicionais. Portanto, quando o navegante genovês Cristóvão Colombo em 1492, financiado pelo reinado da Espanha e por banqueiros de Gênova, desembarcou na sua terra de conquista, logo essa passou a ser chamada convencionalmente de Novo Mundo, como se este começasse a existir, de repente, tão somente com a invasão europeia (SEGUY, 2014).

No *Ayiti*¹³, desde a primeira vez que um europeu pisou em seu solo, foi em busca de riquezas, assim como nos ratifica Cyril Lionel Robert James (2007):

Cristóvão Colombo pisou pela primeira vez em terras do Novo Mundo na ilha de São Salvador e, após louvar a Deus, saiu à procura do ouro. Os nativos, índios de pele vermelha, eram pacíficos e amistosos e indicaram-lhe o Haiti, uma grande ilha (aproximadamente do tamanho da Irlanda), rica, diziam, do metal amarelo. Ele navegou para o Haiti. Quando um de seus navios naufragou, os índios dali ajudaram-no de tão boa vontade que muito pouco foi pedido e, dos artigos que levaram até a praia, nenhum foi roubado (JAMES, 2007, p. 13).

A partir da chegada dos invasores espanhóis ao *Ayiti*, eles se anexaram à ilha, a qual chamaram de Hispaniola, e dominaram os nativos, introduzindo o cristianismo, o trabalho forçado, assassinatos, cultura do estupro, cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome, a

¹³ Vocábulo de origem caribenha, *Ayiti* significa “terras montanha”, nome que os habitantes originais deram a seu país antes da invasão dos europeus. Depois do triunfo da Revolução vitoriosa de 1803, os Haitianos recuperaram o nome como prova de reconhecimento e de homenagem ao povo indígena (SEGUY, 2009).

qual foi forjada pela destruição dos cultivos, para matar os rebeldes de fome. O que teve como consequência dos atributos das civilizações desenvolvidas a redução da população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos (JAMES, 2007).

Na América Latina sempre é difícil precisar o número das populações nativas anteriores à colonização e, por conta disso, sempre são feitas estimativas. Jean Anil Louis-Juste (2007) estima que oitocentos mil caribenhos, denominados *Arawacks* e *Ciboneys* povoavam o país durante a invasão de Colombo. Estes dependiam da natureza para satisfazerem as suas carências, mas trabalhavam segundo seus princípios e instituíram a agricultura na América. Foi esse estado de coisa, chamado de “estado natural selvagem” pelo colonizador, que a invasão destruiu pelo genocídio.

Assim, no conflito entre formas de organização da vida social, os europeus eurocêntricos “civilizados” causaram genocídios em todas os territórios que colonizaram, pertencente aos seus receptíveis nativos, adotando uma organização do trabalho baseada na escravidão nativa, que exterminou em um curto período a maior parte da população da ilha.

Consequentemente ao extermínio dos indígenas, Bartolomé de La Casas, um padre dominicano, interveio pelo fim da escravidão nativa junto ao governo espanhol, que acreditava depender da escravização para a existência da colônia. Em resposta, decidiram sequestrar negros da populosa África e, no século XVI, Carlos V autorizou a exportação de quinze mil escravos para São Domingo. E, assim, o padre e o rei iniciaram no mundo o comércio americano de negros e a escravidão (JAMES, 2007).

A visão de mundo, respaldada pelo cristianismo, funcionou como uma base de sustentação ideológica para as barbaridades cometidas pelos europeus em suas invasões coloniais, ao ponto que Marx (2013) citando o W. Howitt descreve esse período de tal forma:

O sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal sobre o sistema colonial cristão, afirma W. Howitt, um homem que faz do cristianismo uma especialidade: “As barbaridades e as iníquas crueldades perpetradas pelas assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que conseguiram subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, por mais desapiadada e inescrupulosa que fosse” (MARX, 2013, p. 998).

Esse período colonial é demarcado pela expansão comercial promovida pelos países europeus, dentro do desenvolvimento do sistema capitalista, onde a América Latina tornou-se colônia, com a função de atender aos interesses dos países colonizadores. Nesse período foi

muito forte a disputa dos países colonizadores pelo domínio das colônias, o Haiti sendo um país com tantos recursos, foi amplamente disputado pelos países imperialistas.

No entanto, os espanhóis que saquearam as riquezas, ao entrarem em declínio, não conseguiram assegurar por muito tempo a manutenção da colônia. Pelo Tratado de *Ryswick*, assinado em 1697, a ilha do *Ayiti* foi oficialmente fatiada em duas partes. Assim a Espanha ficaria com a parte leste (hoje República Dominicana), enquanto cederia a oeste à França (a atual República do Haiti) (SEGUY, 2014, p.134).

Mapa 1. República do Haiti e República Dominicana.



Fonte: CIA: World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/attachments/images/large/central_america-political.jpg?1547145649>. Acesso em: 24 abr. 2019.

E foi sob o domínio da França que a colônia de São Domingo ficou conhecida como Pérola das Antilhas, se tornando uma das colônias mais rentáveis e símbolo de disputas imperialistas, como nos salienta James (2010):

Em 1789, os dois terços do comércio exterior da França se faziam com sua colônia antilhana de São Domingos [Haiti], a qual representava o maior mercado de tráfico europeu de escravos. A maior colônia do mundo, orgulho da França e objeto de cobiça de todas as outras nações imperialistas, fazia parte integrante da vida econômica da época. Todo esse conjunto se sustentava no labor de meio-milhão de escravos (JAMES, 2010, p. 239.)

Essa colônia possibilitou condições materiais para o desenvolvimento da França, sob suor e sangue africano, mesmo que a custo de sistema escravista que era bárbaro, até se comparado com o mesmo sistema aplicado em outras colônias. Deixando consequências até hoje, como Seitenfus (1994) nos demonstra:

O Haiti conserva, ainda hoje, as mais profundas marcas do extraordinário e desumano enxerto populacional, provocado pelo tráfico de escravos negros, que afluíram massivamente ao seu território. Em 1780, a serviço de vinte mil e oito mil brancos e trinta mil negros livres, contavam-se quatrocentos e setenta mil escravos de origem africana. A parte espanhola da ilha possuía apenas quarenta mil habitantes (SEITENFUS, 1994, p. 27).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista na sua etapa histórica de acumulação primitiva ocorreu a valorização da mercadoria, buscando o acúmulo de propriedades privadas e geração de mais valia¹⁴, dentro desse processo os seres humanos raptados da África se constituíram em apenas mais uma propriedade de um sistema irracional buscando a geração de lucro. Nesse contexto, dado as proporções da população escravizada, que era enormemente superior à dos senhores, esses cuidavam primeiro da sua segurança e depois da sua propriedade, fazendo com que esse sistema se tornara um calculado nível de brutalidade e terrorismo (JAMES, 2007).

Seguy (2009) demonstra essa questão, através dos estudos do historiador haitiano Fouchard, que fez uma análise dos jornais coloniais da época de São Domingo, para demonstrar a forma que escravizados eram tratados, de modo simples e direto:

À venda já anunciada dia 6 deste mês, o Sr Galtier, morando em Léogâne, próximo ao correio, juntará um bom gado de 18 cabeças de negros e negrinhos nascidos no país, uma negra pronta para parir, um mulato, excelente cabeleireiro, vaqueiro e um pouco violonista, quinze cordeiros, seis mulas, um gado de vacas leiteiras prenhas e prestes a parir, um burro, dezessete cabritos [...] todos com capacidade de trabalhar, até os negrinhos. A quem pagar à vista será feita consideração especial.

Vende-se uma negra, 40 anos, boa faxineira, e seu filho mulato crioulo, de 20 a 22 anos [...]

Vende-se, por causa de viagem, um pacote de móveis, cadeiras e camas, três negros domésticos e outros objetos (FOUCHARD, 1998, p. 27 *apud* SEGUY, 2007, p. 69).

¹⁴ A extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta no fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe de salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital (TOM BOTTOMORE 2001, p. 227).

Para justificar a escravidão em pleno período de ascensão das ideias iluministas que pregavam a razão, houve tentativas de propaganda que alegavam que, por mais cruel que fosse o tráfico, os escravos africanos eram mais felizes na América do que na sua própria civilização africana. Eles mentiam com a mesma habilidade e com o mesmo descaramento (JAMES, 2007).

A própria filosofia moderna contribuiu, junto do cristianismo, como ideologia que sustentava o sistema escravista. Seguy (2007) nos assegura isto utilizando a própria citação do Hegel:

De maneira geral, devemos dizer que, na África interior, a consciência não chega à intuição de algo solidamente objetivo, de uma objetividade. [...] Os africanos, por enquanto, não chegaram ainda a este reconhecimento do universal. [...] O homem, na África, é o homem na sua imediação. O homem como homem se opõe à natureza e assim se torna homem. [...] O negro representa o homem natural na toda sua barbárie e falta de disciplina. [...] Não se pode encontrar nada no seu caráter que combina ao humano (HEGEL, 2006, p. 250-251 *apud* SEGUY, 2007, p. 45).

Nesse período, a dominação foi legitimada com argumentos científicos de inferioridade da raça dominada, os dominadores tentaram negar aos dominados até mesmo o fato de pertencer a uma raça (FANON, 1956). Ou seja, não existia o reconhecimento da humanidade dos escravizados que eram exterminados pelos colonizadores. Assim como podemos analisar na seguinte citação de Palicer a respeito da América Central colonial (2017):

em concordância com a concepção gramsciana, a América Central colonial era um espaço de dominação e não de hegemonia, os povos originários sequer eram considerados seres humanos dotados de inteligência e vontade, de modo que a perspectiva de direção e consenso necessários para a construção da hegemonia estava distante de ser ao menos esboçada nas novas colônias (Palicer, 2017, p.54).

Aníbal Quijano (2005) ao analisar a estrutura de poder e da sociedade da América Colonial, argumenta que os negros eram tratados por definição como escravos, os índios servos, os não-índios e não-negros eram os amos, patrões, comerciantes, ou seja, os senhores no controle do poder, entre essa estrutura social, os mestiços eram definidos de acordo com a sua “cor”, para qual seria o seu lugar na divisão social do trabalho.

Assim sendo, em conjunto com essas ideologias que sustentavam a dominação imperialista europeia na colônia de São Domingos, principalmente a que propaganda a superioridade branca, defendida até hoje por supremacistas brancos, surgem contradições no

interior da própria colônia sobre a miscigenação da sua população, que cria uma espécie de até 128 divisões de raças, como nos expõe James (2007):

A descendência de brancos, pretos e mestiços tinham 128 divisões. O verdadeiro mulato era a criança de uma negra pura com um branco puro. A criança de um branco com uma mulata era quadrarão, com 96 partes de branco e 32 partes de preto. Mas o quadrarão poderia ser produzido pelo branco e pela marabu na proporção de 88 a 40, ou pelo branco e pela sacatra, na proporção de 72 para 56 e assim por diante até 128 variedades. Mas o sangue misturado, com 127 partes branca e uma parte negra, continuava sendo um homem de cor (JAMES, 2007, p. 49.)

Essas contradições internas, somadas à grande diferença numérica entre brancos e não brancos, inúmeras fugas e revoltas das pessoas que foram escravizadas, fizeram que os brancos, pensando em uma estratégia de manutenção da dominação, permitissem que alguns mulatos se tornassem livres, e adquirissem propriedades, os colocando abaixo dos brancos, mais acima dos negros¹⁵. Esses interesses classistas¹⁶ dos mulatos os colocavam objetivamente contrários aos interesses dos negros, alimentando um ódio entre ambos e impedindo uma possível aliança, ou assim pensaram os colonizadores brancos.

Mas, o fato de que os mestiços pudessem adquirir propriedades, e alguns, quando adquiriam prosperaram economicamente, fez com que despertassem o ódio dos brancos pobres, que na estrutura da sociedade haitiana eram considerados superiores aos mestiços. Esses brancos que eram protegidos pela legislação da colônia, ao ponto de mesmo que cometessem qualquer ofensa a um mestiço, por mais grave que fosse, não seria punido, descontavam suas frustrações e humilhações públicas aos mestiços.

Desse modo, com a possibilidade de liberdade para os “mulatos” legítimos (filho de um branco com uma negra), faziam que muitos desses mestiços partiam para estudar na França, ou até mesmo para servir o exército francês, e assim, tiveram contato com ideias que permeavam na França revolucionária, principalmente, a ideia de exercer direito político, que lhe era negado

¹⁵ A política colonial, que usou-se da cor da pele para dividir as suas vítimas, acabou criando assim um problema muito complexo a ser resolvido (SEGUY, 2014).

¹⁶ Se o alforriado negro ou mulato, em razão da sua evolução econômica e do seu estatuto de possuidor [era também dono de escravos], podia, um dia, haver interesses comuns com os donos brancos, era diferente para o “liberto [sem título]”, economicamente fraco e que, neste caso, mais facilmente, caminharia junto ao escravo à ocasião de uma eventual movimentação social. Provavelmente, do ponto de vista da cor, era esta a principal objeção (FOUCHARD, 1988, p. 268 *apud* SEGUY, 2014, p. 141). Ainda segundo Seguy (2014), faltava organizá-los em classe, com base na cor da pele, de modo que os mestiços (chamados no Haiti de mulatos) detenham a supremacia, com base na proximidade da sua cor com a dos colonos brancos. Essa supremacia dos mestiços foi reforçada também pela filiação deles enquanto filhos de brancos, o que lhes conferiu uma melhor situação econômica. Apoiou-se, igualmente, na sua educação assegurada na França e na sua liberdade, reconhecida bem mais anteriormente do que a dos negros livres (SEGUY, 2014, p. 141).

na colônia. Para eles, os protestantes, comerciantes, judeus, parentes de criminosos, todos receberam seus direitos políticos, menos os mulatos que continuavam excluídos (JAMES, 2007).

Ainda segundo James (2007), os mulatos tiveram um papel fundamental na revolta que se transformaria na luta pela independência nacional, já que para ele, enquanto o conflito entre a burguesia e a monarquia levou as massas de Paris para o cenário político, paralelamente na colônia foi o conflito entre brancos e mulatos que despertou as massas de escravos adormecidos.

Pois, apesar de toda violência utilizada pelos colonizadores na ilha, para manutenção do sistema de produção baseado no trabalho escravo, por mais bárbaro que fosse o castigo para o escravizado que tentasse a fuga, a história do Haiti mostra que os africanos nunca conviveram passivamente com a escravidão e que, apesar de todas as condições desfavoráveis, lutaram e resistiram contra esse sistema. Em São Domingos, existiam os *maroons*¹⁷, como era conhecidos os escravizados que fugiam para a montanha para serem livres, eles tiveram um papel fundamental na revolta que culminou na revolução haitiana.

Dentro das contradições da colônia, os escravizados desenvolveram diferentes estratégias de resistência¹⁸, e ao longo da revolta diferentes líderes se destacaram. Pelo recorte do estudo, não conseguiremos tratar todos da forma que merecem, apenas nos atentaremos aqueles que ao nosso ver se destacam em virtude da sua importância no processo histórico da revolta haitiana que culminou na sua independência.

Um dos primeiros líderes que ganhou destaque na revolta dos escravizados foi Mackandal, que pelo conhecimento das plantas nativas, desenvolveu uma rede de envenenamento em massa, mas foi capturado e queimado em uma fogueira pelos invasores. Posteriormente ganhou influência Boukman que era um *papoi* ou alto-sacerdote do Vodou, que era um meio de inspiração dos rebeldes.

Sobre a importância do Vodou podemos verificar o que Seguy (2007) tem a contribuir:

É que sem o Vodou, certamente, as lutas revolucionárias pela Liberdade e pela Independência no Haiti não teriam acontecido. Pois, sempre foi e ainda é a expressão da cultura de resistência do povo frente aos seus inimigos. (SEGUY, 2007, p.98).

¹⁷ Traduzindo para o português seria algo semelhante aos Quilombolas do Brasil.

¹⁸ Infelizmente nesse trabalho não conseguiremos demonstrar todas, para aprofundar consultar “os Jacobinos Negros: Toussaint L` Ouverture e a revolução de São Domingos, C.L.R. James (2007).

Boukman foi um grande líder da revolta, com uma grande capacidade de mobilização nos corações e mentes dos rebeldes. Esse foi o discurso do sacerdote em um congresso realizado na cidade Bois-Caiman, na noite de 14 de agosto de 1791:

“O Bom Deus que criou o sol que nos ilumina do alto
 Que subleva o mar e faz retumbar o trovão
 Escutai bem, vós:
 Este Bom Deus escondido nas nuvens está olhando para nós
 Ele vê o que estão fazendo os brancos.
 O deus dos brancos só quer crime,
 O nosso quer apenas bem-estar.
 Mas este Deus tão bondoso ordena a vingança!
 Ele guiará os nossos braços, nos assistirá.
 Jogai fora a imagem do deus dos brancos que está com sede de nossas lágrimas
 E escutai a voz da Liberdade que está falando ao nosso coração!” (SEGUY, 2007, p.75).

O Vodou era utilizado como meio de mobilização e instrumento de motivação que fazia com que durante a revolta, os rebeldes lutassem sem medo da morte, quase sempre em condições armamentistas desfavoráveis em relação aos seus inimigos, embora tivessem vantagem numérica. E assim lutou Boukman, até ser morto em combate, mas em um momento que a luta ganhava mais força e os rebeldes respondiam com uma violência igual eram tratados pelos seus senhores, pagando na mesma moeda, executando a sua vingança.

E assim uma revolta que explodiu por causa das contradições insustentáveis, foi moldando os próprios rebeldes e ganhando corpo, desenvolvendo líderes expendidos e forjando na própria luta uma pauta que se transformou no fim da escravidão e no pioneirismo da luta contra o sistema colonial.

Na França, James (2007) salienta que o conflito entre a burguesia e a monarquia levou as massas de Paris para o cenário político, ocasionando na Revolução Francesa de 1791, transformando não apenas o interior do país, como todo o mundo. Na colônia não foi diferente, a ideia de liberdade, igualdade e fraternidade chegou e ganhou força, principalmente entre os escravizados e partidário do fim da escravidão.

Paralelo às mudanças na França, a ilha colonizada continuava em um clima explosivo, e a morte de Boukman não significou o fim da revolta, novos líderes ganharam destaques, entre eles a figura do Toussaint Louverture, que diferente da maioria dos revoltosos, foi escravizado de um forma mais “branda”, conhecia não apenas as plantas nativas, que o faziam dele um curandeiro (médico), como também foi alfabetizado e conhecia a cultura francesa. Foi

convertido ao cristianismo e chegou a ocupar o cargo de administrador da fazenda, cargo que só era ocupado por brancos (JAMES, 2007).

Toussaint Louverture não demorou para se tornar um dos líderes mais influentes da revolta. Aliado ao seu conhecimento, tinha muita disciplina, fundamental para um militar, era ótimo em combate, cavalgava por horas sem parar, se alimentado apenas de frutas. Mas o que o diferenciou, foi a sua capacidade de criar estratégia de combate. Contudo, ele não era contrário à França e sim à escravidão. Assim, pretendia pelo fim da escravidão na ilha e soube tirar proveito da disputa imperialista pela ilha, se aliando com a Espanha, Inglaterra e até mesmo a França, se tornando general francês, de acordo com a necessidade momentânea para conquistar o fim da escravidão.

Em reação à insurreição, a França envia para a ilha um exército de seis mil homens, comandada por Sonthonax, procurando contornar as transformações em curso, e manter a escravidão. Mas as disputas entre os proprietários da colônia, descontentes com as mudanças da França revolucionária, revolta dos escravizados, disputa imperialista, tornava inevitável as mudanças, como demonstra Seitenfus:

A declaração de guerra à França, feita pela Inglaterra (1 de fevereiro de 1793) e pela Espanha (1 de março do mesmo ano), tornam militarmente insustentável a situação na metrópole. A única e brilhante ideia que os assalta é de conceder a liberdade aos escravos, permitindo assim sua participação nos combates contra as tropas inglesas e espanholas que desde 1792 avançaram ao norte e centro Hispaniola (SEITENFUS, 1994, p. 29).

Para assegurar a continuação da colônia sob o domínio francês, em 04 de fevereiro de 1794 é abolida a escravidão em todas as suas colônias pela convenção revolucionária francesa. Assim, a França assegurou o apoio dos revoltosos para derrotar os espanhóis e ingleses, que não pretendiam acabar com a escravidão. Desagrando os proprietários da colônia, e o forte e influente setor escravista dentro da França, que pretendia manter o sistema escravista (SEITENFUS, 1994).

Em 1801, Louverture percebendo o fortalecimento de setores escravistas, redige a constituição da colônia e atribui-se governador, embora leal a França. Essa foi a primeira carta constitucional da América Latina, que dispõe em seu artigo terceiro o seguinte: “a escravatura está para sempre abolida. Não podem existir escravos sobre esse território” (SEITENFUS, 1994).

A Revolução Francesa foi um período de grande agitação e transformação, marcadas por disputas acirradas entre as classes na França, assim como nos demonstra Marx (2011):

Na primeira Revolução Francesa, seguiu-se ao governo dos constitucionalistas o governo dos girondinos e ao governo dos girondinos o governo dos jacobinos. Cada um desses partidos se apoiou no mais avançado. Assim que um deles conduziu a revolução até o ponto de não mais poder segui-la e menos ainda puxar-lhe a frente, o aliado mais ousado que estava logo atrás dele o pôs de lado e o mandou para guilhotina. Assim, a revolução se moveu numa linha ascendente (MARX, 2011, p. 55).

Portanto, a cada período em que a disputa de classes ganhava novos rumos na França, consequentemente impactava na ilha. Com o fortalecimento dos setores escravistas, que tiveram em Napoleão Bonaparte os seus interesses representados, em 1802 Napoleão promulga a lei que reestabelece a escravidão em todos os seus territórios.

Para reestabelecer a escravidão, Napoleão envia à ilha seu próprio cunhado, o general Leclerc, acompanhado de trinta e quatro mil soldados veteranos de guerra. Vejamos as palavras de Seitenfus (1994):

Ciente da dificuldade da missão que fora destinada, Leclerc escreve ao Primeiro Consul Francês, em 17 de setembro de 1802: “é esta minha opinião sobre o país: é preciso eliminar todos os negros das montanhas, os homens e mulheres e conservar somente os menores de doze anos. É preciso exterminar a metade dos negros das planícies e não deixar na colônia nenhum mulato insignias” (SEITENFUS, 1994, p.31).

Toussaint Louverture se manteve fiel à França e sua estratégia priorizava primeiro a negociação. Por esse erro acabou pagando caro, foi traído em uma emboscada, mandado para o país colonizador onde morreu de frio e fome em uma prisão. No momento que percebeu a traição, amarrado como um prisioneiro comum em um navio em São Domingos, prestes a partir para a França, disse ao seu carrasco: “ao me depor, cortastes em São Domingos apenas o tronco da árvore da liberdade. Ela brotará novamente pelas raízes, pois estão são numerosas e profundas!” (JAMES, 2007).

Mas ao contrário do que pensou Napoleão, a captura de Toussaint Louverture não significou a vitória dos colonizadores, aqueles que se libertaram da escravidão por meio de uma intensa luta, continuavam armados e preferiam a morte do que o fim da sua liberdade.

E esse foi o lema de Jean-Jacques Dessalines, ex-escravizado nascido na África, que foi general de Toussaint Louverture, mas que diferente dele, compreendeu que a liberdade só seria conquistada com a independência da colônia. Após intensas batalhas e muito sangue derramado, Dessalines lidera a vitória dos revoltosos, que em 1803 cria o Estado Haitiano, o qual já havia

derrotado dois dos principais exércitos da Europa: o inglês e o francês, comandado pelo próprio cunhado de Bonaparte.

A independência consuma-se em 29 de novembro de 1803 e é proclamada oficialmente em 01 de fevereiro de 1804. Dessalines é designado governador geral, em caráter vitalício. A ilha recupera seu nome indígena, Haiti, que significa país das montanhas. Surge a bandeira nacional¹⁹, simbolizando a união entre os negros, representada pela cor preta, e os mulatos, cujo símbolo é o vermelho. A divisa: a liberdade ou morte (SEITENFUS, 1994, p. 32).

Bandeira do Haiti adotada por Dessalines:



Fonte: EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI WASHINGTON. Disponível em: <http://www.haiti.org/flag-and-coat-of-arms/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

¹⁹ Vale ressaltar, que entre as diferentes bandeiras utilizada pelo Haiti ao longo da sua história, a primeira adotada no país foi a francesa que prevaleceu de 1697 a 1803, quando no Congresso de *Arcahaie*, 1803, Dessalines, remove a faixa branca da bandeira francesa, criando assim a primeira bandeira haitiana, símbolo da aliança de negros e mulatos em sua luta pela liberdade, a frase "Liberdade ou Morte" é inscrita na bandeira. Após a independência do Haiti, 1804, os generais da revolução decidem mudar a bandeira para que as bandas fiquem na horizontal, esta é a primeira bandeira da república livre e independente, tornando a bandeira bicolor, que é confirmada pelo artigo 192 da Constituição de 1843. Quando Dessalines se proclama Imperador, 1804, ele leva o nome Jacques I, e adota uma nova bandeira de duas faixas verticais; um preto para a morte e um vermelho para a liberdade. Dessalines é assassinado, 1806, e o país é dividido em dois, ao norte governado por Henri Christophe e o sul e oeste governado por Alexandre Pétiou. Pétiou imediatamente reverte para a bandeira azul e vermelha de 1804, à qual acrescenta a inscrição "*L'union fait la force* (força na unidade) e adiciona no centro o brasão da República, adornado com o chapéu frígio (boné da liberdade), é colocado sobre um fundo quadrado branco. Esta bandeira será hasteada no Palácio Nacional por 158 anos, até 1964. Henri Christophe se torna presidente e é reconhecido nos departamentos Norte, Noroeste e posterior se proclama rei, levando o nome de Henri I (1811-1820). O monarca feito por si mantém as cores da bandeira imperial do Reino do Norte (1805), mas muda um pouco; vermelho na talha e preto na mosca com, no centro, um escudo com uma fênix sob estrelas douradas de cinco pontas, todas sobre fundo azul; o escudo ostenta uma coroa e a inscrição latina '*Ex Cineribus Nascitur*' («Das cinzas surgiremos»). Em 1818, Pétiou derrota Henri e reunifica o país. Faustin Soulouque é eleito presidente, mas se proclama Imperador sob o nome de Faustin I (1849-1859). A Constituição de 1849 mantém a bandeira azul e vermelha, mas substitui o brasão pelo escudo. O Império de Faustin I termina em 15 de janeiro de 1859 e o brasão de armas da República recupera sua posição original no centro da bandeira. Em 1957, François Duvalier, Papa Doc, é eleito presidente e em 1960 toma todos os poderes, estabelecendo um sistema de partido único e uma nova Constituição, adotada 1964. A nova Constituição retorna à bandeira preta e vermelha, embora desta vez o brasão da República permaneça. Duvalier morre, 1971, e é substituído por seu filho Jean-Claude, que é proclamado presidente vitalício. Após uma revolta popular, Jean-Claude é destituído do cargo em 1986 e a nação haitiana reverte para a bandeira azul e vermelha, que é ratificada pela adoção oficial da Constituição de 29 de março de 1987. Fonte: EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI WASHINGTON. Disponível em: <http://www.haiti.org/flag-and-coat-of-arms/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

Apesar de todas as contradições sociais e barbáries presentes na sociedade haitiana desenvolvida ao longo da sua colonização, onde foi constituída uma das mais violentas histórias da escravidão, os escravizados iniciaram uma luta de libertação nacional contra a colonização e escravidão. De tal forma e organização, que culminou no que James (2007) destaca no seu livro “*Os jacobinos negros Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*”²⁰, o papel de vanguarda da revolução que eles tiveram os denominando de “jacobinos negros”. Mas com a inicial triunfante revolução haitiana, os não-europeus da população latino-americana foram invisibilizados no mundo dos dominantes e beneficiários da colonialidade no poder. (QUIJANO, 2005).

Ainda, sobre essa discussão, Eduardo Galeano (2010) nos traz que nos anos de 1800 o povo haitiano desbancou as tropas de Napoleão Bonaparte e a Europa jamais perdoou esta humilhação deflagrada à raça branca. O Haiti se tornou independente em um mundo cheio de colônias escravistas, se tornando uma experiência única no seio da humanidade.

Contudo, apesar desse pioneirismo, dadas as condições materiais estabelecidas, fez com que o país vivesse em um isolamento, não permitindo construir políticas exteriores com nenhum outro país, como forma de castigo pelo pecado original, mas também para evitar que essa experiência revolucionária se tornasse inspiração para demais colônias (GALEANO, 2010).

²⁰ Nesta que provavelmente é a obra mais citada sobre os estudos da revolução haitiana, a tornando uma referência sobre o tema, a autores que fazem uma ponderação sobre a leitura de James a respeito da revolução haitiana, como Leonardo Marques (2002) que nas suas palavras: o livro de James nos apresenta uma visão da revolução que, apoiada em uma documentação composta principalmente pela correspondência das principais figuras, acaba dando demasiada ênfase aos seus líderes, mais especificamente á figura Toussaint L’Ouverture... No momento de redação desta obra, James havia há pouco aderido as ideias da IV Internacional de Trotsky, o que resulta em um olhar bastante peculiar sobre a revolução. Apesar da presença da massa de escravos em todo o processo, o que fica em destaque são os passos tomados por Toussaint L’Ouverture durante a revolução (MARQUES, 2002, p. 140-141). Entretanto William Wordsworth (2007) ressalta que James, neste livro tinha dado um passo á frente no sentido de ressuscitar não a decadência, mas a grandeza do povo das Índias Ocidentais. Todavia, como é óbvio por todo o livro, e particularmente nas últimas páginas, é a África e a emancipação africana que ele tem em mente. Hoje (somente hoje) podemos definir o que motivou essa preocupação com a África entre as guerras por parte do homem das Índias Ocidentais. Ele sempre foi educado no padrão do Ocidente. A sociedade das Índias Ocidentais confinou os negros a uma faixa muito estreita do território social. O primeiro passo para a sua liberdade era ir para o exterior. Antes que pudessem começar a se enxergar como um povo livre e independente tinham de livrar suas mentes do estigma de qualquer coisa que viesse da África era inerentemente inferior e degradada. A estrada para a identidade nacional das Índias Ocidentais encontra-se na África (WORDSWORTH, 2007, p. 355-356). Compreendemos que além de uma análise histórica, James estava preocupado em combater o racismo e pleno crescimento principalmente na Europa com ideias eugenistas, e por isso a recuperação da história da Revolução Haitiana para utiliza-la como um instrumento para combater a esse movimento racista. Como podemos observa nas observações de James (2007): Os jacobinos Negros foram publicados pela primeira vez na Inglaterra em 1938, mas eu já havia escrito sobre o mesmo assunto antes de deixar Trinidad em 1932. A ideia me acompanhava havia algum tempo. Estava cansado de ler e de ouvir e de ouvir a respeito da perseguição e da opressão aos africanos na África, na Rota do Meio (a rota dos escravos entre a África e as Antilhas, ou Índias Ocidentais), nos Estados Unidos e em todo Caribe. Convenci-me da necessidade de escrever um livro no qual assinalaria que os africanos ou seus decentes, em vez de serem constantemente objeto da exploração e da feridade de outros povos, estariam eles mesmo agindo em larga escala e moldando outras gentes de acordo com as suas próprias necessidades (JAMES, 2002, p.11).

Apesar de todas as contradições do processo revolucionário haitiano, e posterior do desenvolvimento do país, que não debateremos nesse trabalho devido ao seu recorte, ressaltamos a sua importância na história latino-americana.

James (2010), parafraseando Marx, no tocante de que “os homens fazem a sua própria história”, frisa que os jacobinos negros de São Domingos fariam a história que mudaria o destino de milhões de homens e o curso econômico de três continentes.

No tocante á importância do Haiti independente para América Latina, utilizamos o historiador Waldir Rampinelli (2014), que nos apresenta a seguinte discussão:

A primeira colônia a se tornar independente na América Latina, o Haiti. Foi a pátria de Toussaint Louverture a protagonista da política internacional mais avançada das Américas, já que 1) cooperou com a independência dos Estados Unidos ao derrotar as tropas de Napoleão Bonaparte, de passagem pelo Haiti, rumo a reconquista da Luisiânia, na América do Norte; 2) apoiou com homens, víveres, navios e armas a Simón Bolívar, permitindo-lhe, desse modo, regressar da Jamaica a Venezuela com uma nova expedição militar, para prosseguir em sua luta pelas independências das colônias hispânicas, exigindo-lhe, em contrapartida, o solene compromisso de abolir a escravidão no exato momento em que pisasse terra firme na América do Sul; e 3) negou-se a participar da conferência de Washington, a primeira tentativa de se estabelecer uma zona de livre-comércio em toda a América, pois o Estados Unidos, saídos de sua Guerra Civil, com a vitória dos monopólios do Norte sobre os escravistas do Sul, estavam em franca formação imperialismo e pretendiam apropriar-se não só dos mercados latino-americanos, mas também da península estratégica de São Nicolau, no Haiti (RAMPINELLI, 2014, p.21).

O isolamento do recém-criado Estado Haiti em um mundo colonial ficou evidente quando o próprio Simón Bolívar²¹, que havia conquistado a vitória contra as colônias hispânicas com ajuda haitiana, convocou a Inglaterra, mas não convocou o Haiti para congresso do Panamá²². O Haiti foi obrigado para fugir do embargo, pagar uma taxa pela independência²³, como Seguy (2009) nos demonstra:

O Haiti teve que assinar e pagar uma “dívida” não contratada de 150 milhões de francos-ouro para que a França reconhecesse a independência e permitisse o alívio do embargo mundial que estrangulava o Haiti como punição à proclamação da independência. O pagamento desta dívida – avaliada a mais de 21 bilhões de dólares de acordo com atualizações feitas em 2003 – deixou

²¹ Lutou pela independência latino-americana e criador da Grã-Colômbia, à época das independências latino-americanas, abarcava todo o território que hoje está subdividido entre os Estados da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela (PALICER, 2017).

²² Realizado em 1826, sob idealização do Simón Bolívar que pretendia a criação de uma Confederação do continente americano.

²³ O Haiti foi obrigado a pagar uma taxa de 150 milhões de francos-ouro para a França.

no meio ambiente haitiano, marcas iguais às da colonização dos séculos anteriores. As classes possuidoras e dominantes haitianas, pois, não contribuíram nem com um centavo nesse valor (SEGUY, 2014, p. 36).

Não afirmamos que essa dívida é a única causa dos problemas atuais do Haiti, e não desconsideramos a formação do tecido social haitiano e suas contradições, mas pelo recorte escolhido da pesquisa, acreditamos que se esse período da história não é a única causa da raiz das dificuldades haitianas, um passado escravista e colonial de trezentos anos deixa muitas cicatrizes, assim como essa dívida imposta pelo imperialismo francês, que só foi paga em 1947.

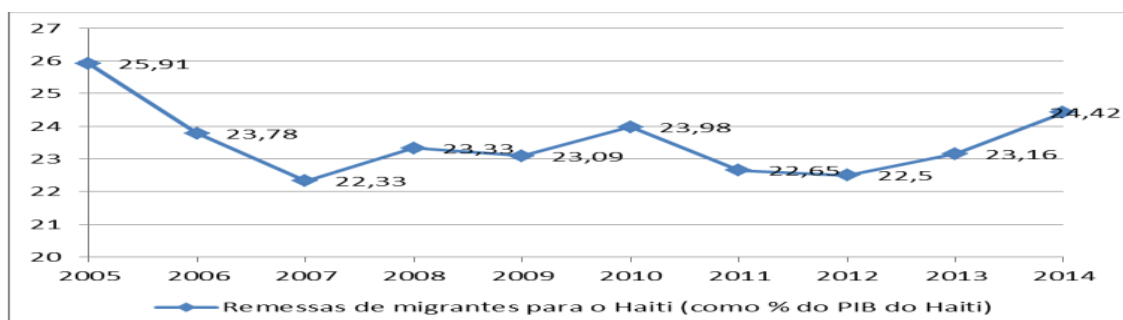
1.2 Fluxos Migratórios haitianos (século XX)

Nesta parte do trabalho, nos centraremos nos movimentos migratórios do país no século XX. Compreendemos que os movimentos populacionais fazem parte da história da humanidade, mas pretendemos discorrer especificamente sobre os motivos estruturais que fizeram do Haiti, no século XX, um país com um grande número de emigrantes, em diferentes períodos históricos, e para diferentes destinos.

A emigração dos haitianos está tão enraizada na cultura do país, que até existem órgãos do Estado para tratar desse fenômeno social, pois além da importância cultural e social ganha dimensões econômicas, que segundo Fernando e Castro (2014, p.11.), “as remessas enviadas por esses migrantes representam aproximadamente 25% do PIB do país.

Ainda sobre a importância dessas remessas enviadas pelos emigrantes ao Haiti, Luís Felipe Magalhães (2017), salienta que estas, representam cerca de 150% das exportações do país, e que oscilou entre 22 e 26% do PIB nacional no período de 2005 a 2014, como podemos observar no gráfico:

Gráfico 1:



Fonte: (MAGALHÃOS, 2017, p. 241).

Vale salientar que segundo Joseph Handerson (2015), a Constituição de 1987 do Haiti, não permitia a dupla nacionalidade. Segundo a legislação, quem optava por outra nacionalidade automaticamente rejeitava a cidadania haitiana e perdia alguns direitos políticos e sociais. Mas devida a importância no país de quem reside no exterior, em 2012, o então presidente Michel Martelly promulgou uma emenda constitucional, concedendo o direito à dupla nacionalidade, permitindo que esses tenham mais de um passaporte, além de votar e concorrer a diversas funções eleitorais, ou seja, permitindo que quem mora no exterior participe da vida política na nação.

Essa mudança legislativa foi apenas para legitimar a importância que a emigração tem no metabolismo social do Haiti, já que antes dessa emenda, existiam dois ministérios para tratar de assuntos ligados a emigração, o Ministério dos Assuntos Estrangeiros e o Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE), assim como nos explicita Handerson (2015):

Segundo os dados oficiais do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE, a sigla em francês), aproximadamente entre 4 a 5 milhões de haitianos estão espalhados pelo mundo. Isso representa a metade dos habitantes do Haiti, estimados em 10.413.211 em 2013 pelo Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI). Dentre aqueles no exterior, 300 mil visitam anualmente o Haiti, particularmente nos períodos festivos e de férias (HANDERSON, 2015, p.52).

Ainda de acordo com Durval Fernando e Maria Castro (2014), apesar dos recursos que aportam ao Haiti, a emigração tem também seu lado nefasto. Em 2010, daqueles que receberam educação superior no país, 85% se encontravam no exterior. Como também, o país se torna dependente de remessas de quem reside no exterior, impactando todo o tecido social haitiano, e dificultando a superação dos problemas estruturais do país.

Importa aqui informar que o primeiro grande fluxo migratório haitiano no século XX, foi direcionado a sua emigração para atender as demandas nas plantações de cana de açúcar de Cuba e Republicana Dominicana.

WOODING e MOSELEY WILLIAMS (2009), *apud*, Handerson (2015) levanta que se estima que em Cuba foram 30.000 a 40.000 camponeses haitianos que migravam temporariamente todos os anos, entre 1913 e 1931. Os que eram chamados de braceros e eram enquadrados em políticas específicas de temporários. Em 1928, foi proibido legalmente trazer mais trabalhadores haitianos para as plantações de Cuba, mas continuaram chegando até 1961, para trabalhar nas plantações de café. Em 1944, era estimado em mais de 80.000 haitianos em

Cuba. Na República Dominicana os censos afirmam um total de 28.258 haitianos em 1920, contra 52.657 em 1935.

Esse primeiro grande fluxo de mobilidade de haitianos para o exterior constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-1943) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente (HANDERSON, 2015).

Quando o país é ocupado pelas forças militares norte-americanas, seguindo a crença de que por indicação da providência divina os Estados Unidos deveriam manter a ordem e a paz na bacia do caribe e na América Central, o Haiti transforma-se em colônia de Washington. No mesmo período, eles ocupam também Cuba, além da República Dominicana. E, criam o estado do Panamá, obtendo a soberania permanente sobre a uma faixa de terra, onde seria mais tarde construído o canal do Panamá (SEITENFUS, 1994).

Ainda sobre atuação estadunidense, que nesse momento começava a despontar como uma potência imperialista que conquistaria a hegemonia internacional, Seguy (2009) discute:

Destarte, no momento em que os poderosos abrem o século XX por uma primeira grande guerra (chamada Primeira Guerra Mundial), os Estados Unidos, todo- poderosos nas Américas, valendo-se da doutrina Monroe – “A América aos [norte-]americanos”, isto é às classes dominantes dos Estados Unidos – estabelecem a sua primeira ocupação militar no Haiti (1915-1934). Um dos primeiros atos dessa invasão foi o assalto ao Banco Central do Haiti. Toda a reserva de ouro do Banque de la République d’Haïti foi saqueada pelos Marines (marinheiros) e levada para Washington (SEGUY, 2014 p. 37).

Além dos invasores ianques, no seu primeiro ato esvaziaram abertamente o Banco Central da República e desapropriaram as porções de terra dos camponeses, implantando companhias de produção açucareira, de banana e borracha. Assim, por exemplo, a *Haytian American Sugar Company* (HASCO) roubou 7 532 hectares; a *Haytian Products Company*, expropriou 3 166 hectares; a HADC, mais 4 410 hectares; e a *Société Haïtienne de Développement Agricole* apoderou-se de 12403 hectares (SEGUY, 2009).

Conforme Octavio Ianni (1987), todo o Caribe fazia parte de um capítulo fundamental da geopolítica norte-americana. Esses e outros fatos apontam para a importância das relações externas no desenho da sociedade nacional, e os setores das classes dominantes podem atuar de acordo com os interesses imperialistas, ainda segundo Ianni (1987), demonstra essa questão através da citação do José Carlos Mariátegui (1969); "As burguesias nacionais, que vêm na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de vantagens, sentem-se bastante donas do

poder político para não preocupar-se seriamente com a soberania nacional"(MARIÁTEGUI, 1969, p. 87 *apud* IANNI, 1987, p. 24).

Assim, então, fica evidente nessa invasão imperialista o interesse da burguesia norte-americana, que contando com o apoio da classe dominante haitiana, pretendeu intensificar a dependência do país, realizando a desapropriação das terras dos camponeses²⁴, obrigando com que ele venda a sua força de trabalho de forma precária e a um baixo custo, aumento a margem de lucro em cima da mais valia, e fazendo com que o Haiti ocupe o papel de força de trabalho barato na divisão internacional do trabalho, aprofundando a sua dependência no Sistema Internacional.

Segundo Seguy (2009) o aprofundamento da dependência do Haiti por parte dos invasores ianques buscou reestabelecer condições de trabalho semelhantes ao modelo escravista. Eles restabeleceram uma lei bastante questionada e cuja aplicação tinha sido abandonada, a Lei Corvée²⁵. Que segundo Laënnec Hurbon (1987):

De 1912 a 1928, isto é, durante o período da ocupação americana (que vai de 1915 até 1934), milhares de camponeses, apropriados pelo invasor e submetidos à *corvée*, partem como cortadores de cana nas plantações americanas da República Dominicana e de Cuba” (LAENNEC HURBON, 1987, p. 28 *apud* SEGUY, 2009, p. 122).

Consequentemente, os imigrantes sofrem sérias de consequências, já que esses são recebidos para ocupar as funções dentro da divisão do trabalho que os nativos não desejam, mas são os primeiros a serem descartados, e como são tratados pelos capitalistas como um exército de força de trabalho de reserva, despertam dos nativos antipatia, que pode se manifestar através da xenofobia e racismo na particularidade dos haitianos.

Vejamos como nos mostra Handerson (2015) em exemplo extremo de xenofobia:

²⁴ O movimento de desapropriação das terras dos camponeses haitianos, afetam o lado económico, social e cultural, pois dentro do culto do Vodou, influência das suas origens africanas, a terra é também o lugar de cultuar os ancestrais mortos, e repelindo a posse dessa terra não rompe apenas com a sua sobrevivência material, mas também com a sua crença espiritual, já que rompe o vínculo dos camponeses com seus ancestrais que habitavam essa terra.

²⁵ Trata-se de um costume muito antigo. Na colônia, o mesmo tratamento se aplicava aos presos políticos. Eis uma descrição de Léon Audain, em 1904: “O chefe de bairros rurais [*chêf seksyon*, em crioulo haitiano] controla as *corvées* [trabalho forçado realizado por camponeses]. Quando, por exemplo, um grande trabalho nacional, tal como reparação de uma estrada perto da cidade torna-se impraticável, ou uma *corvée* particular, como a limpeza da cavalaria de um grande chefe ou a preparação de seus jardins, exige o concurso de muitos braços, os chefes de bairros rurais prendem os camponeses. Estes, sob a vigilância de alguns guardas locais, são levados ao lugar onde deve se realizar aquele trabalho, em longas filas de homens apertados e segurando-se uns nos outros pela blusa ou pela cintura da calça. Os homens, durante a *corvée*, não têm direito nem a retribuição pecuniária nem à comida; trata-se de uma variedade de trabalhos forçados transitórios para inocentes”. Isto é, um tipo de trabalho escravo (SEGUY, 2009, p. 121).

Em 1937, a xenofobia dominicana teve sua expressão mais violenta, quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares matar milhares de cidadãos haitianos, mas até hoje não se sabe, de fato, quantos foram assassinados, estimados e entre 6.000 a 30.000. O massacre era claramente racista e anti-aitiano (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009 *apud* HANDERSON, 2015, p. 69).

O massacre xenofóbico demonstra o quanto o racismo dominicano alimenta constantemente o temor de que a presença haitiana se faça quantitativamente significativa no país. Já que, de acordo com o Seguy (2009), utilizando dos dados proporcionados pelo Grupo de Apoio aos Refugiados e Repatriados (GARR) assinala que 90% da mão de obra agrícola da República Dominicana estão constituídas por trabalhadores haitianos.

Portanto, o primeiro dos quatro grandes ciclos migratórios haitianos no século XX, segundo Handerson (2015), teve a República Dominicana e Cuba como destino. Diferente do segundo grande ciclo que teve os Estados Unidos como principal destino²⁶. Nesse momento, eles já não ocupavam mais o Haiti militarmente, pois acreditamos, assim como, Ivo Tonet (2018), que nessa etapa do imperialismo, para manter a dominação dos países periféricos, já não é necessário a ocupação militar direta, e sim pela dominação indireta, por meio do capital industrial e financeiro, embora o suporte militar nunca estivesse inteiramente ausente.

Nesse momento os estadunidenses se tornaram mais familiares na sociedade haitiana. O inglês tornou-se obrigatório no sistema educacional do país e cresceram significativamente as igrejas protestantes americanas. Além disso, a elite haitiana também mandava seus filhos estudarem nesse país (HANDERSON, 2015).

Acreditamos que nesse período os ianques já haviam construído uma dominação com base na hegemonia na sociedade haitiana. Compreendemos, o conceito de hegemonia em sua peculiar acepção gramsciana, ou seja, a de direção político-ideológica fundada no consenso, enquanto diversa (mas complementar) da dominação fundada na coerção (COUTINHO, 2012).

Ainda no seio deste segundo fluxo, a partir da década de 1960, sob a ditadura de François Duvalier²⁷ (1957- 1971), foi reconfigurada a emigração haitiana em termos de amplitude, composição e orientação dos fluxos das pessoas oriundas de diferentes camadas sociais, gerações e regiões (HANDERSON ,2015).

²⁶ Também nesse fluxo, os haitianos migram consideravelmente para as Bahamas, onde são estimados entre 40.000 a 70.000. Assim como, a Guiana Francesa se torna um importante destino para esses emigrantes (HANDERSON 2015).

²⁷ François Duvalier médico do interior do país, que fica conhecido como Papa Doc, início a ditadura em 1957, período que ficou conhecido como Era Duvalier, já que após a sua morte em 1971, o poder é transferido para o seu filho Jean-Claude, conhecido como o Baby Doc que ficou no poder até 1986 (SEITENFUS, 1994).

Quando Duvalier se autodeclarou presidente vitalício e transformara o Haiti numa república hereditária, organizando uma milícia popular, denominada de voluntários da segurança nacional, mais conhecida pelo povo de *toton macoutes*²⁸, para perseguir violentamente qualquer tipo de oposição, obrigou a classe média de intelectuais a emigrarem, para fugirem da perseguição que estavam sofrendo (SEITENFUS, 1994).

Os Estados Unidos transformaram o Haiti em uma extensão do seu quintal, e aliando-se à burguesia haitiana decidiram, assim como na sua primeira ocupação (1915-1934), intensificar a exploração e precariedade dos trabalhadores haitianos. Para Seguy (2007) na década de 1970, eles realizaram uma nova castração na economia camponês do país, dizendo existir uma peste suína africana e mataram sistematicamente todo o gado suíno pertencente aos camponeses. Ainda segundo o autor:

Para entender o alto significado criminoso deste ato, é preciso saber que o porco no Haiti levava na época o apelido de “Kanè Bank Peyizan/ Conta bancária do camponês”. Ao lado da agricultura de subsistência, a criação de porcos era, pois, a principal fonte de sobrevivência nos meios rurais haitianos. (SEGUY, 2007, p.124).

Com a retirada da posse da terra dos camponeses e o baixo nível de desenvolvimento industrial no país, os trabalhadores do campo são forçados a vender sua força de trabalho por um preço muito baixo, esse movimento tem como consequência, para além da superexploração, o crescimento da marginalização das populações urbanas, que se aglomeraram em bairros miseráveis, favelas e periferias. Com a alta taxa de trabalhadores na condição de força de trabalho de reserva, e a falta de uma posição definida no sistema de produção, resulta no aumento de ocupações informais e na precarização nas condições de vida (MARINI, 2013).

Consequentemente, neste período as empresas norte-americanas que eram apenas 13 em 1966, passaram a 154 em 1981. Assim como o Estado haitiano executou seu contrato com seu homólogo dominicano para providenciar-lhe em forças braçais devendo servir como cortadores de cana nos bateys, nas plantações de cana da região fronteira haitiano-dominicana (SEGUY, 2007, p.139).

No quadro abaixo, Seguy (2014) nos demonstra o acordo entre o Estado Haitiano, para enviar emigrantes haitianos para trabalhar nas plantações de açúcar dos Estados Unidos na República Dominicana:

²⁸ Como ficou conhecido pelo povo a Milícia criada pelo ditador François Duvalier (Papa Doc), os *toton macoutes* eram encarregados de fazer a segurança pessoal do ditador, controlar as forças armadas tradicionais e reprimir qualquer oposição (SEITENFUS, 1994).

Quadro 1:

Algumas cláusulas financeiras do acordo discutido entre os governos haitiano e dominicano em 14 de novembro de 1966 a respeito do fornecimento de 15 000 operários agrícolas haitianos para atuar como cortadores de cana a partir da safra da cana-de-açúcar de 1978-1979:

“Artigo 8: O operário agrícola haitiano contratado pelo Conselho de Estado do Açúcar trabalhará exclusivamente na usina açucareira do Estado dominicano para a qual foi contratado. [...]

Artigo 10: Para compensar os custos decorrentes da contratação dos 15 000 operários agrícolas e seu transporte dos centros de contratação no Haiti até Malpasse, o Conselho de Estado do Açúcar se engaja a dar ao Governo Haitiano a quantia de um milhão duzentos e vinte e cinco mil dólares (S 1 225 000), em moeda americana. [...]

Artigo 13 [...] O Conselho de Estado do Açúcar dará ao Governo Haitiano a quantia de oitenta e cinco mil dólares (S 85 000) para assegurar os custos de transporte dos 15 000 operários haitianos de Malpasse até os centros nos quais haviam sido contratados.

Artigo 14: [...] a Embaixada do Haiti na República Dominicana tem o privilégio de nomear 75 inspetores e 15 supervisores para proteger os operários haitianos.

Artigo 20: O salário normal de cada supervisor será de R.D. S 350 (trezentos e cinquenta dólares) por mês e o salário normal de cada inspetor será de duzentos dólares (R.D. S 200). [...]

Artigo 26: O Conselho de Estado do Açúcar se engaja a pagar ao operário agrícola haitiano para cada 18 toneladas curtas de cana a quantia de R.D. 1.35 em moeda dominicana. [...]”.

Fonte: MARICE LEMOINE, 1981, p. 287-291 *apud* SEGUY, 2014, p. 39).

Como resultado dessas políticas adotadas pelo Estado Haitiano, esse fluxo migratório que teve seu auge entre 1977 a 1981 quando 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos às costas da Flórida, tendo morrido muitos nesse mesmo período em alto mar. Ocorreu o fenômeno que ficou conhecido como *boat people* (viagem pelo mar em embarcações precárias), onde muitas delas afundavam por problemas técnicos, ou até mesmo, em outros casos, por ação dos agentes norte-americanos que afundavam esses barcos, matando os emigrantes que tentavam chegar a Miami (HANDERSON, 2015).

Eleito em fevereiro de 1991, Jean-Bertrand Aristide foi deposto por um golpe militar em 30 de setembro do mesmo ano, ficando exilado nos Estados Unidos, antes de ser reinstalado no poder em 15 de outubro de 1994. Esse período da primeira metade da década de 1990, dentro do contexto do golpe de Estado, marcou o terceiro grande fluxo migratório haitiano, aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de *Guantânamo Bay* em Cuba, onde alguns ficaram preso por mais de um ano e a grande maioria teve o pedido de refúgio indeferido e foram deportados de volta para o Haiti (HANDERSON, 2015).

Mais de 100.000 haitianos deixaram o Haiti na época da deportação do ex-presidente Jean- Bertrand Aristide, no ano de 1991. Alguns dirigiram-se para os países vizinhos, cruzaram a fronteira da República Dominicana de ônibus, enquanto outros navegaram para Guantânamo, Cuba e os Estados Unidos. Dos países onde os haitianos solicitaram refúgio (Estados Unidos, República Dominicana, Guadalupe, Guiana Francesa e Bahamas) na época, alguns negaram-lhes o estatuto de refúgio. Os governos consideravam tratar-se de imigrantes econômicos, à exceção daqueles que conseguiam comprovar sofrerem perseguição por razões políticas, étnicas ou religiosas conforme estabelecido pela Convenção de Genebra (HANDERSON, 2015, p.73).

Como já discurremos neste trabalho, os três grandes fluxos migratórios haitianos no século XX, tiveram como destinos prioritários os países de capitalismo avançado, como Estados Unidos, França e Canadá. Nos momentos em que não era possível o acesso a esses países, os haitianos migraram para países pertencentes à periferia do sistema capitalista, como Cuba, República Dominicana e Guiana Francesa.

Entretanto, já no início do século XXI, quando se inaugura o que Handerson (2015) denomina de o quarto grande fluxo migratório haitiano, há uma grande mudança no destino escolhido por esses emigrantes. Neste contexto a América Latina²⁹ e o Brasil se tornam rapidamente um dos principais destinos desse movimento migratório internacional.

Podemos relacionar a esse movimento, o que os pesquisadores Luiz Antônio Pinto de Oliveira e Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (2011) observam no âmbito da migração internacional, de que ao mesmo tempo que barreiras foram erguidas nos países de capitalismo avançado, que eram áreas que tradicionalmente recebiam essas correntes migratórias relacionadas com as mudanças na economia e na sociedade contemporâneas, bem como, são cada vez mais frequentes as manifestações de xenofobia.

²⁹ A partir de 2010, países da América Latina, como o Brasil, Chile, Argentina, Equador e Peru, começam a receber de forma intensificada os emigrantes haitianos (HANDERSON, 2015).

1.3 Brasil como destino dos emigrantes haitianos (século XXI)

A partir deste momento canalizaremos o debate aqui, para analisar a emigração haitiana para o Brasil e discorrer sobre os motivos que levou o país a se transformar em uma rota importante para essa etapa da emigração haitiana, ou seja, para o quarto grande fluxo migratório haitiano que teve início no começo do século XXI, mais especificamente após a tragédia de 2010, quando um terremoto de grandes proporções praticamente destruiu a capital Porto Príncipe e devastou o país.

Mas precisamos pensar sobre as transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do XXI, que demonstram a necessidade de refletir sobre questões como economia, política, cultura, religião, gêneros e etnias, povos e nações em uma escala global, ou seja, devemos analisar as estruturas mundiais de poder e as lutas de classe em escala mundial. Se essa situação já se anunciava na época do colonialismo e do imperialismo, agora, no globalismo é evidente (IANNI, 2002).

As transformações no âmbito do sistema capitalista em detrimento da sua adaptação aos períodos de crise, modificou o mundo do trabalho. A tal ponto que na década de 1980 e 1990 passou a afirmar que a classe operaria iria desaparecer, como uma etapa natural de transformação social, “a classe operaria desaparecerá nos próximos 20 ou 30 anos” (COGGIOLA, 2002).

Atualmente a classe operaria não apenas persiste em existir, como as suas contradições oriundas da divisão de classes da sociedade, vem vivendo um período de acirramentos por anos de aplicações de políticas neoliberais. Ainda segundo Osvaldo Coggiola (2002) as “novas tecnologias” não significaram o fim da sociedade do trabalho, mas paradoxalmente no auge do desenvolvimento técnico, houve um aumento na exploração do trabalho como prolongamentos das suas jornadas e práticas de terceirização, sobre as transformações do mundo do trabalho e suas consequências:

Sustentou-se a existência de uma “nova estrutura social de acumulação” (ou “nova ordem”) denominada “pós-fordismo”, que sucederia a esgotada estrutura “fordista” (caracterizado pela linha de montagem). A nova ordem, o pós-fordismo, às vezes chamado de neofordismo, foi definida por: novos métodos de produção baseado na microeletrônica; práticas flexíveis; posição muito reduzida dos sindicatos da sociedade; nova e mais marcada divisão da classe trabalha, entre trabalhadores centrais e periféricos; um grau maior de individualismo e diversidade social; domínio do consumo sobre a produção (COGGIOLA, 2002, p.462).

Podemos perceber o tamanho da devastação do Haiti, e suas consequências sociais a partir do terremoto através do Seguy (2014):

Na terça-feira do dia 12 de janeiro de 2010, às 16 horas e 53 minutos, um terrível terremoto de 7,2 graus na escala Richter arrasou a região Oeste do Haiti. Porto Príncipe, a capital, e seus contornos, área mais densamente habitada, foram também a principal área abalada. Como de costume no Haiti, a fraqueza institucional combinada com a guerra das estatísticas e os interesses econômico-políticos por trás delas impedirá para sempre saber o balanço real com exatidão. Mas, tanto o governo quanto as instituições internacionais vigentes no Haiti trabalham com o número oficial de 300 000 mortos³⁰, 300 000 feridos entre os quais 5 000 amputados (SEGUY, 2014, p. 24).

Ainda segundo dados deste mesmo autor, os danos materiais foram de 105.000 (cento e cinco mil) residências totalmente destruídas e outras 208.000 (duzentos e oito mil) irreversivelmente danificadas, além de que 1.300 (um milhão e trezentos mil) edifícios educacionais, 50 (cinquenta) hospitais e centros de saúde desabaram ou foram inutilizáveis, e ainda falavam-se em 1,5 (um milhão e quinhentos mil) milhões de pessoas desabrigadas.

A América Central fica no meio de uma vulnerabilidade geográfica, sendo um celeiro de furacões, tempestades, vulcões e terremotos. (PALICER, 2017). Antes mesmo de se reconstruir do terremoto de 2010, o país ainda sofreu com a passagem do furacão *Matthew*³¹ em 2016, deixando um novo rastro de destruição.

Diante dessas catástrofes que atingiram o Haiti, aliando às condições sociais e estruturais do país, o Brasil passou a ser um solo fértil para a vinda dos haitianos. Segundo o pesquisador Jean René Patrice (2017), o desemprego atinge de 70 a 80% da população; 75% da população vive com menos de 2 dólares por dia; o analfabetismo alcança 90% das pessoas; não existe água e esgoto nas casas; as pessoas retiram água dos poços artesanais, carregam para casa em baldes e usam carvão para cozinhar; algumas poucas casas possuem energia elétrica, que acaba todos os dias sem nenhum aviso prévio; andam longos períodos porque não dispõem de recursos para custear um transporte; a maior parte dos habitantes não existem oficialmente, pois não possuem nenhum documento; e, a esperança de vida é baixa, com 58 (cinquenta e oito) anos.

³⁰ Para ter uma noção da proporção desses números e o seu significado social, é bom ressaltar que em março de 2009, a população total do Haiti (27 750 km²) era de 9 923 243 habitantes, dos quais 3 664 620 moravam na região Oeste, onde fica a capital, Porto Príncipe. Quer dizer, os 300 000 mortos representam cerca de 10% da população da região mais atingida (SEGUY, 2014, p. 25).

³¹ Foi um poderoso ciclone tropical que passou pela Jamaica, Cuba, República Dominicana, Bahamas e, especialmente, o Haiti. Também chegou aos Estados Unidos, mas com menos intensidade.

Assim como outros diversos tipos de inseguranças, como nas políticas socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico. Todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada através do referido terremoto, que provocaram esse movimento migratório (HANDERSON, 2015).

Dados sustentados pelo Instituto de Migrações e Direitos Humanos demonstram que cerca de 73.000 haitianos adentraram ao Brasil, considerando o período de 2012 a 2016. Isso significa que, a partir da própria leitura de Handerson (2017), o Brasil em um período de sete anos (de 2010 a 2017) se transformou no sexto país em importância no espaço da mobilidade internacional haitiana, atrás apenas dos Estados Unidos, Canadá, França, República Dominicana e Cuba.

Ainda sobre os imigrantes haitianos no Brasil, informações do Instituto de Políticas Pública em Direitos Humanos (IPPDH) do Mercosul, e a *Organización Internacional para las Migraciones* (OIM), publicou uma pesquisa denominada *Diagnóstico regional sobre migración haitiana* (2017), demonstrando que existem 67 mil haitianos vivendo regularmente no Brasil, como podemos observar:

Por su parte, Brasil contaba a mediados de 2016 con 67 mil haitianos en situación regular. Este valor es relevante en particular tratándose de una estrategia de visado humanitario, es decir, donde se consideran las condiciones de vulnerabilidad estructural de origen como causa suficiente para habilitar la regularización migratoria. Un salto cualitativo en la emisión de visado humanitario fue la operativización en acuerdo con la Organización Internacional de las Migraciones (OIM) del Centro de Solicitud de Visas a Brasil (BVAC) en Puerto Príncipe que optimizó sustancialmente los tiempos y condiciones de entrega de las visas (IPPDH, OIM, 2017, p 17).

Dentro deste mesmo diagnóstico, foi identificado também que a principal rota de entrada desses imigrantes ao país, foi pela fronteira terrestre, atravessando o Peru e passando pelas cidades de Tabatinga (Amazonas) e Brasileia (Acre) e em menor medida pela Bolívia, para depois adentrar a várias regiões do Brasil.

Compreendemos que fatores de suma importância e atrativas para a vinda dos haitianos ao Brasil, foram a participação do país na MINUSTAH (A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti)³², além das grandes obras para a Copa do Mundo (2014) e Jogos

³² A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país. O Conselho de Segurança da ONU adotou, em 13 de abril de 2017, a Resolução 2350 (2017), que estendeu pelos seus últimos seis meses o mandato da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) e

Olímpicos (2016) realizadas no Brasil, que demandava de um grande número de força de trabalho, principalmente no setor da construção civil. Bem como deste ter atingido o status de 6º maior economia mundial em 2011, bem próximo do terremoto a onde teve uma grande concentração da emigração.

Handerson (2015) na sua tese intitulada, “*Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*” elaborou uma etnografia com os emigrantes haitianos, apontando esses como principais motivos da escolha pelo Brasil como destino, conforme podemos observar nesse quadro abaixo:

Quadro 2:

- 1) inicialmente, o Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França;
- 2) o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH);
- 3) a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos;
- 4) a difusão entre os haitianos (no Haiti e no exterior) de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico);
- 5) a propaganda de a imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador;
- 6) circular a informação de, no Brasil, o migrante ganharia moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2.000 a U\$ 3.000 mensais.

Fonte: (HANDERSON, 2017, p.14).

estabeleceu, a partir de 16 de outubro do mesmo ano, uma nova operação de manutenção da paz no país – Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), composta apenas por civis e unidades de polícia. O Brasil sempre comandou o componente militar da Missão (2004-2017), que teve a participação de tropas de outros 15 países, além do efetivo brasileiro de capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea. Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 11 abri. 2019.

René Patrice (2017) concorda que a presença militar do Brasil no Haiti, tenha influenciado esse processo migratório, mas adiciona outros fatores, como a criação pelo Estado brasileiro do Centro Cultural Brasileiro no país, além das visitas dos presidentes Lula e Dilma, bem como, a visita da seleção brasileira em 2004, e atuação particularmente da ONG Viva Rio em terras caribenhas.

Esses fatores se alinham a uma questão extremamente importante de se compreender na sociedade haitiana, que é a emigração na cultura desse povo, como algo que está enraizado. Isso forma, em nosso entendimento, os motivos desse aumento exponencial do fluxo migratório onde o Brasil se tornou um dos países mais escolhidos como destino, está aliado ao papel de ambos os países no processo de desenvolvimento globalizado vinculado à divisão internacional de trabalho (René Patrice 2017). Com uma numerosa população – estimada em 10 milhões de habitantes – o Haiti compõe um imenso exército industrial de reserva, que garante a mão de obra barata e a pressão sobre os que trabalham, para que não se mobilizem por melhorias (ALMEIDA, 2010).

Para Coggiola (2002) as migrações legais e ilegais têm como consequência imediata, o favorecimento do trabalho informal. Já que o imigrante é em geral o candidato aos empregos mais precários e informais disponíveis na sociedade, quando chegam ao país de destino, são motivados pelos sonhos que inspiram todos os emigrantes, que é de buscar melhores condições de vida, trabalho e moradia. Contudo, quando os haitianos chegam em terras brasileira enfrentam toda a sorte e dificuldades, como péssimas condições de trabalho e moradia. Esses trabalhadores são incorporados ao metabolismo social do país por meio de uma superexploração da sua força de trabalho.

Seguindo a cartilha neoliberal, as últimas décadas tiveram como característica o aumento da exploração da classe trabalhadora, conseqüente a três fenômenos: desregulação trabalhista; massificação do desemprego e a expansão da pobreza (COGGIOLA, 2002).

Portanto o ressurgimento do desemprego em grande escala, torna os haitianos vulneráveis a superexploração ao chegar ao país de destino, aliada a barbárie que é o sistema capitalista, faz com que eles corram o risco de ser reféns de aliciadores, que através de falsas promessas ou fraudes, estabelecem uma rede de tráfico de pessoas para exploração de trabalho escravo ou exploração sexual³³.

³³ Em novembro de 2013, em um resgate de 172 trabalhadores, 100 eram haitianos, esse fragante aconteceu em uma obra da mineradora Anglo American no município mineiro de Conceição do Mato Dento. Disponível em: <<http://www.dmtemdebate.com.br/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

O mercado de trabalho brasileiro é extremamente desigual e excludente, principalmente quando se trata de questões raciais e de gênero, vale, brevemente, pontuar que o racismo no Brasil tem seus fundamentos na história escravocrata, e que este foi o último país do continente americano a abolir o escravismo. Isso, porém, legou, entre várias outras questões, uma forte herança cultural de racismo que se reproduz na sociedade brasileira de maneira contínua e atual.

Esses imigrantes haitianos negros ao chegarem ao país também enfrentam discriminações produzidos por xenofobia e racismo, que no caso brasileiro possui caráter estrutural, o que dificulta a adaptação desses últimos à sociedade ao país. Sem esquecer de mencionar a barreira da língua, já que no Haiti as línguas oficiais são o francês e o crioulo.

2. Atuação internacional no Haiti e a construção da hegemonia dominante

“se em 10 anos não podemos resolver essas questões, evidentemente nos parece que o caminho tem que ser outro” (Pepe Mijuca (2013), da retirada de soldados uruguaios do Haiti.

Nesta análise utilizamos do marco teórico gramsciano das relações internacionais por entender que sob esse léxico conceitual é possível apreender os nexos entre a dimensão interna e externa do Estado na sua totalidade histórica, compreendendo que a concepção de Estado nacional é indissociável da sua dimensão externa, possibilitando, assim, a construção de uma análise crítica da política internacional.

O Haiti viveu quase duzentos anos de isolamento em suas relações internacionais, consequência da resiliência do seu povo em não aceitar a dominação colonial. Foi punido durante esse período pelas grandes potências imperialistas e isolado em sua própria ilha, transformando-se em uma espécie de quilombo e sempre utilizado como exemplo pelos países dominantes para amedrontar futuras tentativas de libertações nacionais. Yanick Lahens (2012), utilizando da citação do presidente norte-americano Thomas Jefferson, nos explana que bastava que não fosse permitido aos negros a posse de navios que a sua independência não causaria problemas ao demais impérios.

O exercício da hegemonia dos países dominantes no Haiti passa pela estratégia ideológica e racista ocidental em fazer acreditar que o país não é capaz de se auto determinar, ou seja, que o povo haitiano não tem condição de administrar o seu próprio país. E a justificam pelo título de país mais pobre do continente, com pouca estabilidade política e, portanto, precisam de uma intervenção internacional para socorrer o país e salvar o seu povo da miséria. Temos como hipótese que um dos motivos da intervenção internacional no Haiti é de impedir uma migração massiva, ou seja, manter a sua população presa na ilha e permitir a migração apenas de acordo com a necessidade do capital, determinada pela força de trabalho mais qualificada para os países centrais e menos qualificada para países periféricos, mantendo a migração sobre “controle” e dirigida.

Mesmo o Haiti não vivendo uma guerra civil ou um conflito de alta intensidade, nem mesmo ameaçando seus vizinhos, já que o país havia abolido o seu exército nacional³⁴ em 1995, o país passa por uma forte intervenção internacional em seu território, de tal forma que de 1993

³⁴ O golpe em Aristide de 1991, foi comandado pelo chefe das Forças Armadas, Raoul Cédras, pelo chefe de polícia de Porto Príncipe, Joseph-Michel François, e pelo general Philippe Biamby, ou seja, teve como articulador e base de sustentação as Forças Armadas do Haiti (FAH). Em resposta Aristide quando retorna ao poder, dissolve as Forças Armadas do Haiti, e passa a segurança para a Polícia Nacional Haitiana (PNH) (VAZ,2015).

até 2017 o país conviveu com nada menos do que oito missões internacionais, (SEITENFUS, 2014).

Desta forma, as perguntas que pretendemos responder nesse capítulo são: quais foram os resultados desses vinte e quatro anos de intervenção internacional no país? Se o objetivo dos organismos internacionais é ajudar o Haiti, por que os investimentos repassados não foram direcionados a melhoria da infraestrutura do país? E por que a estrutura da intervenção é de uma operação de guerra em um país que não está em guerra?

2.1 intervenções internacionais no Haiti

Para compreender o Haiti é necessário analisar a influência da política internacional e suas intervenções no país, através das suas instituições econômicas e políticas, além de ferramentas ideológicas. A migração do seu povo é absorvida pelo capital para baratear a força de trabalho no âmbito local das nações, mas essas migrações são mantidas sob controle, apenas para atender as demandas do capital e não possibilitar alteração no metabolismo social.

A migração haitiana é absorvida pelo capital no âmbito interno das nações, resultando no preenchimento de determinados postos de trabalhos e barateando o custo da força de trabalho, mas ela também é controlada e dirigida pelo capital para não causar mudanças estruturais, criando um paradoxo, onde ao mesmo tempo que a incentiva, a controla e a restringe.

Para proceder a essa análise crítica, consideramos os pilares do sistema capitalista, refletindo sobre a tríplice Capital, Trabalho e Estado, que dentro do metabolismo social se apresentam entrelaçados. Podemos refletir a respeito do papel do Estado no atual estágio de acumulação capitalista com Mézáros:

Em nossas sociedades, a base causalmente determinante da violência é a ordem sociometabólica do próprio sistema do capital. O Estado, com certeza, é parte integrante desse sistema como um modo de controle sociometabólico, e funciona como o agente ativo tanto da lei do Estado como da ilegalidade do Estado a serviço da manutenção geral da ordem sociometabólica estabelecida (MÉZÁROS, 2015, p. 59).

Neste trabalho discordamos de análises como a da Anelise Vaz (2015), em que define o Estado haitiano apenas como fraco, falido ou em uma situação de extrema debilidade, pois em

nosso entendimento são colocações que atuam em defesa da classe dominante. Assim como, Seguy (2014) expõe:

O Estado se impõe como o destruidor de tudo que foi conquistado como democrático até aqui. Inclusive o direito à dignidade humana para os mais humildes. Para aquelas e aqueles que se encontram do lado desfavorável da barricada, nosso Estado exerce apenas sua função policial de detentor do monopólio da violência legitimada. Por isso o consideramos um Estado forte mais do que nunca, ao contrário do discurso ideológico e propagandista que enfatiza apenas seu lado fraco (SEGUY, 2014, p. 284).

Sob a perspectiva das Relações Internacionais é possível apreender que o Sistema Internacional está estruturado de maneira que os países ocupam diferentes posições mediante a relação Centro e Periferia, e a teorização das relações entre o sistema de Estados e o capitalismo permite que se reflita sobre o *modus operandi* entre Estados, capital e trabalho (MATHIAS, 2015).

Destacamos que os países centrais e hegemônicos exploram as suas vantagens em relação aos países periféricos e não hegemônicos, assim como, controlam os mecanismos de competição do mercado e de desenvolvimento tecnológico, o que possibilita, inclusive, por serem detentores desta tecnologia avançada, uma alta produtividade e capacidade de desterritorialização da rede produtiva, o que reduz custos e facilita a comercialização e distribuição de mercadorias e produtos (MATHIAS, 2015).

Ainda de acordo com a Mathias (2015), tendo em vista o neoliberalismo e o Estado na forma liberal, os países latino americanos abandonam a concepção de que o mercado interno tem a capacidade de ser o núcleo dinâmico da economia, aumentando a fragilidade da economia nacional e aprofundando as desigualdades sociais. Nesse sentido, torna-se possível identificar o lugar que o Haiti ocupa na divisão internacional do trabalho e qual a função da migração do povo no atual estágio do desenvolvimento capitalista.

O Haiti ocupa o papel na divisão internacional do trabalho de atender as demandas dos países centrais, assim como os demais países dependentes da América Latina, e sua organização interna de produção não foi estruturada para priorizar a atender as demandas dos seus povos, mas sim aos interesses dos países centrais, por ser o papel que lhe foi atribuído na divisão internacional do trabalho. Pela sua posição geográfica próxima da maior potência hegemônica atual, os Estados Unidos da América contribuíram para que esse país fosse inserido no ramo de produção.

Nas palavras de Seguy (2014):

A regra, afinal, se resume assim: quanto mais barata a mão-de-obra e menos regulamentado o mercado de trabalho, melhor. Já que “no setor do vestuário, o fator de produção mais caro é a mão-de-obra, o segundo sendo a energia”. A única exigência a ser cumprida pelo Estado haitiano afinal é “que os portos e alfândegas funcionem bem” (p. 12) para facilitar a exportação da produção e a importação dos fatores de produção (SEGUY, 2014, p. 47).

Ou seja, a função que o Haiti exerce na divisão internacional do trabalho é a de ser força de trabalho barata, excedente e subalternizada, tornando a sua população sujeita á migração. No âmbito interno da nação, a principal atividade econômica é o ramo da produção têxtil, porque visa atender as demandas dos países hegemônicos no cenário internacional.

Compreendemos o Imperialismo, assim como Tom Bottomore (2001), sendo uma relação econômica e política entre países do capitalismo central e periférico, que principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial se tornou sinônimo de opressão e da exploração dos países da periferia pelos países centrais. Quando analisamos o Haiti, dimensionamos um país nas relações internacionais com a particularidade da América Latina, ou seja, países da periferia do sistema capitalista que vivem em uma condição de dependente e subalterno dos países centrais do capitalismo. Como coloca Mathias (2016), quanto maior for o grau da dependência, mais sensíveis e vulneráveis aos impactos de mudanças econômicas e tecnológicas estarão as nações. O que torna ainda mais evidente a influência mútua entre os planos interno e externo.

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, as políticas de caráter neoliberal são impostas aos países de economias periféricas do sistema de produção capitalista pelos países de economias centrais deste sistema. Compreendemos a relação entre neoliberalismo e o Estado a partir da citação de Harvey (2008):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p 06).

Desta maneira, entendemos que a política internacional aplicada no Haiti, essa dos países que dizem atuar em função de um “socorro”, são a dominação imperialista disfarçada de

ajuda humanitária. Todo planejamento ou tomada de decisão sobre o Haiti, passa pelo julgamento do que Seitenfus (2014) denomina de Tridente Imperial, formado pelos Estados Unidos, Canadá e França, que são países centrais que historicamente mantêm uma relação de dominação e exploração no Haiti.

Louis-Juste³⁵ (2007) acredita que é difícil negar, pelo menos a intervenção indireta das potências imperialista, nos problemas políticos representado pelo Estado de crise no Haiti, assim como o aumento de Organizações Não Governamentais (ONGs) no país no momento dessa crise, que também é ideológica e política.

Na América Latina, as relações externas constituem uma determinação essencial, entram decisivamente na definição do perfil da nação. Ianni (1987) descreve que para alguns, esse movimento é de interdependência, parceria, associação, enquanto, para outros, se referem à subordinação, perda da soberania, administração externa. Mas mesmo com diferentes interpretações, todos reconhecem a importância das relações externas na conformação externa e interna tanto do Haiti como do México, do Paraguai, do Brasil.

No Haiti, até no orçamento utilizado em uma eleição o Estado arca com cerca de 25% das despesas, os demais gastos são pagos por recursos que vêm do exterior. Esse cenário possibilita que o Sistema Internacional tenha uma importância capital dentro do processo eleitoral haitiano e, através das organizações internacionais financiadoras, compõem um grupo que acompanha, aconselha, sugere, exerce pressões e não descarta ameaças veladas ou explícitas. Assim como nas eleições presidenciais de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), junto com países ditos amigos do Haiti, interviram nos rumos desta eleição, impondo um candidato à revelia da vontade popular, e contrariando regras diplomáticas e princípios eleitorais (SEITENFUS, 2014).

Para Seguy (2014) o capital tem o papel de financiamento do próprio Estado haitiano e após o sismo de 2010, até 67% do orçamento do Estado haitiano às vezes provêm de capitais estrangeiros. Ele cita 2011, como exemplo, onde a contribuição internacional no orçamento do Estado haitiano foi de 66%, ou seja 2/3 dos gastos públicos eram financiados pelo capital estrangeiro, sendo 46,34% de doações; 9,39% de empréstimos e 8,07% do Fundo PetroCaribe³⁶.

³⁵ Jean Anil Louis-Juste, foi professor e militante, foi assassinado por causa da sua militância política poucas horas antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010 (SEGUY, 2010).

³⁶ Criada em 2005 pelo presidente Hugo Chávez, a Petrocaribe se caracteriza pelo convênio que possibilita a venda do petróleo venezuelano a preços mais baratos para 17 países caribenhos: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guatemala, Guiana, Cuba, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristovão e Névis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Suriname.

Analisando o grau de intervenção que o Sistema Internacional tem no Haiti, Louis-Juste (2007) criou um conceito denominado de “Internacional Comunitária”, em sua tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Serviço social da Universidade Federal de Pernambuco em 2007, com o título: “*Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade. Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti*”.

Considera-se que a “Internacional Comunitária” é formada por instituições do sistema das Nações Unidas como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que impõem a aplicação da lógica do capital nas regiões periféricas, assim como, o de desenvolvimento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que está encarregado de dirigir a política educacional que molda as subjetividades necessárias ao prosseguimento do objetivo de reprodução e expansão do capital. A verdade é que a ideologia de comunidade serve como argumento para o controle do coração e da mente dos dominados (LOUIS-JUSTE 2007).

A “Internacional Comunitária” se constituiu de organismos econômicos, como FMI, Banco Mundial e a OMC, assim como órgãos políticos, G-8, além de ferramentas difusoras de ideologia, meios de comunicação de massa e as Organizações não Governamentais (ONGs). Reúne o conjunto de organismos e instituições nacionais e internacionais que aplicam a política do capital globalizado sob a forma de especulação financeira. Cumprem um papel ideológico, desenvolvido por instituições como a Organizações das Nações Unidas (ONU) ou ONGs locais ou estrangeiras de deslegitimar e enfraquecer qualquer oposição ao capital.

O Haiti encontra dificuldade de dispor de recursos públicos para fazer funcionar o seu aparelho estatal, serviços básicos como educação e saúde são majoritariamente controlados pela iniciativa privada, sendo essa responsável por 90% desses serviços. Informações como essas fazem com que o senso comum, muitas vezes difundido pela imprensa também, acredite que no Haiti exista um Estado falido. Teses como essa corroboram com uma lógica racista de que o país é incapaz de se auto determinar. Não divergimos que esta nação tem um grande desafio político e socioeconômico, já que a taxa de desemprego atinge 80% da força de trabalho disponível, mas acreditamos que é contraditório a forma como o Sistema Internacional lida com esses problemas sociais (SEITENFUS 2014).

Os mecanismos internacionais de interação com os problemas sociais haitianos, segundo Louis-Juste (2007), acontecem porque a “Internacional Comunitária”, particularmente através do Banco Mundial, corresponde à imposição de políticas neoliberais, sempre sob a justificativa da importância das ONGs pela pretenciosa proximidade e eficiência das mesmas a serviço dos

subalternos. Nota-se a estreita relação entre o Estado e o capital, que busca moldar a atuação da sociedade civil por intermédio das ONGs, configurando uma forma de cooperação internacional de caráter aparentemente apolítico.

A crise enfrentada pelo Haiti faz com que o país se transforme em um paraíso para as ONGs, que cumprem funções assistencialistas, mas que muitas das vezes não problematizam as desigualdades sociais do interior da nação e contribuem para sua manutenção, bem como para a subalternização do seu povo. A maior parte dessas entidades da sociedade civil são internacionais, então é bem comum que em discussões de soluções para problemas do Estado a maior parte dos participantes não seja haitiano³⁷. Não compreendemos como problema os imigrantes que atuam no Haiti, porém, acreditamos que esse fato exemplifique a nossa hipótese de que o Sistema Internacional supõe que povo haitiano é incapaz de lidar com as questões referentes ao seu país.

Consideramos que a principal contradição do Sistema Internacional em enviar a ajuda humanitária ao Haiti, é de muitas vezes os recursos das doações não serem diretamente ao Estado e sim para as ONGs. Aumentando o número e a influência dessas entidades na sociedade do país, o que a transforma em uma espécie de República das ONGs.

Em 2009 haviam registradas 243 ONGs no Haiti, mais de 50% internacionais, sendo dessas, cerca de 80% pertencentes aos países de origem do Tridente Imperial. Em 2010, após o sismo, a própria secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, declarou que mais de 10 mil ONGs de alcance transnacional se encontravam em atividade no Haiti. Representando um aumento superior a 4.000% em um curto período (SEITENFUS 2014).

Yanick Lahens (2012) acredita que esse fenômeno da grande concentração de ONGs no Haiti é algo nunca visto e questiona o que faz do país ter a maior concentração destas entidades por habitantes. Ela, particularmente, não nega que estas entidades realizaram bons trabalhos, mas que as suas consequências foram o aumento de uma forma muito rápida do preço dos alugueis, o que se tornou quase impossível um haitiano médio morar decentemente, além do aumento do preço dos alimentos, como frutas e legumes.

O Haiti também recebe uma grande quantidade de migrantes, principalmente para trabalhar nas ONGs, mas mesmo alterando algumas configurações internas, como preço do

³⁷ A escritora haitiana Yanick Lahens (2012) narra um episódio que aconteceu com ela no acampamento do *Pétion-Ville Club*: quando uma jovem pergunta a sua nacionalidade: “*és americana? És da Martinica? És africana? Então és da Oxfam?*” Nem uma vez a pequena Samy, que já acredita que a Oxfam seja um país, me perguntou se eu era haitina. Como recuperar nossa soberania e as forças políticas que a reclamam a plenos pulmões estão hoje quase ausente dos acampamentos e dos meios populares e urbano e rurais em geral? (LAHENS, 2012, p. 88).

aluguel, alimentação, esses praticamente não são considerados imigrantes, já que nas suas horas de folga viajam para a República Dominicana ou para os Estados Unidos.

Desta forma, compreendemos nesta pesquisa que significativas ONGs cumprem a função ideológica na sociedade haitiana a serviço do Imperialismo, de manter e construir uma dominação de classe com base na busca pelo consenso, ou seja, elas visam de uma hegemonia dominante do Sistema Internacional sobre o país, compelindo esse papel sob o prisma de uma ajuda humanitária, criando uma sociedade do espetáculo, mantendo hierarquicamente a estrutura social haitiana. Seguindo o marco teórico gramsciano, a manutenção da dominação de classe não se sustenta simplesmente pela força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses específicos, exercendo uma liderança moral e intelectual.

Como já salientamos no primeiro capítulo, o Vodou foi extraordinário para a coesão social no período escravocrata e um excelente instrumento de mobilização na luta pela libertação. Ainda hoje o Vodou representa a resiliência do povo haitiano, além de ser o símbolo da sua luta contra a dominação na modernidade. Por conta disso e da intolerância religiosa, o Vodou foi satanizado pelos países ocidentais e o Haiti foi se tornando conhecido como país adorador do diabo, e, por conta disso, as tragédias naturais que vitimizam esse país são tratadas como um castigo divino.

Após o sismo de 2010, o Vodou foi ainda mais violentamente alvo de diversos ataques irracionais³⁸, principalmente por evangélicos, o que conseqüentemente faz com que essa

³⁸ O Vodou é constantemente reprimido. Dentro deste processo, houve dois momentos particulares nesses últimos anos: em 1941, a Campanha de Recusa dos praticantes do Vodou, conhecida como *campagne des rejetés* e, em 1986, por ocasião da queda da ditadura. Em 1941, a caça aos adeptos do vodou era oficialmente organizada pela igreja católica, com apoio oficial do governo nacional. Em 1986, a queda da ditadura deu lugar à caça aos *Tontons macoutes* (bichos papões). Aproveitou-se para caçar os *hougans* (padre, no vodou), sob a acusação de que eram *Tontons macoutes*. Na verdade, era mero pretexto para destruir os templos vodus. O *hougan* podia ser *tonton macoute* como qualquer um. Ser *tonton macoute*, no entanto, não era monopólio dos *hougans*, e nem todo *hougan* era automaticamente *tonton macoute*. É preciso afirmar antecipadamente aqui que a caça ao vodou sempre é uma luta oficiosa, de forma escondida, contra os camponeses e os mais pobres no seio da formação social haitiana, um tipo de guerra cultural na qual tudo que vem das raízes do povo – e que lembra a África – é negado, até a sua própria língua. Assim, o estrangeiro pouco avisado acredita que o Haiti é bilíngue. Às vezes, o haitiano declara ao estrangeiro “sem pensar mentir, que este povo é bilíngue. E o diz em francês, com uso perfeito dos verbos irregulares” (TROUILLOT, 1986, p. 92 *apud* SEGUY, 2014. P 240).

Hoje, o vodou já é recuperado e utilizado também por grupos dominantes. No período da primeira ocupação militar do Haiti, pelos Estados Unidos (1915-1934), houve um movimento intelectual chamado “Indigenista” que procurava fundamentar o pensamento social haitiano nas suas bases reais que é a cultura vodou. Os intelectuais burgueses fizeram uma guerra contra este movimento literário, como se faz ao verdadeiro inimigo. Não dá para acreditar inocentemente, porém, que todo discurso favorável ao Vodou é favorável ao povo e à sua cultura. Muitos se apoiam numa aparente comunhão com o Vodou para iludir o imaginário popular a fim de tomar e guardar o poder político. Era o caso do ditador François Duvalier (1957-1971), também membro do movimento indigenista. “Ao enaltecer o vodou na frente da cena, o discurso indigenista (de Duvalier) exorciza, de maneira mais radical, a irrupção das classes exploradas desta mesma cena. Os estudos do vodou/folclore, promovidos pela Faculdade de Etnologia [da *Université d’Etat d’Haïti*], visaram promover, de fato, não a cultura popular, mas o voyeurismo perante essa cultura: torna-se mero objeto de estudo e perde toda consistência neste processo” (HURBON, 1979, p. 99 *apud* SEGUY, 2014. P 241).

religião, com tradições históricas no Haiti venha reduzindo os seus templos religiosos e os seus emigrantes não se auto declaram adeptos do Vodou nos países para que imigram. De acordo com Seitenfus (2014):

Os evangélicos norte-americanos, a começar pelo televangelista Pat Robertson, aproveitam o sismo para retomar, com maior fúria, seus constantes assaltos contra o Vodou. Segundo eles o Haiti é uma terra diabólica, onde imperam as forças do mal. Para Robertson a “maldição” haitiana resulta de um “pacto com o diabo” feito pelos líderes da revolução para se liberarem do império colonial francês (Seitenfus, 2014, p. 50).

Esses ataques ao Vodou³⁹ se somam a uma invasão silenciosa de congregações e grupos religiosos, vindos principalmente dos Estados Unidos. Criando um turismo religioso, essas igrejas e as ONGs internacionais em muitas ocasiões se misturam.

Na análise do Haiti, principalmente da década de 1990 até hoje, identificamos uma série de contradições sociais, desigualdades socioeconômicas, que o tornam o país mais pobre da América Latina, além de uma falta de estabilidade política, que talvez não tenha tanta crença na democracia burguesa ocidental e que trata de forma muito violenta as suas oposições políticas⁴⁰. Apesar de todos esses problemas sociais e contradições, não identificamos um conflito em grande escala para justificar uma intervenção militar no país e ainda questionamos a quantidade e tempo de duração das missões e o valor gastos nelas, além dos seus resultados.

Seitenfus (2014), a respeito da intervenção nas Organizações das Nações Unidas ONU:

As Missões foram abrigadas sob o guarda-chuva do Capítulo VII da Carta da ONU. Assim, em 2 de agosto de 1994 o CSNU adota a Resolução 940 prevendo a criação de um contingente militar multinacional para intervir no Haiti. Pela primeira vez em sua história as Nações Unidas lançam mão do Capítulo VII de sua Carta para tratar de um assunto de natureza constitucional e, portanto, estritamente doméstico. A partir do momento em que o CSNU considera que as crises políticas internas haitianas representam uma ameaça à paz e à segurança internacionais, ele se transforma em refém suplementar da maneira como se pratica a política no Haiti (SEITENFUS, 2014, p.72).

Sendo assim, por problemas domésticos o Haiti foi considerado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) como uma ameaça que deve ser respondida pela

³⁹ Compreendemos que o ataque ao Vodou por pastores dos Estados Unidos da América além de fruto de intolerância religiosa é uma resposta ao culto ao Vodou no próprio EUA, onde essa prática religiosa é cultuada há cerca de 200 anos, principalmente nas cidades de Louisiana e Nova Orleans (FRANCO, 1995).

⁴⁰ Uma prática utilizada a adversários políticos é a conhecida como *Père Lebrun* ou suplício do Colar: O adversário vivo é amarrado, com as mãos para trás, a um poste. Um pneu embebido de gasolina é colocado em seu pescoço e ateado fogo (SEITENFUS, 1994).

intervenção militar e estrangeira. O principal argumento para intervenção foi o de compreender que os deslocamentos maciços de sua população representam ameaças à paz e à segurança internacionais (SEITENFUS 2014). Isto é, o controle sobre a migração foi a justificativa para a intervenção, principalmente para conter o fenômeno “*boat people*”⁴¹ com destino à Flórida e ao norte de Miami.

De acordo com Seitenfus (2014), em suas alegações, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) considera que “*la situation en Haïti constitue une menace pour la paix et la sécurité internationales et pour la stabilité dans les Caraïbes, en particulier parce qu’elle pourrait provoquer un exode vers d’autres Etats de la sous-région*”⁴².

Problematizamos o resultado dessas intervenções no Haiti do ponto de vista de mudança na estrutura social deste país, e para Seitenfus (2014) o país se transformou em um cemitério de projetos inacabados, além de um laboratório para o mundo. Se essa quantidade de dinheiro utilizado nas missões fosse aplicada diretamente em infraestrutura no país, provavelmente seria uma medida mais efetiva. Observemos os valores gastos nas intervenções no Quadro⁴³ abaixo:

Quadro 3:

Missão	Duração	Comando	Efetivos	Valores
<i>Mission Civile Internationale en Haïti (MICIVIH)</i>	Fevereiro 1993 a março 2000	ONU e OEA	280 civis	US\$ 14 milhões
Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH)	Setembro 1993 a junho 1996	Estados Unidos	1297 militares e 291 Policiais	US\$ 15,1 milhões
<i>United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH)</i>	Julho 1996 a julho 1997	Canadá	1300 militares e 225 policiais	US\$ 71 milhões
<i>United Nations Transition Mission in Haiti (UNTMIH)</i>	Agosto a novembro 1997	Canadá	50 militares e 250 policiais	US\$ 20,6 milhões
<i>United Nations Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH)</i>	Dezembro 1997 a março 2000	Guiné Bissau	300 policiais	US\$ 20,4

⁴¹ Op. Cit. Cap. 1, p.21.

⁴² Tradução: livre do autor "A situação no Haiti representa uma ameaça à paz, à segurança e à estabilidade internacionais no Caribe, em particular porque poderia levar a um êxodo para outros estados da sub-região.

⁴³ Esses dados foram obtidos com base Seitenfus (2014), e atualizado pelo autor, nas páginas oficiais das missões. Disponível em: <<https://minujsth.unmissions.org/en>> e <<https://minustah.unmissions.org/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

International Civilian Support Mission in Haiti (MICAH)	Março 2000 a fevereiro 2001	Missão civil	207 civis	US\$ 27 milhões
Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)	Junho 2004 a outubro de 2017	Brasil	37,5 mil militares das Forças Armadas brasileiras, 550 de Nações Amigas	US\$ 15 bilhões
Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH)	o período inicial foi de seis meses, de 16 de outubro de 2017 a 15 de abril de 2018, ela tem um horizonte de dois anos	ONU	A missão é composta por sete unidades policiais formadas (980 pessoas), 295 policiais individuais e 351 funcionários públicos	US\$ 800 mil

Fonte: (SEITENFUS, 2014, p.75).

Essas intervenções externas foram comandadas diretamente ou indiretamente através de entidades das Organizações das Nações Unidas (ONU) pelos países Imperialistas, como podemos observar no quadro 3, principalmente pelo Canadá e Estados Unidos. Apesar do discurso de ajuda humanitária, o resultado dessas missões internacionais no Haiti foi de tornar o país um cemitério de projetos inacabados, sem grandes mudanças no quadro social, aprofundando a dependência e a subalternização do país frente ao Sistema Internacional, mantendo-o com o papel de ser força de trabalho barata na divisão internacional do trabalho.

Desta forma, coincidimos com a tese de Louis-Juste (2007) de que a crise no Haiti existe pela forma totalmente subordinada de inserção do país dentro das relações internacionais e de que esta nação é utilizada como laboratório para os Estados Unidos experimentarem pacotes neoliberais, aos quais será submetida a América Latina como um todo. Mesmo que para aplicação dessas experiências políticas e econômicas seja necessário o apoio a regimes autoritários, na particularidade do Haiti o uso da força por parte do Estado é bem recorrente, assumindo um caráter legal⁴⁴, ou ilegal com a atuação das milícias.

⁴⁴ A exemplo: O decreto anticomunista do dia 28 de abril estipulava: “Considerando a incompatibilidade radical das doutrinas importadas, sobretudo, o marxismo leninismo, com a ordem social, política e econômica haitiana que não pode extrair seu progresso se não que na sua etnia e cultura própria; [...]Considerando os perigos que as doutrinas comunistas geralmente quais quer representam para a ordem social haitiana tal como está constituída e tal como é explicitada pelas leis vigentes; [...]Considerando que os atos de gangsterismo e de terrorismo perpetrados em Porto Príncipe[...] e em outras partes do território nacional são provas tangíveis que os elementos acima designados têm passado da “fase de doutrinação” à “fase executiva” de acordo coma terminologia do marxismo-leninismo; A Câmara Legislativa votou a lei seguinte:

Mas a dominação não se mantém apenas pela força, ela necessita da busca pelo consenso, sendo elementos indissociáveis. Acreditamos que o projeto imperialista em curso no Haiti, passa pela manutenção da hegemonia dominante, de criar uma serie de experiências a ser utilizadas na América Latina posteriormente.

Sendo assim, compreendemos que o conceito de “Aparelho Hegemônico” de Gramsci, é essencial para analisar o papel das ONGs no Haiti, e que, segundo Guido Liguori, esse conceito foi utilizado no Q 1, 48, com um contexto voltado à formação da opinião pública, certamente não deixada a uma volátil “batalha de ideias”, mas organizada por uma precisa “estrutura” (LIGUORI, 2014. p76). Ainda assim:

“A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica” (ibidem, 1.250 [CC, 1, 320]). Aqui, aparelho hegemônico e ideologia estão explicitamente ligados. Um “aparelho” serve para criar um “novo terreno ideológico”, para afirmar uma “reforma filosófica”, uma “nova concepção de mundo” (LIGUORI, 2014, p, 77).

Deste modo, uma boa parte das ONGs no Haiti, ligadas ou não a entidades religiosas, cumprem a função de criar uma visão de mundo, funcionando como “aparelhos hegemônicos”, ligadas a organismos internacionais para difundir a hegemonia dominante.

Para Virgínia Fontes (2010) a disseminação do termo ONG, é de total imprecisão, essas entidades apagam os rastros da crescente participação empresarial na sua formatação para ocultar a luta de classes. E ainda tem dois problemas graves:

esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e, em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada (mercados) quanto da política. Se a etiqueta ONG não é inocente, bem menos inocentes são os que procuraram justificar tais entidades

Art. I. São declarados crimes contra a segurança do Estado as atividades comunistas sob qualquer que seja a forma: toda profissão de fé comunista verbal ou escrita, pública ou privada; toda propagação das doutrinas comunistas ou anarquistas por meio de conferências, discursos, conversas, leituras, reuniões públicas ou privadas; folhetos, pareceres, periódicos, revistas, jornais, brochuras, livros, imagens, todas correspondências escritas ou verbais com associações, sejam locais, sejam estrangeiras ou com pessoas que se devotam em difundir ideias comunistas ou anarquistas; assim como o fato de receber, arrecadar ou fornecer fundos destinados diretamente à propagação das referidas ideias.

Art.2. Serão declarados culpados dos mesmos crimes todos os que, sob qualquer título: livreiro, dono ou gerente de tipografia, dono, gerente ou locatário de moradia; ministro de culto, missionário, predicador, professor, etc. tenham sugerido ou facilitado a sua execução, alojado ou prestado assistência aos seus autores.

Art.3. Serão castigados por pena de morte os autores cúmplices dos crimes acima previstos, seus bens moveis e imóveis serão confiscados e vendido sem proveito do Estado.” (SEGUY, 2014, p. 274).

através de argumentos angelicais. Previamente, portanto, lembramos que a categorização gramsciana de aparelhos privados de hegemonia, como a forma da organização subjacente da sociedade civil, deixa claro tratar-se de um espaço de luta social, inclusive por sua estreita relação com o Estado (FONTES, 2010, p. 230-231).

Entendemos que essas instituições, enquanto aparelhos hegemônicos, buscam substituir as organizações políticas dos grupos subalternos que podem significar alguma resistência ao projeto do capital. Assim como o Vodou, que pode significar um símbolo de resistência e identificação nacional, e que vem sofrendo ataques sistemáticos, com o intuito de ser substituído por entidades que represente uma nova moral, ou a visão de mundo que represente o projeto hegemônico dominante.

A experiência laboral desenvolvida no Haiti pelos países imperialistas perpassa pela estratégia de eliminar qualquer tipo de resistência nacional a esse projeto de dominação hegemônica, buscando sempre a manutenção e intensificação da dominação, seja pela busca do consenso da sociedade civil, através dos aparelhos hegemônicos, ou do seu elemento complementar e indissociável, o uso da força. Neste sentido, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) é um elemento central, pois garante, seja, através da força, ou até mesmo pela busca do consenso, a “estabilidade” para que essas experiências sejam aplicadas.

2.2 A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)

Compreendemos nesta análise que a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), é um elemento central para entender o projeto imperialista hegemônico implantado no país. Deste modo, entre as sete missões internacionais realizadas no Haiti, da década de 1990 até 2017, essa foi a que contou com a participação do Brasil, que inclusive comandou a missão. Acreditamos que esse é dos principais fatores que influenciaram a escolha desse país como destino para os emigrantes haitianos durante o seu quarto grande fluxo migratório, assim como, problematizamos a atuação brasileira no Haiti.

O papel do Estado para o Neoliberalismo é de garantias dos direitos individuais, principalmente o da propriedade privada, mesmo que se necessário, com a utilização da força, embora esse não seja seu único meio, para garantir o funcionamento apropriado dos mercados. Dentro desta perspectiva, a MINUSTAH é fundamental para a garantia do projeto laboral implantado no Haiti, seja assumindo a função de segurança armada ou buscando o consenso na

sociedade haitiana, melhorando a imagem da ocupação militar através de atividades sociais ou culturais⁴⁵, ou como os militares denominam: ações cívico-sociais.

No momento que antecede a ocupação militar, há uma intensificação no cenário da crise haitiana e o então presidente Jean-Bertrand Aristide é deposto. Boniface Alexandre, juiz Presidente da Suprema Corte do país, seguinte na linha sucessória, assume o governo provisório e apresenta às Nações Unidas um pedido de ajuda urgente, no dia 29 de fevereiro de 2004. No mesmo dia, o Conselho de Segurança aprovou a resolução (1529/2004) autorizando o envio de tropas estrangeiras ao país, denominando a Força Multinacional Interina (MIF), possibilitando a utilização do uso da força, se necessário. Posteriormente, desembarcaram na ilha cerca de mil fuzileiros navais americanos, além de tropas canadenses e francesas (VAZ, 2015).

Ainda segundo Vaz (2015), no dia 30 de abril de 2004, por meio da resolução 1542, o Conselho de Segurança estabeleceu a criação da MINUSTAH por um período inicial de seis meses, com a possibilidade de renovação de acordo com a necessidade e que, a partir de junho do mesmo ano, substituiria a MIF. Esta missão teve componentes militares e civis e operou em coordenação junto com instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM). Utilizaram-se do capítulo VII⁴⁶ da Carta das Nações Unidas, que autoriza o uso da força, assim como foram definidos três princípios prioritários para a missão: segurança, democracia e direitos humanos⁴⁷.

A MINUSTAH, criada com o prisma de restabelecer a segurança e normalidade institucional do país, sempre teve o Brasil como comandante do componente militar (2004-2017) e contou com o efetivo brasileiro de capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea, além da participação de tropas de outros 20 países⁴⁸.

⁴⁵ Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do Ministério da Defesa, divulgou uma nota onde reiterava que além das ações de patrulhamento, os militares brasileiros no Haiti atuam em atividades sociais e culturais para a população, ademais de assistência humanitária. Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/16337-jaques-wagner-conhece-aco-es-sociais-das-forcas-armadas-no-haiti>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁴⁶ Destacamos o artigo Artº. 42: No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas. Fonte: NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁴⁷ A Resolução 1542 do CSNU, de 30 de abril de 2004, de forma sintética, instituiu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e determinava o emprego de tropas sob a égide do Capítulo VII da Carta da ONU, uma novidade para o Brasil, estabelecendo as seguintes tarefas prioritárias (mandato): manutenção de um ambiente seguro e estável; apoio ao processo político; e respeito aos direitos humanos (NETO, 2017, p 20).

⁴⁸ Brasil, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Croácia, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Indonésia, Jordânia, México, Nepal, Paraguai, Peru, República Dominicana, Sri Lanka e Uruguai (Fábio Zanini, 2019).

Para o Celso Amorim (2007), então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o que diferenciava esta missão das anteriores era o fato de não tratar apenas das questões referentes a segurança institucional, ou seja, a imposição da paz. Esta missão teria três vertentes interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança; o diálogo político, com vistas à reconciliação nacional; e a promoção do desenvolvimento econômico e social⁴⁹.

A participação do Brasil na MINUSTAH fez parte da adoção de uma política externa do governo do presidente Lula, que buscava mais protagonismo para o país frente aos organismos internacionais. E sob o prisma do princípio da não indiferença nas questões internacionais, segundo Samuel Soares (2011), o Brasil se sentiu responsabilizado pelo que acontecia no Haiti, já que o país ocupava uma cadeira de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU e tinha interesse na reformulação do mesmo órgão para dele fazer parte como membro permanente.

Ou seja, o governo brasileiro através da adoção de uma política externa, que buscava assumir um novo e importante papel no Sistema Internacional, acreditou que se contribuísse com a missão no Haiti, conquistaria o apoio dos Estados Unidos e da França para conseguir um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Pressupomos que essa idealização, até certo ponto ingênua do Brasil, foi um dos principais motivos para a sua participação ativa nesta missão.

O Brasil para além de buscar consolidar o protagonismo da sua política externa também visava a expansão do capital brasileiro através do Estado em toda a América Latina e na África. Lembra-se que houve uma tentativa de entrada no mercado de produção da indústria têxtil no Haiti, mas foi impedido por conta desse mercado ser controlado pelos Estados Unidos. O movimento de internacionalização do capital brasileiro foi estudado pelos autores, Ruy Mauro Marini e Vírginia Fontes sob perspectivas próprias⁵⁰.

Para Fontes (2010), desde o começo do século XX o ingresso de novos países retardatários na ordem capitalista implicou e impôs uma dupla dominação, interna e externa.

⁴⁹ Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti - Brasília, 23 de maio de 2006. Fonte: ITAMARATY. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/163-discursos-artigos-e-entrevistas/7826-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-sessao-de-abertura-da-reuniao-internacional-de-alto-nivel-sobre-o-haiti-brasilia-23-de-maio-de-2006>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁵⁰ Nesta dissertação não objetivamos discorrer sobre as continuidades e diferenças entre os conceitos de subimperialismo de Marini e capital-imperialismo de Fontes. Para aprofundar nesse debate, consulte BRITO, Cassius, *Estado e poder político no Brasil: a experiência do partido dos trabalhadores no governo federal (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, 2017.

Que após a Segunda Guerra Mundial o imperialismo inicia a sua transformação contraditória para o capital-imperialismo, e que esse formato foi obrigatório para os novos retardatários. E ainda ressalta que nenhum país jamais repetiu o percurso original do capitalismo, desde a expansão do capitalismo inglês ou na revolução francesa.

Fontes denomina “capital-imperialismo” como sendo a configuração do capitalismo atual, com seu nível extraordinário de concentração e centralização de capitais, bem como os modos pelos quais este processo é alcançado no processo histórico (BRITO, 2017, p.168).

Nessa linha de raciocínio, compreende-se que a posição de dependência econômica do Brasil perante os capitais estrangeiros, principalmente do Estados Unidos, é exatamente a clarificação da composição heteróclita do capital-imperialismo que nos leva a admitir que no bojo de sua expansão se tenham constituído novos polos também capital-imperialistas, embora subalternos (FONTES, 2010, p. 307).

Marini (2013), assim como Fontes (2010), identifica que a expansão do capitalismo brasileiro está subordinada aos Estados Unidos, visto que essa expansão se encontra circunscrita ao controle deste último. Pondera-se que mesmo havendo certo grau de autonomia e até mesmo iniciativa em relação aos *ianques*, esse movimento não está dissociado da condição de subordinação.

Cabe destacar, que Marini conceitua o movimento de expansão da economia brasileira de subimperialismo, definindo-o do seguinte modo:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (MARINI, 2013, p.40).

Em sua obra Marini (2013) analisa a política expansionista brasileira na América Latina e na África, que para além da busca por mercados, corresponde à tentativa de assegurar o controle de fontes de matérias-primas, exemplificando os casos do ferro e o gás da Bolívia, o petróleo do Equador e das colônias portuguesas na África, assim como o potencial hidrelétrico do Paraguai. Para ele a exportação de capitais brasileiros principalmente através do Estado e o aumento constante dos empréstimos públicos ao exterior, mesmo que associados a grupos financeiros estrangeiros, demonstram a atuação subimperialista do Brasil. Neste ponto, vale

reconhecer a contemporaneidade e a contribuição dos estudos do autor para a compreensão da realidade histórica social latino-americana.

A despeito da diferença nas análises e do uso dos conceitos sobre a forma de internacionalização do capital brasileiro, atuações do governo de Fernando Henrique Cardoso e do Lula, no sentido de reformar os estatutos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) visando permitir o financiamento de operações de capital brasileiro no exterior, como a linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras, materializam a expansão do capital do Brasil via Estado para o exterior (FONTES, 2010).

Interessa destacar que independente das interpretações que se criem da realidade haitiana para justificar a intervenção internacional, ironicamente essa ocorreu exatamente no ano do bicentenário da gloriosa independência e o Haiti novamente foi ocupado por tropas estrangeiras. A presença dos soldados sul-americanos na terra de Dessalines foi a forma que os países da América Latina encontraram para saudar o bicentenário da gloriosa independência do Haiti (SEITENFUS 2014).

O presidente Jean-Bertrand Aristide, pela primeira vez na história, em uma comemoração dos duzentos anos de independência, havia cobrado publicamente o pedido de restituição do dinheiro pago a título de dívida da independência⁵¹ e reparação pelos danos que este pagamento ocasionou no decorrer da história do Haiti (SEGUY 2014).

No contexto da criação desta intervenção internacional no Haiti, o país, apesar de não viver uma guerra civil, vivia uma instabilidade política e social. Jean-Bertrand Aristide foi o presidente deposto e tem um papel central neste cenário político. Ele foi ordenado padre salesiano no começo da década de 1980, logo adere à Teologia da Libertação. Conhecido por ser um orador brilhante, a sua pregação religiosa e suas ações sociais o conduzem rapidamente à política. Foi expulso da Congregação Salesiana em 1988 e eleito presidente da República com apoio popular, capitalizado pelo partido popular *Lavalas*⁵² (SEITENFUS, 2014). Aristide foi empossado presidente pela primeira vez em 1991, mas no mesmo ano sofreu um golpe militar

⁵¹ Ele lançou uma campanha para exigir da França o ressarcimento de US\$ 21 bilhões, pagos religiosamente pelo Haiti, até 1938, para ver reconhecida sua independência em 1825.

⁵² Significa “grande fluxo”, “corrente de água” ou “enxurrada” ao principal movimento popular que surge das cinzas da ditadura. Não podemos discutir aqui a edificação do poder Lavalas, mas cabe destacar que a candidatura de Jean-Bertrand Aristide, e sua eleição em 16 de dezembro de 1990, representavam naquela época não uma alternativa entre outras, mas a alternativa do setor popular. Isto é, avaliar essa eleição 19 anos depois e considerar como erro de ter participado da sua edificação tem a aparência do princípio burguês “Os fins justificam os meios”. No palco político haitiano, até o golpe de Estado de 1991, ser adversário de Lavalas era sinônimo de ser adversário da causa popular (SEGUY, 2014, p. 258)

e ficou exilado nos Estados Unidos por três anos, sendo cooptado pela aproximação com os democratas e suas doutrinas neoliberais.

Em outubro de 1994, apoiado pela administração de Bill Clinton, Aristide voltou ao Haiti para terminar o seu mandato, aplicando políticas de privatizações de parte do setor público, terminando o seu primeiro mandato em 7 de fevereiro de 1996. Elegeu como sucessor na presidência seu ex-primeiro ministro René Préval, pelo partido *Lavalas*. Em 2001, Aristide se elegera pela segunda vez presidente, mas seu mandato de 5 anos foi interrompido em 29 de fevereiro de 2004 por intervenção dos EUA em cumplicidade com a França e o Canadá (SEGUY, 2014).

Para Seguy (2014), houve um golpe de estado comandado pelos países imperialistas. O próprio Aristide disse em entrevista que sofreu um sequestro político⁵³ e foi forçado a deixar o país. Os Estados Unidos sustentaram que mandou um carro da sua Embaixada a pedido do próprio presidente deposto, para o transportar ele e a sua esposa Mildred Trouillot até o aeroporto Toussaint Louverture, onde fretou um jato comercial sem identificação oficial, para que eles deixassem o país em segurança (SEITENFUS 2014).

Seitenfus (2014) nos apresenta fatos que no nosso entendimento corroboram com a tese de que o Sistema Internacional influencia diretamente no que acontece no Haiti e que apoiou o golpe a Aristide. Vejamos a seguinte descrição:

Ocorre que Jean-Pierre Perrin, do jornal francês Libération, chega à residência de Aristide poucos momentos depois que este a deixara. Não há guardas e o portão de acesso encontra-se simplesmente encostado. Ao ingressar na residência, encontra um senhor haitiano visivelmente amedrontado. Trata-se de Joseph Pierre, zelador da residência de Aristide. Interrogado sobre o que acaba de suceder, ele declara o seguinte: *Des Blancs américains sont venus le chercher en hélicoptère. Ils ont emmené aussi les hommes chargés de sa sécurité. C'était vers 2 heures du matin. Lui ne voulait pas partir. Les soldats américains l'ont forcé. A cause des armes qu'ils ont pointés sur lui, il a été obligé de les suivre. Les Américains sont les plus Dieu forts après*⁵⁴ (SEITENFUS, 2014, p. 79).

⁵³ Fonte: BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/040331_aristiderc.shtml>. Acesso em: 11 jul. 2019.

⁵⁴ Tradução livre do autor: Americanos brancos vieram buscá-lo de helicóptero. Eles também levaram os homens responsáveis pela sua segurança. Era por volta das 2 horas da manhã. Ele não queria sair. Os soldados americanos forçaram isso. Por causa das armas apontadas para ele, ele foi forçado a segui-los. Os americanos são os mais fortes depois de Deus.

Ainda de acordo com Seitenfus (2014), à véspera do golpe o governo haitiano enfrentava uma profunda crise política e social, com diversos grupos opositores. Entre eles se destacavam quatro forças:

- 1) a primeira constituída pelo Grupo denominado dos 184, financiada pelo empresário haitiano-americano André Apaid, reunindo membros da suposta sociedade civil cujos recursos financeiros provêm do exterior.
- 2) A segunda formada por uma convergência Democrática, reunindo partidos de oposição, inclusive dissidentes do Lavalas⁵⁵, como a Organização do Povo em Luta (OPL) dirigido pelo intelectual e ex-comunista Gérard-Pierre Charles⁵⁶.
- 3) A terceira força, talvez a mais importante por sua capacidade de mobilização, reúne estudantes da universidade pública com reivindicações de melhora no ensino e autonomia.
- 4) A quarta força, teve um papel fundamental no golpe, forma por ex-militares que pretendia recriar as Forças Armadas do Haiti (FAH) dissolvidas por Aristide em 1995. Sob o comando de Guy Philippe, um pequeno grupo desses militares se reuniram ao Norte da República Dominicana, junto à fronteira do Haiti, sob proteção do governo dominicano e armado pelos Estados Unidos, ingressam no país em busca de derrubar Aristide (SEITENFUS, 2014, p 86-87).

Aristide, que havia ganhado notoriedade no Haiti no período que fez oposição à ditadura Baby Doc⁵⁷ chegou ao poder representando e respaldado pelas forças dos movimentos populares, tinha como projeto políticas progressivas, mas de cunho liberal, sem romper totalmente com o capital. Na periferia do sistema capitalista não é permitido nem mesmo os avanços progressistas como nos países centrais. Na periferia a superexploração é uma característica da dependência.

Assim como na periferia do sistema capitalista não é possível nem mesmo políticas progressistas, a própria educação pública é escantilhada nas cartilhas neoliberais do Sistema Internacional. A sua adoção no Haiti levou a uma universidade extremamente precarizada, que reagiu em movimentos em defesa da educação e autonomia universitária.

Sendo assim, o governo de Aristide após implantar o projeto neoliberal, começou a se afastar das suas bases políticas populares, recebendo críticas dos movimentos populares e se isolando dentro das forças políticas haitianas que o respaldavam. Quando Aristide foi cooptado pelo projeto neoliberal e começou a sua implantação, seu governo isolou-se da sua principal

⁵⁵ O partido ressurgiu em 1994, com a volta de Aristide ao poder. A partir desse período, dois grupos disputaram o controle do movimento, que se cindiu dois anos depois. Aristide fundou a Fanmi Lavalas (Família Lavalas – FL) e os opositores a seu governo, a Organização Política Lavalas (OPL, que depois passou a se chamar Organização do Povo em Luta). O principal líder da segunda agremiação foi o cientista social Gérard Pierre-Charles.

⁵⁶ Professor da Unam do México vincula-se à esquerda na região e próximo ao Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. A sua OPL, além de fazer parte da Internacional Socialista, integra o Foro de São Paulo, sendo a única representante do Haiti.

⁵⁷ Op. Cit. Cap. 1, nt. 19.

base política, os movimentos populares. Até o seu partido de sustentação, o *Lavalas*, foi rachado em dois grupos, ocasionando em um isolamento ainda maior.

O governo haitiano, que havia sido eleito com ampla maioria, representando um projeto de políticas progressistas, no poder, por cooptação pelo capital ou até mesmo pela impossibilidade de aplicação em uma periferia do sistema capitalista, implementou o projeto neoliberal e se afastou das suas bases políticas de sustentação, se fragilizando na política haitiana.

Com o isolamento de Aristide das forças progressistas do Haiti, as outras duas forças do cenário político haitiano, apoiadas pela política imperialista dos países que tem interesse direto em conter qualquer possibilidade de mudança no metabolismo do país, se fortaleceram e encontraram caminho aberto para derrubada do governo. Essas forças representam a classe dominante no país, os empresários, que não veem problema nenhum em ser subordinados ao capital imperialista, desde que este mantenha os seus privilégios na sociedade haitiana. Assim como os militares, que haviam sido destituídos das suas funções e buscavam recuperação dos seus empregos e sua importância institucional na sociedade haitiana.

No cenário interno do Haiti, Aristide encontrava oposição desde setores da esquerda aos de direita, tornando o seu isolamento cada vez maior. Isso somado à posição do Sistema Internacional, principalmente pela posição da França e dos Estados Unidos, os mesmos que em 1994 haviam o reconduzido ao poder, agora transformava o seu o governo em um usurpador e culpado por toda a crise do país.

Contrário à intervenção golpista, o Grupo do Rio⁵⁸ publica um comunicado emitido em Brasília e datado do mesmo 25 de fevereiro, de 2004, onde apoia a Jean-Bertrand Aristide. Logo após o golpe, em 4 de março, o Brasil informa que enviará um contingente militar de 1.100 homens ao Haiti. Imediatamente outros governos sul-americanos seguem os passos do Brasil (SEITENFU, 2014).

Segundo Seitenfus (2014) os Estados latino-americanos, especialmente seus militares, colocaram em questão dois séculos de tradição, o princípio de não intervenção e a interpretação intransigente da ideia de soberania. A partir do convite direto dos presidentes da França, Jacques Chirac, e dos Estados Unidos, George W. Bush, feito ao presidente Lula do Brasil, este aceita não apenas participar da missão, mas comandá-la:

⁵⁸ O Grupo do Rio: mecanismo de consulta internacional constituído por Estados democráticos latino-americanos e caribenhos. Foi criado em 18 de dezembro de 1986, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, assinada por Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

No caso brasileiro a resposta é simples: a decisão foi tomada pela Presidência da República sem levar em consideração a tradição de não intervenção nos assuntos internos dos Estados e tampouco a oposição que até então prevalecia no Itamaraty. Nota-se, ademais, que o Brasil opôs-se em 1994 a uma ação militar conjunta, sugerida pelos Estados Unidos, para reconduzir ao poder o então presidente Aristide, deposto por um golpe militar (SEITENFUS, 2014, p.122).

Na ocasião e oportunidade de reconduzir ao poder o então presidente Aristide, deposto por um golpe militar em 1994, o Brasil se opôs pelo princípio de não interferência em assuntos internos. Na realização de uma ação militar conjunta sugerida pelos Estados Unidos, o mesmo Celso Amorim ocupava a pasta das Relações Exteriores.

Em busca de maior protagonismo no Sistema Internacional, bem como visando a expansão do capital brasileiro, o governo Lula decide passar por cima da tradição do Itamaraty, sob não interferência em assuntos internos, e com o discurso de uma diplomacia solidária e o princípio de não indiferença, apoia a intervenção, servindo aos interesses imperialistas que novamente invadem o país.

A decisão da participação na missão pelo Brasil foi fundamental para o convencimento dos demais países da América Latina a também enviarem as suas tropas. Essa foi a missão da ONU que contou com a maior participação latino-americana. Os Estados Unidos estavam atuando com suas tropas no Oriente Médio, nas guerras do Afeganistão e Iraque e decidiram terceirizar a ocupação no Haiti, pelos custos de manter as tropas nos dois lugares, assim como, pelo seu histórico de invasão no país, pois essas tropas contariam com uma maior resistência do povo haitiano.

O Brasil, no comando da missão, buscou hegemonizar a sociedade haitiana. Ao mesmo tempo em que utilizava da sua força militar realizava atividades sociais. Explorou a paixão dos haitianos pelo futebol brasileiro, quando no primeiro ano da missão levou a seleção brasileira, recém campeã da Copa América de 2004 e repleta de estrelas, para um jogo amistoso no país propagandeado o jogo pela “paz”⁵⁹. A utilização do jogo da paz foi uma tentativa de conquistar a sociedade haitiana em favor da invasão no Haiti, que se denominava “missão de paz”.

Sob o discurso de que estavam lá como “Força de Paz”, as tropas internacionais da ONU, comandadas pelo governo Lula, foram um braço do domínio imperialista na América Latina (JUBILEU BRASIL, 2007). A função da missão no Haiti foi de proteger o projeto que implanta uma série de zonas francas no país.

⁵⁹ Fonte: CBF. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/torcedor/jogos-inesqueciveis/em-porto-principe>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

Seguy (2014) ao analisar o relatório do economista norte-americano Paul Collier, enviado ao país pelo secretário geral da ONU, realiza uma crítica a este e demonstra que deu origem à lei de 2006 denominada PARDN⁶⁰ (Plano de Ação para Reerguer e Desenvolver o Haiti), ou lei Hope, como é conhecida no Haiti. Vejamos:

O economista diz que o Haiti é um país que possui estabilidade social e que é estratégico, por ser vizinho de grandes mercados. Possui, ainda, mão de obra mais barata que a chinesa, e é um país pouco regulamentado, sem muitas leis trabalhistas, sindicatos ou proteção ao trabalhador. Além disso, oferece trabalhadores qualificados, pois o país tem tradição na produção têxtil oriunda das décadas de 1960, 1970 e 1980, dispensando, assim, treinamento oneroso para as empresas. O economista acrescenta que, do ponto de vista da indústria do vestuário, o Haiti é o país mais seguro para investir. Empresas que produzem artigos como calçados e vestuários no Haiti têm a liberdade de entrar no mercado norte-americano sem pagar impostos. Já para produtos, que estão nos EUA, voltarem para o Haiti e serem comercializados, há duas condições: a porcentagem da produção que pode voltar para o país de origem é de 25 a 30%. Quando o produto volta para o Haiti, torna-se mercadoria importada, ou seja, deve-se pagar taxas de importação para adquirir o produto em solo haitiano. Esse plano é fundamental para entender todo o processo em andamento, que não dispensa a construção de zonas francas em pontos estratégicos do país (SEGUY, 2014, p. 17).

O projeto propõe a construção de 42 zonas francas no Haiti, nessas zonas, as leis haitianas não têm validade, somente o salário mínimo é válido para essas zonas. As terras dos camponeses são expropriadas e eles se tornam força de trabalho barata a ser explorada (SEGUY, 2014).

Esse fato se corrobora quando analisamos o comércio internacional do Haiti e os seus principais produtos de exportação, que são camisetas de malha, blusas de malha, ternos de malha, ou seja, produtos das indústrias têxteis, que são importados principalmente pelos Estados Unidos, França e Canadá⁶¹.

Apesar da MINUSTAH não funcionar apenas como aparelho repressivo do Estado e realizar ações sociais e atividades culturais, visando consolidar a preeminência das tropas junto à população, tem-se conhecimento que reprimiu movimentos populares e manteve controle, evitando grandes manifestações populares contrárias às medidas neoliberais, como as zonas

⁶⁰ Para atingir suas metas de desenvolvimento nacional, o PARDN “propõe a criação de uma comissão temporária para a reconstrução do Haiti e que, no momento oportuno, tornar-se-á a Agência pelo Desenvolvimento do Haiti assim como um Fundo Fiduciário Multi Doadores (...)” (p. 5). Para medir a importância dessa proposta, é preciso saber que a Comissão temporária para a reconstrução do Haiti (CIRH, em francês) era co-dirigida pelo ex-presidente estadunidense Bill Clinton, que já tinha sido presente no Haiti a título de Emissário especial do Secretário geral das Nações Unidas. Quanto à administração do Fundo Fiduciário Multi Doadores (FFMD), ela é confiada ao Banco Mundial, a pedido do Haiti (SEGUY, 2014, p. 42).

⁶¹ Fonte: OEC. Disponível em: < <https://oec.world/pt/profile/country/hti/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

francas implantadas no país, que fazem com que o povo haitiano seja superexplorado e subalternizado, impossibilitando qualquer resistência ao capital e as mudanças no metabolismo social do país. A função que os militares exerceram foram semelhantes à de uma polícia, entrando em periferias para prender os “bandidos”⁶².

A missão, que dentro da ONU foi desenvolvida com a proposta de missão humanitária, na prática não foi vista assim pelo conjunto da população haitiana, visto que muitos criticam a maneira como esta agiu, protegendo uns e se omitindo frente a outros. Conivente com barbaridades cometidas pela polícia Haitiana, principalmente nas manifestações contrárias à intervenção externa no país, ou no extermínio dos opositores⁶³.

O general Augusto Heleno em uma audiência pública na comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados Federais, no dia 02 de dezembro de 2004, afirmou que estava recebendo muita pressão dos Estados Unidos, Canadá e França, para usar da violência e para ser mais robusto na utilização da força ao lidar com os problemas haitianos⁶⁴.

Dentro dos inúmeros abusos da missão denunciada à ONU, a operação batizada de “Punho de Ferro” foi a mais violenta que se tem conhecimento. Sob o comando do General Heleno, lançada em 6 de julho de 2005, utilizando de helicópteros e blindados, centenas de soldados invadiram a favela da *Cité Soleil* e realizaram 22 mil disparos. Segundo depoimentos dos moradores, provinham dos helicópteros que sobrevoavam a favela. Segundo a organização Médicos sem Fronteiras, 50 pessoas foram mortas, entre elas o alvo da missão Dread Wilme⁶⁵, além de mais de cem feridos, entre essas mulheres e crianças (SEITENFUS, 2014).

Essa ação na favela da *Cité Soleil* foi um dos casos citados no Relatório do Centro de Justiça Global e da Universidade Harvard (EUA), publicado em 2005 sob o título “Mantendo a paz no Haiti? Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu Mandato como Parâmetro de Sucesso”, o qual acusou a MINUSTAH, sob o comando do General Heleno, de permitir a ocorrência de abusos e favorecer a impunidade, contribuindo para a onda de violência no país.

⁶² Esse termo se tornou muito comum no país, difundido principalmente pela mídia para designar os opositores da MINUSTAH, principalmente o grupo ligado ao movimento Lavalas, que se tornou a principal oposição a intervenção externa no país.

⁶³ Em 18 de Maio de 2004 em uma manifestação contrária a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide, os capacetes azuis tentaram dispersar o protesto, não conseguindo se afastaram enquanto a polícia haitiana abriu fogo contra os manifestantes desarmados, matando vários manifestantes.

⁶⁴ Fonte: FOLHA DE S. PAULO. In *Folha de S. Paulo*, 3 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16279&keyword=Heleno%2Cgeneral&anchor=5329969&origem=busca&_mather=499851f2fb936991&pd=c1eebc8298a619f86637d7e97f6bdd5c>. Acesso em: 31 jul. 2019.

⁶⁵ Líder rebelde contrário a ocupação, segundo a operação, realizou uma série de sequestros no país.

O próprio Comandante da missão, o General Heleno (2010) declarou que como exercício militar a MINUSTAH é excelente. No entanto, como Operação de Paz, ela não tem mais sentido. O Haiti sofria com uma invasão militar que fazia operações de guerra em um país que não estava em guerra.

Após o fim do mandato do General Heleno a frente da missão, em setembro de 2005 o sucessor foi o General Urano Teixeira da Matta Bacellar, que também foi pressionado para aumentar a política repressiva da missão. Tudo indica que o general Urano Bacellar cometeu suicídio⁶⁶, num momento em que a missão vivia um período muito delicado. Essas pressões, corroboram com a tese de que apesar do Brasil oficialmente comandar as operações militares, quem realmente comandava a invasão foram os países imperialistas e o Brasil foi terceirizado para cumprir a tarefa.

O projeto neoliberal implantado no Haiti prevê que o país mantenha a sua função de ser força de trabalho de baixo custo na divisão internacional do trabalho, seja com a migração da sua população, ou no âmbito interno do país, que para manter essa força barata e atrativa para o capital estrangeiro, adota uma política de arrocho salarial, que é uma das bases desse padrão de acumulação capitalista.

A política de arrocho salarial e uma economia com base em exportações de produtos primários são as bases da modernização capitalista para os países da periferia desse sistema e entram em choque com os interesses da classe subalterna, que ao se organizarem para resistir enfrentam os aparelhos repressivos do Estado, que na particularidade do Haiti, além da polícia haitiana, enfrentaram a repressão dos soldados da MINUSTAH.

Assim como em 2009, em um período intenso da luta de classe no Haiti, a missão reprimiu as manifestações de trabalhadores e estudantes em torno da votação da lei⁶⁷ que possibilitava o aumento do salário mínimo. No país caribenho a lei trabalhista prevê um reajuste do salário mínimo toda vez que a inflação chegue até 10%, mas quando passa a ser comum que a inflação supere o nível de 10%, o reajuste legal previsto não compensa as perdas de salários,

⁶⁶ Na madrugada de sábado, 7 de janeiro de 2006, um tiro ecoou no Hotel Montana. Funcionários acorrem em direção ao som e penetram no apartamento localizado em sua ala moderna. Atravessam-no. Quando alcançam a varanda, encontram o corpo de um homem, aparentemente morto. Vestia roupas de baixo. Ao seu lado, uma pistola. Eram seis horas da manhã. A primeira versão, fornecida pelo comando das Forças Armadas brasileiras no Haiti, revela que a morte de Bacellar decorreria de “um acidente com arma de fogo.” Após uma análise feita em Porto Príncipe durante a qual os peritos da ONU encontraram vestígios de pólvora em uma de suas mãos, o governo brasileiro decide repatriar imediatamente o corpo a fim de realizar uma autópsia detalhada no Instituto Médico Legal (IML) de Brasília. Apesar de o ministro Celso Amorim considerar “pouco provável” a hipótese de suicídio – posição similar à do Comando do Exército em Brasília – o laudo preliminar do IML vaza a informação de que o suicídio é a causa da morte de Bacellar (SEITENFUS, 2014, p. 160-161).

⁶⁷ Essa lei foi votada no período da ditadura quando o país tinha uma certa estabilidade econômica que impedia a inflação de subir até 10% (SEGUY, 2009).

intensificando o arrocho salarial. Em uma votação pelo parlamento, no dia 5 de maio, o salário mínimo seria reajustado de 70 para 200 *gourdes*⁶⁸ (SEGUY, 2009).

A partir de Seguy (2009, p. 138-139), apresentamos um cronograma com dez pontos fundamentais da atuação da MINUSTAH na repressão ao movimento pelo aumento do salário mínimo:

- 1) Desde 2003, o salário mínimo fora estabelecido a 70 *gourdes*. Em 2007, um deputado propôs reajustá-lo para 250 *gourdes*. Segundo a lei trabalhista haitiana, cada vez que a inflação chega a 10%, é imperativo reajustar o salário mínimo. Depois de dois anos de muitas mobilizações por parte do setor operário e popular em geral, a Câmara dos Deputados e o Senado acabaram adotando, por voto (5 de maio), esta lei reajustando o salário mínimo diário de 70 para 200 *gourdes* (42 *gourdes* = 1 dólar), em oposição à proposta inicial de 250 *gourdes*;
- 2) Apesar disto, a Associação dos Industriais Haitianos (ADIH), no dia 13 de maio de 2009, promoveu uma conferência colocando claramente que está pronta para fazer tudo a fim de impedir o Presidente da República de publicar esta lei no jornal oficial do Estado. No mesmo momento, de maneira bastante arrogante, os industriais mandaram os parlamentares voltar atrás em seus votos iniciais. O mês de maio serviu para ambos os campos (os burgueses e os trabalhadores) mobilizarem suas forças;
- 3) Segunda feira, dia 1º de junho de 2009, estudantes da *Faculté des Sciences Humaines FASCH* da *Université 'Étad' Haïti* (UEH) fizeram uma passeata na Avenida Christophe para exigir do Presidente o cumprimento dessa proposta de lei;
- 4) Quarta-feira, dia 3 de junho, os estudantes fizeram uma manifestação nas ruas da capital. Para reprimir a manifestação, a mal chamada Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) disparou tiros em todas as direções;
- 5) Quinta feira, dia 4, outra manifestação maior saiu pelas ruas. A Minustah continuou disparando tiros. Prendeu 40 pessoas, dentre as quais havia 24 estudantes. Numa igreja perto da Universidade, uma criança morreu sufocada pelo efeito do gás lacrimogêneo com o qual a Minustah as aspergiu por todas as ruas da cidade universitária. Um jovem de 20 anos foi atingido na cabeça por uma bala. As 40 pessoas ficaram presas e, durante os três primeiros dias, a polícia não aceitou visita dos familiares que queriam lhes levar comida;
- 6) Segunda feira, dia 8 de junho, o juiz do governo, Me Manès, liberou 8 estudantes. Depois liberou mais 5 no mesmo dia. Sem nenhuma justificção, decidiu manter as outras pessoas presas. Até um mecânico que foi mentido preso na sua garagem, não teve a oportunidade de sair da prisão;

⁶⁸ Hoje 1 Dólar Americano (USD) 1 USD é equivalente a 94,5970 HTG Gourde do Haiti (HTG), e 1 Real Brasileiro é igual a 24,7010 HTG Gourde do Haiti. Fonte: EXCHANGE- RATES. Disponível em: <<https://pt.exchange-rates.org/Rate/USD/HTG>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

- 7) Terça-feira, dia 9, os estudantes não tiveram tempo de sair de onde estavam refugiados. A Minustah encerrou o bairro de manhã cedo. Na mesma terça-feira, dia 9, alunos de escolas secundaristas públicas realizaram uma manifestação bem maior que as dos estudantes universitários. Resultado: a Minustah os perseguiu até o Hospital da Universidade Estadual do Haiti (HUEH) com um gás lacrimogêneo sufocante muito tóxico. Até os médicos foram embora, deixando os doentes sozinhos. É importante sublinhar que os mais pobres são quase os únicos a frequentar esse hospital. Perto do HUEH (todo mundo chama de Hospital Geral) morreu um idoso sufocado pelo gás. A Minustah prendeu várias pessoas e continuou prendendo até a madrugada;
- 8) Quarta-feira, dia 10 de junho, a Minustah invadiu duas faculdades da UEH: a Faculdade de Etnologia e a Faculdade de Ciências Humanas (FASCH). Conseguiu entrar na Faculdade de Etnologia, mas não na FASCH;
- 9) Na Faculdade de Etnologia, os estudantes descobriram um jovem com armas. Esse jovem informou que havia sido mandado para fazer um “trabalho” com a arma. Mas, no momento de seu testemunho, a Minustah disparou tiros e as persgiu gás em todo o mundo, dispersando a multidão. O que permitiu a Minustah levar este jovem armado, prendendo, ao mesmo tempo, outros estudantes;
- 10) Quarta-feira, dia 10, à tarde, um estudante, Emmanuel Jean-François, foi assassinado com uma bala que atingiu sua cabeça.

Esses foram os dias mais intensos de um processo que durou quatro meses, já que em setembro do mesmo ano o parlamento voltou atrás e fez uma nova votação, dessa vez reduzindo o aumento do salário mínimo para 125 *gourdes*. No meio desse processo, especificamente em julho, entidades da sociedade civil e ONGs, com apoio da mídia haitiana, anunciaram uma “mobilização geral da sociedade civil para a proteção do meio ambiente”, marcando uma passeata para o dia 17 de julho (SEGUY, 2009).

Pressupomos que esses fatos corroborem com a tese que o Haiti é uma experiência laboral para os países imperialistas, a ser replicado posteriormente em outros países da periferia do sistema capitalista e a MINUSTAH funciona também como o braço armado do Sistema Internacional, ou extensão do Estado nacional, reprimindo qualquer movimento de contestação desse projeto. Assim como os aparelhos hegemônicos, como compreendemos as ONGs que atuam no país, conforme descrito acima, em um momento de intensificação na disputa por alteração no metabolismo social, atuaram para desviar a atenção de uma intensa luta salarial, amenizando essa disputa e mobilizando para uma luta superficial para proteção do meio ambiente.

O projeto no país caribenho envolve a manutenção de uma dominação imperialista do Sistema Internacional, combinando a força dos aparelhos repressivos do Estado haitiano e a MINUSTAH, que fortalece os aparelhos repressivos, assim como atua em conjunto com os aparelhos hegemônicos, as ONGs, na busca do consenso, mantendo uma dominação hegemônica.

O principal argumento em defesa da ocupação instrumentada pela MINUSTAH é de que está a serviço da garantia da proteção dos direitos humanos. Porém, a ONU recebeu uma longa lista de desrespeito a esse princípio, assim como denúncia de abusos, que tornavam as tropas muito desacreditadas pela população. A resposta mais midiaticizada da ONU foi a expulsão de 111 soldados e 3 oficiais sri-lankeses, no dia 3 de novembro de 2007, acusados de ter cometido abusos sexuais, sobretudo em crianças e adolescentes (SEGUY, 2009).

A Universidade Harvard (EUA), no relatório publicado em 2005, sob o título “Mantendo a paz no Haiti?”, denunciou ações abusivas no Haiti, do mesmo modo que a Faculdade de Direito de Santa Maria (Fadisma) do Rio Grande do Sul (Brasil) protocolou em 2011, junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, em Washington, uma demanda judicial contra a ONU, por haver introduzido a cólera no Haiti⁶⁹. Para a Fadisma, a ONU é responsável pela base militar localizada em *Mirebalais*, que faz parte da MINUSTAH, e foi a partir dela que foram jogados dejetos humanos em rios e afluentes da região, ocasionando o surto da doença (cólera) que havia desaparecido do território haitiano há mais de um século.

Essa doença foi trazida ao Haiti por soldados nepaleses a serviço da MINUSTAH, que aliada às desumanas condições sanitárias do país, fizeram com que a epidemia se espalhasse matando 8 mil pessoas e infectando outras 800 mil (SEINTEFUS 2014). A ONU demorou a assumir a responsabilidade pela infecção, retardando a solução e causando efeitos colaterais⁷⁰.

A MINUSTAH, apesar do prisma de ser conhecida como uma operação de “paz⁷¹”, foi uma operação de guerra, em um país que não estava em guerra. Isso que pode ser entendido

⁶⁹ Fonte: FADISMA. IN, Fadisma oferece denúncia contra a ONU. Disponível em: <<https://www.fadisma.com.br/noticias/fadisma-oferece-denuncia-contra-a-onu-884/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

⁷⁰ Quando a ONU assumiu a responsabilidade ao menos 45 pessoas haviam sido alvo de linchamentos (consistentes em golpes de machado e pedras e posterior incineração nas ruas) por grupos que as acusavam de espalhar a enfermidade (SEITENFUS, 2014, p 289)

⁷¹ Problematizamos o conceito de paz implantada no Haiti, e quais as condições necessárias para o estabelecimento da paz permanente? Para Mathias (2016) a partir da teoria de Kant os Estados devem observar que um *Tratado de Paz* não pode implicar pretextos para uma guerra futura; um *Estado independente* não pode ser adquirido por outro através de sucessão hereditária, troca, compra ou doação; a *abolição do exército* permanente (com vistas ao desarmamento); evitar *dívidas públicas*, porque a força financeira é ameaçadora; o respeito ao *Princípio de Não-Intervenção* (direito internacional); *Estados em Guerra* não devem permitir atos de hostilidade, porque são moralmente reprováveis (MATHIAS, 2016, p. 100). No Haiti não existe exército nacional, e o sistema internacional não respeita o princípio de Não-Intervenção, além dos desrespeitos aos direitos humanos, portanto

como um paradoxo, pois na verdade foi a forma dissimulada que o Sistema Internacional encontrou de manter a dominação imperialista, protegendo a sua força de trabalho barata às custas da subalternização dos haitianos. Miguel Borba de Sá (2019) diz que por traz do discurso assistencialista e das fotos dos soldados sorrindo para a população, a função da MINUSTAH foi de acobertar os interesses das grandes empresas que exploram a força de trabalho dos haitianos, assim como os recursos naturais do país, buscando a flexibilização das legislações ambiental e trabalhistas.

Da mesma maneira, a qual tratou o país como uma cobaia do Sistema Internacional, experimentando programas e formas a ser implantado nos demais países da periferia do sistema capitalista, o Brasil, em troca da possibilidade de conquistar mais protagonismo nesse Sistema Internacional, aceitou a tarefa que lhe foi oferecido pelos países imperialistas, cumprindo a função de comandar a invasão no país caribenho.

2.3 Depois da MINUSTAH

Após treze anos de ocupação militar e uma serie de prorrogações do mandato, finalmente chegou ao fim a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, no dia 15 de outubro de 2017. Mesmo que os países imperialistas permaneçam atuando no país, impondo os seus pacotes econômicos e ainda mantenham a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (UNMIJUSTH), estabelecida pela Resolução 2350 de 2017 do Conselho de Segurança⁷², que é composta por civis e não mais uma ocupação militar estrangeira.

Após o fim da MINUSTAH, a Polícia Nacional do Haiti ficou responsável pela manutenção da “estabilidade” no país, já que essa foi treinada e reestruturada durante a missão e agora foi fortalecida para atuar como um instrumento de coerção e uso da força, se necessário, pelo Estado. Apesar de considerarmos necessário o fortalecimento de instituições nacionais no Haiti, já que essa nação enfrenta uma série de dificuldades institucionais, com o seu sistema de justiça e principalmente seu sistema prisional que é caótico⁷³, a missão não melhorou a

defendemos por interpretação que a paz que tão difundida no país é uma paz dissimulada, que visa mascarar e legitimar a dominação sobre esta nação.

⁷² Para aprofundar, consulte: disponível em: <<https://minujsth.unmissions.org/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

⁷³ Ricardo Seitenfus em uma entrevista ao Diário de Santa Maria, publicada em 19/04/2008, após uma visita a prisão central de Porto Príncipe, declarou que é urgentíssima pensar o sistema prisional, e é inaceitável que a comunidade internacional, que a OEA, que as Nações Unidas, que os países que colaboram na estabilidade política no Haiti não se interessem por essa questão. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/visualizar.asp?t=artigos&ID=151>>. Acesso: 05 ago. 2019.

infraestrutura do país, além do que, não houve grandes melhoras no quadro social do país caribenho.

O correspondente da Folha de São Paulo, Fabiano Maisonnave, foi enviado para coberturas no Haiti em duas ocasiões distintas. A primeira, próximo ao começo da missão, em 2005, e a segunda, próximo ao fim dessa missão, em 2017. Segundo ele, não há muita diferença entre as duas visitas, as ruas continuam cobertas de lixo, esgoto ao céu aberto, as casas despedaçadas e um grande número de pessoas que sobrevivem do comércio informal⁷⁴.

Apesar do país ter enfrentado dois desastres naturais no meio da missão, que o devastaram, esse fato corrobora com a nossa tese de que mesmo com os bilhões de investimentos feitos no Haiti, que foram principalmente para a manutenção da ocupação militar, em nada melhorou a condição de vida dos haitianos, ou seja, a missão não cumpriu a promessa de ajudar a desenvolver a infraestrutura do país.

Compreendemos que o projeto neoliberal implantado no país não visa acabar com a subalternização e dependência frente ao Sistema Internacional, pelo contrário, pretende aprofundar a dependência, gerando uma série de contradições no metabolismo social haitiano, mantendo esse extremamente desigual.

Com o fim da ocupação militar, aliada às promessas não cumpridas após treze anos, a insatisfação e as contradições da sociedade haitiana começaram a explodir em protestos, como na greve de 2018, contra o aumento do preço dos combustíveis⁷⁵. Assim como em 2019 existe uma onda de revolta contra o governo do presidente Jovenel Moïse⁷⁶, que eleito em 2017, é muito criticado pelo não cumprimento de suas promessas de campanha e por não conter a pobreza. Além disso, a economia haitiana é afetada por uma inflação superior a 15% durante os últimos dois anos, enfrentando uma acelerada desvalorização da moeda nacional, o *gourde*, em relação ao dólar, o que aumenta os preços dos produtos de primeira necessidade, majoritariamente importados.

Os manifestantes pedem a renúncia do presidente, que além da não solução dos problemas sociais do país, ainda está envolvido em denúncias de corrupção que ganharam força

⁷⁴ Fonte: UOL. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1913374-apos-13-anos-brasil-deixa-o-haiti-entre-paz-fragil-e-miseria.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

⁷⁵ Os protestos aconteceram principalmente na capital Port-au-Prince e na área metropolitana, embora novas fontes de conflito também tenham aparecido em Jacmel, Hinche e outras cidades importantes. O número de mortos confirmados chega a sete, além de um número desconhecido de feridos. Fonte: disponível em: <<https://jubileosuramericas.net/haiti-no-minustah-novedades-haiti/>>. Acesso em: 05 ago.2019.

⁷⁶ O Jovenel Moïse foi escolhido pelo ex-presidente Michel Martelly para ser o candidato oficial do governo para as eleições presidenciais pelo PHTK (Partido *Tèt Kale* do Haiti - Haitian *Tèt Kale Party*), fundado por Martelly, Seitenfus (2014), ressalta que Michael Martelly foi o candidato do Sistema Internacional na eleição de 2010 no Haiti.

após o Tribunal de Contas do Haiti publicar um relatório alegando o desvio de cerca de 2 bilhões de dólares do Petrocaribe, envolvendo a empresa liderada pelo atual presidente. Além de que, o relatório aponta para vários casos de desvio de fundos do Petrocaribe por altos funcionários do governo haitiano durante o período em que Michel Martelly esteve na Presidência⁷⁷.

Esses recentes protestos, que deixaram dezenas de mortos e centenas de feridos, foram reprimidos pela Polícia Nacional do Haiti, nos dizem que apesar de todas as intervenções do Sistema Internacional no Haiti, do ponto de vista do metabolismo social, pouca coisa mudou e ainda assim essa intervenção é chamada de ajuda humanitária.

Apesar do fim do mandato da MINUJUSTH, em 15 de outubro de 2019, o imperialismo norte-americano já demonstrou que não pretende deixar o país se autodeterminar e redigiu a resolução 2476, de 25 de junho de 2019, do Conselho de Segurança, que cria uma nova missão, o Escritório Integrado da ONU no Haiti (BINUH), que agora tem caráter político e entrará em vigor em outubro, quando substituirá a atual missão no país caribenho. Ela deverá ser dirigida por um representante especial do secretário-geral da ONU⁷⁸.

Portanto, mesmo com o fim da ocupação militar estrangeira no Haiti, não significou o fim da opressão e subalternização da sua população. O imperialismo possui uma série de organismos internacionais que impõe a dominação aos países da periferia do sistema capitalista e mesmo que a aplicação de políticas neoliberais gerem um aprofundamento das desigualdades sociais, as instituições do Sistema Internacional impõe mais neoliberalismo como medida para combater essas desigualdades.

Em termos analíticos, destacamos o fato do Haiti ter sido e permanecer sendo o laboratório para as mais diversas experiências para o Sistema Internacional. Entre elas, a implantação de estratégias de confronto em ambientes urbanos, como reconhece o coronel José Ricardo Vendramin Nunes (2015), então comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em entrevista a respeito da experiência da MINUSTAH. Diz ele que muitos países têm experiência em operações de “paz” em ambiente rural, mas as guerras estão migrando para as cidades. Em área urbana, é mais difícil diferenciar civis de combatentes⁷⁹.

⁷⁷Fonte: EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/15/album/1550250482_649881.html#foto_gal_23>. Acesso em: 05 ago. 2019.

⁷⁸Fonte: MINUJUSTH. Disponível em: <<https://minujsth.unmissions.org/r%C3%A9solution-2476-du-conseil-de-s%C3%A9curit%C3%A9-de-25-juin-2019-qui-cr%C3%A9e-le-binuh>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

⁷⁹Fonte: DEFESANET. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/19227/Missao-no-Haiti-torna-Brasil-referencia-em-treinamento-de-forcas-de-paz/>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

Segundo Miguel Borba de Sá (2019), a MINUSTAH e o projeto de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro, são parte de uma mesma estratégia política de controle social sob uma roupagem discursiva humanitária. Sendo assim, consideramos que a experiência brasileira na MINUSTAH foi replicada nas ações das UPPs, no Rio de Janeiro, e com as ocupações do Exército, em ações de Garantia da Lei e da Ordem⁸⁰ (GLO).

Mesmo que existam grandes diferenças geoespaciais entre as cidades do Haiti e a do Brasil, a própria intervenção militar no Rio de Janeiro foi defendida com base na experiência de “sucesso” da atuação no Haiti. Além disso, os equipamentos que estão sendo utilizados foram adquiridos para missão do Haiti, como tanques de guerra, entre outros. Assim como, o próprio desvio das funções que o exército está explicitando, já que seus integrantes são treinados para ações de guerra e não de patrulha policial. Foi no Haiti que os militares brasileiros iniciaram as suas preparações para essa missão, que apesar de todas as diferenças entre as experiências, está sendo utilizada uma estratégia semelhante.

O próprio projeto das UPPs tem como base a experiência da MINUSTAH em realizar operações nas favelas, com a estratégia de ocupação permanente de “pontos fortes”, que segundo o tenente coronel Carlos Cavalcanti (2019)⁸¹, do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), essa estratégia denominada “pontos fortes” foi iniciada na operação em *Cité Soleil* em 2005, comandada pelo general Heleno Pereira. Ela propõe a criação de pontos de base militar no coração da área considerada mais perigosa e de onde as operações de pacificação partiriam para ampliar o perímetro de segurança. A Polícia Militar do Rio de Janeiro enviou uma comitiva ao Haiti, com o objetivo de coletar as experiências do Exército Brasileiro”.

Em 2013, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), e o primeiro-ministro haitiano, Laurent Lamothe, realizaram uma parceria de cooperação entre a Polícia Militar do Rio de Janeiro e a Polícia Nacional Haitiana (PNH) para a troca de informações sobre a evolução da política de UPPs, em comparação com os “pontos fortes” nas favelas haitianas (MOURA, 2014).

Portanto, assim como o Haiti foi um laboratório dentro das relações internacionais, o Rio de Janeiro está sendo um laboratório para o Brasil⁸². E com base na experiência haitiana,

⁸⁰ Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

⁸¹ Fonte: CARTA CAPITAL. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604/>>. Acesso em 06 ago. 2019.

⁸² O Interventor Federal no Rio de Janeiro (2018) general Braga Netto afirmou em entrevista que “o Rio é um laboratório para o Brasil”. Fonte: UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/27/intervencao-e-janela-de-oportunidades-para-a-seguranca-do-rio-diz-general-interventor.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

podemos perceber que a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro procura, através de ações sociais, conquistar a população, hegemonicamente aliando força e consenso⁸³.

As contradições da sociedade capitalista, dentro desse novo padrão de acumulação, aprofundam a desigualdade social e intensifica a exploração e a subalternização, intensificando os mecanismos de controle social e cada vez mais militarizando a sociedade. Apesar desse fenômeno não ser exclusividade do Haiti, acreditamos que ele foi testado nesse país, assim como, está cada vez mais ganhando força no Brasil.

A MINUSTAH, que começou sob o governo do presidente Lula, se prolongando aos demais anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), teve cerca de 37,5 mil militares brasileiros participando da missão e uma série deles, principalmente generais com a experiência de comando da missão, ganharam notoriedade e destaque no cenário nacional no Brasil.

Esses generais, que fortaleceram e se promoveram na MINUSTAH, até a escrita dessa dissertação ocupavam cargos de destaque no atual governo do presidente profascista Jair Bolsonaro, que é um adepto do projeto de militarização da sociedade. Entre esses militares que participam desse governo, destacamos os generais Augusto Heleno (primeiro comandante da missão, entre 2004 e 2005), que ocupa o ministério do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Carlos Alberto dos Santos Cruz, que ocupou o ministério da Secretaria de Governo; Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa; Floriano Peixoto, ministro da Secretaria Geral da Presidência; Edson Leal Poujol, (liderou a missão entre 2013 e 2014), que é comandante do Exército⁸⁴.

Existem diversos outros militares brasileiros que participaram da MINUSTAH ocupando cargos secundários no governo, o que nos leva a pensar que esta missão não apenas serviu para dar mais protagonismo ao Brasil perante ao Sistema Internacional, mais também, treinar os militares para atuar em ambiente urbano, realizando um política estratégica de controle social, utilizando da força e da busca pelo consenso para manter uma dominação e impedir qualquer alteração no metabolismo social brasileiro.

⁸³ No Rio de Janeiro os militares distribuíam panfletos ou usavam alto-falantes para divulgar mensagens que reforçavam a ideia de apoio à população e incentivavam denúncias sobre o paradeiro de criminosos e armas. Fonte: UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/02/as-estrategias-do-haiti-que-estao-sendo-usadas-na-intervencao-do-rio.htm?cmpid=copiaecola> acesso em 06 de julho de 2019>. Acesso em: 06 ago. 2019.

⁸⁴ Fonte: UOL. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

3. Os imigrantes haitianos no Brasil

Os trabalhadores imigrantes haitianos no Brasil são motivados pelos sonhos que inspiram todos os emigrantes, que são os de buscar melhores condições de vida, trabalho e moradia. Contudo, quando chegam em terras brasileiras enfrentam uma série de dificuldades, bem como péssimas condições de trabalho e moradia. Temos como hipótese de que esses trabalhadores são incorporados ao metabolismo social do país por meio de uma superexploração da sua força de trabalho, já que as possibilidades de trabalho são em funções com os menores rendimentos ou, em muitos casos, em ocupações “informais” dentro do mercado de trabalho.

No momento da sua chegada eles se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade, onde praticamente não conhecem nada nesse novo ambiente, tendo que já enfrentar a sua principal dificuldade, a barreira do idioma, tendo em vista que no Haiti as línguas oficiais são o crioulo e francês. Quando o imigrante não consegue se comunicar, sua adaptação é dificultada em larga escala, pois esta torna-se um obstáculo a mais para conseguir emprego, atrapalha no processo da regulamentação do visto e complexifica diversas as atividades do cotidiano, tais como fazer compras no mercado e ser atendido em um serviço de saúde.

Além das barreiras mencionadas, que inibem a adaptação na nova sociedade, ainda enfrentam a conjuntura política e econômica pela qual passa o Brasil, que traz mais instabilidade para os imigrantes e o medo das consequências da mudança de postura do país para com o trato no processo migratório.

Sobre essa mudança de postura para com os imigrantes, podemos analisar a afirmação de Tatiane⁸⁵ (2020), agente da entidade da sociedade civil Cáritas Arquidiocese de Maringá-PR⁸⁶, que tem um importante trabalho com imigrantes e refugiados no Brasil e é responsável pelos atendimentos no momento da sua chegada, bem como e auxilia no processo de solicitação de visto:

“os haitianos que chegaram após o fim de 2018, em sua maioria tem consciência da conjuntura política brasileira e a postura do Bolsonaro com a relação aos imigrantes, e eles se sentem inseguros sobre o futuro dos

⁸⁵ Tatiane foi um nome fictício criado para preservar a identidade da fonte.

⁸⁶ A Cáritas é uma das organizações parceira do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil, que executa o projeto Integração Local de Refugiados(as) e Solicitação de Refúgio, como foco na proteção legal, integração e assistência social. Realiza atendimentos sócio-jurídicos a refugiados e solicitantes de refúgio e articulações com instâncias governamentais e internacionais, da sociedade civil e do setor privado. Um dos projetos desenvolvidos com destaque são os cursos de português oferecidos para os imigrantes, com intuito de quebrar a barreira do idioma.

imigrantes no país, mas que mesmo assim está melhor que no Haiti” (TATIANE, 2020).

Essa insegurança dos imigrantes em relação ao governo Bolsonaro se justifica por declarações do próprio presidente, como a realizada em sua visita à Índia, em fevereiro de 2020, como podemos conferir:

"A nossa lei de migração é uma vergonha, fui o único a votar contra e fui muito criticado pela imprensa. Eles chegam no Brasil com mais direito do que nós. Isso não pode acontecer, porque devemos preservar o nosso país. Se abrir as portas como está previsto na lei de migração, o país pode receber um fluxo de pessoas muito grande e com muitos direitos" (BOLSONARO, 2019)⁸⁷.

O discurso feito pelo representante do governo brasileiro está em oposição a realidade e a necessidade do movimento migratório do Brasil e do mundo, que vive uma intensa crise migratória, a qual dá sinais que não vai ser passageira.

O Brasil passou a ser um importante destino para os imigrantes e cada vez mais terá que lidar com novos fluxos migratórios, sejam haitianos ou venezuelanos, sírios, senegaleses, além de outras nacionalidades. Acreditamos que o Estado brasileiro precisa operar com a realidade do movimento migratório e, através dos seus governos, precisa investir não apenas em formação dos seus agentes para atender essa demanda, mas também buscar sensibilizar a sua população para estimular o acolhimento e integração desses novos indivíduos no tecido social.

Entretanto, buscamos analisar o porquê mesmo com toda essa conjuntura apresentada os haitianos continuam escolhendo o Brasil como destino. Ressaltamos que, como discorremos no capítulo I deste trabalho, o Brasil não é a primeira opção deles como destino, que inicialmente preferem territórios que garantam remunerações em dólar ou euro. A diferença entre a valorização das moedas faz muita diferença na conversão de câmbio no processo de envio de remessas para o Haiti, mas como esses destinos são mais difíceis para entrar, acabam escolhendo o Brasil como destino, que apesar das dificuldades esperadas em ser encontradas, ainda assim acreditam que vão ter uma vida melhor que no seu país de origem.

Desta forma, nesse capítulo pretendemos analisar a forma que a migração haitiana é absorvida pelo capital brasileiro e seus desdobramentos no metabolismo social do Brasil, bem como estudaremos as funções e atividades que esses migrantes realizam neste país.

⁸⁷Fonte: BBC INTERNACIONAL. Na Índia, Bolsonaro diz que, no Brasil, imigrantes têm 'mais direito que nós'. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

3.1 A Entrada

Nesta dissertação focamos nossas análises no processo migratório haitiano, principalmente na sua chegada ao Brasil, porém a particularidade migratória haitiana está inserida em um processo mais amplo, que é uma grande crise migratória mundial, que em nossas análises consideramos ser uma das manifestações concretas da barbárie que é o sistema capitalista nos países da periferia do sistema, principalmente na conjuntura de crise do capital, que se utiliza do processo migratório para aumentar a sua margem de exploração das forças de trabalho e baratear o seu preço.

Dentro da manifestação desta conjuntura de crise do capital, governos conservadores e reacionários, se fortaleceram, mesmo que se beneficiando do movimento migratório, reforçam o estereótipo dos imigrantes serem o problema do país e responsáveis pela falta de empregos, utilizando-se de um discurso extremamente conservador e com forte viés xenofóbico e anti-imigrantes.

Nessa linha de raciocínio podemos encontrar alguns exemplos. Testemunhamos no continente europeu o Reino Unido aprovar a sua saída da União Europeia, através do *Brexit*⁸⁸, com uma forte campanha xenofóbica, assim como a Itália, que está se fechando para não receber mais imigrantes, chegando a proibir o seu resgate no meio do mar⁸⁹, deixando-os à deriva da própria sorte e sujeitos à morte. Bem como a Turquia, que utiliza da sua posição geográfica na fronteira da Europa com o Oriente para exercer o papel de uma espécie de guardião, controlando a migração e utilizando disso para negociar com a União Europeia, ameaçando abrir a fronteira e deixar entrar na Europa milhares de emigrantes e refugiados⁹⁰.

No continente americano não é diferente, também é enfrentada uma grave crise migratória, principalmente nos países localizados na América Central, que por conta de péssimas condições de vida, com a perigosa combinação de altos índices de desemprego e altas taxas de violência, constantemente convivem com milhares dos seus povos fugindo desesperadamente, emigrando em caravanas⁹¹ rumo ao México, para cruzar a fronteira com os

⁸⁸Fonte: BBC INTERNACIONAL. 8 razões pelas quais os britânicos votaram pela saída da União Europeia. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36609225>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁸⁹Fonte: OGLOBO. Itália vai multar barcos que resgatarem refugiados no mar. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/italia-vai-multar-barcos-que-resgatarem-refugiados-no-mar-23734603>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹⁰Fonte: OGLOBO. Presidente da Turquia ameaça enviar imigrantes à Europa em resposta às críticas por ofensiva na Síria. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/10/erdogan-da-turquia-ameaca-a-europa-com-fluxo-de-migrantes-em-resposta-as-criticas-por-ofensiva-na-siria.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹¹Fonte: EL PAÍS. México fecha fronteira com a Guatemala ante a chegada da nova caravana migrante. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/19/internacional/1579389982_024534.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Estados Unidos, que por sua vez responde à crise migratória com o seu conservadorismo imperialista de sempre, se fechando e sugerindo, através da proposta do Donald Trump, a construção de um muro entre as fronteiras dos Estados Unidos com o México⁹².

Na América Latina a resposta à crise migratória não está sendo diferente dos países do centro do sistema capitalista. Também há um fechamento para a migração, com o endurecimento da política migratória, como por exemplo o Chile e a Argentina⁹³ que mudaram as suas leis de migração para dificultar a entrada e permanência de estrangeiros em seus países. Ou através de manifestações xenofóbicas, como no caso dos brasileiros que expulsaram venezuelanos em Roraima⁹⁴.

Todo esse panorama do movimento migratório no mundo sugere não apenas uma crise mundial da migração, mas também que a forma escolhida para tratar desse fenômeno histórico está sendo a construção de barreiras físicas ou invisíveis para impedir a circulação das pessoas pelas fronteiras invisíveis dos Estados nacionais. Essa postura está sendo sustentada ideologicamente através da adoção de discurso que propõe o controle da entrada de imigrantes, criando legislações que descumprem até mesmo os tratados internacionais dos direitos humanos, olhando para os imigrantes apenas como mais um problema social.

Desse modo, compreendemos que a conjuntura internacional é interligada à nacional e que ela contribui para que os imigrantes ao chegarem ao Brasil enfrentem discriminações xenofóbicas e racistas. Para que o Brasil, para além dessa conjuntura de intolerância política, sinta fortemente a crise mundial de acumulação do capital, que na periferia do sistema se manifesta em altos índices de desemprego, fazendo com que os imigrantes sejam vistos como “ladrões” de emprego. Consequentemente, o aumento da xenofobia faz com que o fluxo de haitianos ou dos venezuelanos, que aumentou consideravelmente recente, seja visto como um problema a mais para o país, atravancando as suas integrações na sociedade brasileira.

O medo do desemprego e do que é diferente alimenta o medo ao imigrante, que aliado ao desconhecimento da situação desses novos elementos no tecido social brasileiro, contribui para interpelações infundadas da realidade social, como certa vez uma ouvida em um ônibus do transporte coletivo da região metropolitana de Maringá, onde um senhor brasileiro olhando

⁹²Fonte: EL PAÍS. Supremo autoriza Trump a utilizar dinheiro do Pentágono para o muro com o México. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/27/internacional/1564182188_174840.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹³Fonte: G1 GLOBO. Governo da Argentina endurece leis de migração e nega que ações tenham influência de Trump. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/governo-da-argentina-endurece-leis-de-migracao-e-nega-que-aco-es-tenham-influencia-de-trump.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹⁴Fonte: EL PAÍS. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

para um haitiano no mesmo ônibus diz: “olha ele, está melhor que a gente, cheio de correntes de ouro, o governo prioriza eles invés da gente para dar emprego”.

Acreditamos que esses elementos, fundados em inverdades, dificultem a adaptação dos haitianos à sociedade. Vale aqui registrar novamente que antes dos haitianos chegarem ao Brasil, os brasileiros estavam ocupando no Haiti, ocupando militarmente através da MINUSTAH como apresentamos no capítulo II desta dissertação.

A conjuntura de crise do sistema capitalista, que se manifesta fortemente no Brasil, piora a condição de vida dos imigrantes, considerando que esses, em momentos que o desemprego está com índices minimamente controlados, ocupam historicamente funções no mercado de trabalho que os nativos não se interessam, mas em momento de altas taxas de desemprego os trabalhadores nativos disputam essas vagas com os imigrantes e até mesmo as vagas de trabalho informal.

Desse modo vale ressaltar, conforme apresentamos no capítulo I dessa dissertação, que diversos fatores influenciaram os emigrantes haitianos a escolherem o Brasil como destino. E que, embora o terremoto de 2010 foi um marco desse fluxo migratório, analisar apenas por esse elemento é um erro, reduzindo a uma leitura muito simplista da realidade haitiana, que tem a migração enraizada na sua realidade social e conviveu com diferentes fluxos migratórios em diferentes períodos históricos.

A rota de entrada do imigrante haitiano para o Brasil depende das suas condições materiais objetivas e da sua situação legal. Quando esses indivíduos partem de uma situação documentada o trajeto é feito através dos aeroportos, principalmente saindo de Porto Príncipe no Haiti, ou do seu vizinho de ilha, República Dominicana, através da cidade de São Domingo, vindo direto para os aeroportos Internacionais do Brasil, principalmente o de Guarulhos em São Paulo (FERNANDES, 2016). Entretanto, como a situação documentada não foi predominante na maioria desses imigrantes, principalmente daqueles que chegaram até 2015, a sua principal rota de entrada no país foi através das fronteira terrestre, atravessando o Peru e passando pelas cidades de Tabatinga (Amazonas) e Brasiléia (Acre) e em menor medida pela Bolívia, para depois adentrar a várias regiões do Brasil (IPPDH, OIM.2017).

A partir de 2015 houve uma pequena alteração na rota de entrada desses imigrantes, criando mais duas rotas de dispersão, a primeira na fronteira brasileira com a Guiana, na cidade de Bonfim no Norte de Roraima. Essa nova rota foi consequência da exigência do Equador que começou a exigir visto de entrada dos haitianos. Esses imigrantes anteriormente entravam primeiro no

Equador para depois seguir pelo Peru e depois chegar ao Brasil adentrando as cidades de Tabatinga (Amazonas) e Brasileira (Acre)⁹⁵.

A segunda rota que cresceu significativamente a partir de 2015 foi a da cidade de Corumbá, no oeste do Mato Grosso do Sul, fronteira com a Bolívia. Isso porque o Chile endureceu as leis de migração alterando a entrada e permanência de estrangeiros. De acordo com as novas normas os haitianos precisam de visto de turista para entrar no Chile e permanecer por 30 dias, mas o país não permite que o documento seja convertido posteriormente em temporário, como era feito antes. Da mesma forma, agora o visto humanitário no Chile é somente concedido àqueles que morem no Haiti e façam a solicitação em Porto Príncipe, sendo que esse documento tem o prazo de 12 meses e o período pode ser prorrogado uma vez, tendo ainda uma cota anual de 10 mil vistos humanitários⁹⁶.

Essas foram as principais rotas utilizadas pelos haitianos para adentrar no Brasil a partir de 2010 quando se inicia esse quarto grande fluxo migratório. Entrar no território brasileiro, apesar de passar por um trajeto cansativo e com altos custos ainda é o primeiro passo de um longo processo que se inicia para a busca da sonhada melhor condição de vida.

Sem o visto brasileiro o imigrante fica em uma situação “irregular” no país, vivendo na ilegalidade e enfrentando situações ainda mais precárias, sem a possibilidade de acesso a serviços básicos necessários para a sobrevivência humana e a possibilidade de um trabalho com condições dignas, o que já é difícil em país periférico e dependente. Assim como, se estiver ilegal, é impossibilitado de ser atendido no Sistema Único de Saúde (SUS) e de se matricular ou matricular as crianças em uma rede formal de ensino escolar.

Em nossa visita à Cáritas de Maringá, pudemos apurar a seguinte realidade para os imigrantes haitianos:

Até o fim de 2018 o perfil dos imigrantes haitianos que chegavam no Brasil era em sua ampla maioria homens e em menor medida mulheres, que vinham primeiro para se estabilizar para depois trazer o restante da família. Após esse período teve uma pequena mudança no perfil dessa migração, agora vem a família toda junta e não mais apenas um integrante da família, aumentando o número de crianças. Essa foi consequência da conjuntura política no Haiti, que após o fim das missões da ONU, e ao contrário do que foi prometido, não teve melhoras na condição de vida do povo haitiano, causando revolta e manifestações com forte repressão, que já duram dois anos, criando uma

⁹⁵Fonte: G1 GLOBO. Nova onda de haitianos chega ao Brasil pela Guiana e engrossa êxodo de estrangeiros em Roraima. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/16/nova-onda-de-haitianos-chega-ao-brasil-pela-guiana-e-engrossa-exodo-de-estrangeiros-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁹⁶Fonte: BBC BRASIL. Cidade no Mato Grosso do Sul vira nova porta de entrada para haitianos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45278905>> Acesso em: 20 jan. 2020.

situação pouco estável, com pouca perspectiva de melhoras e deixando muitos haitianos com medo de continuar vivendo no país (TATIANE, 2020)⁹⁷.

3.2 Mudanças na Política Migratória brasileira

No começo desse fluxo migratório dos haitianos para o Brasil não existia nenhuma legislação que regulamentasse de acordo com a necessidade específica deles, não tinha nenhuma modalidade de visto que se enquadrasse de acordo com essa situação, portanto eles eram encaminhados para o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, que tinha um departamento chamado de Conselho Nacional de Imigração – CNIg⁹⁸, onde era solicitado o refúgio. Esses documentos são essenciais para a incorporação desses imigrantes no mercado de trabalho formal e possibilitam condições de acesso a serviços de atendimentos básicos.

Esse era o procedimento realizado pelos haitianos até as mudanças na política migratória do país, era o primeiro passo de um longo processo de regulamentação. Logo que entravam no território brasileiro tinham que solicitar o refúgio perante as autoridades responsáveis pela migração nas cidades fronteiriças. Essa abertura de processo levava a emissão de um protocolo que permitia ao imigrante obter uma Carteira de Trabalho e Comprovante de Pessoa Física (CPF) provisório (FERNANDES, 2014). O pedido de refúgio era analisado pelo CONARE e enquanto os imigrantes aguardavam para ter o seu caso analisado, a sua situação era legal em todo território brasileiro. O problema é que nem todos os haitianos são considerados refugiados e os seus pedidos, na grande maioria, estavam sendo negados porque é interpretado que a sua situação não se enquadra nos requisitos definidos em lei e convenções internacionais, que definem a situação de refúgio como:

Pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opinião política e não podem ou não querem valer-se da proteção de seu país. Segundo a Lei nº9.474, de 22 de julho de 1997, são também refugiadas as pessoas obrigadas a deixar seu país de nacionalidade devido a grave e generalizada violação de direitos humanos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

⁹⁷ Essas mudanças ainda não são percebidas nos dados oficiais do governo, porque a última publicação foi em 2019 e é referente ao ano de 2018. Elas são sentidas pelo aumento no fluxo de atendimento pela Cáritas que é a entidade responsável pelo processo regulatório no Paraná.

⁹⁸ O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é um órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo e consultivo, desde sua origem em 1980, que o colocava como responsável pela formulação de política migratória no Brasil. Todavia, cabe esclarecer que, após a regulamentação da Lei de Migração 13.445/2017 pelo Decreto 9.199/2017, o CNIg passou a atuar sobre novas diretrizes, sendo responsável pela formulação da política de imigração laboral. A partir da nova Lei de Migração, o CNIg deixou de deliberar sobre processos solicitados com base na Resolução Normativa N°27, que dispõe sobre os casos omissos.

Desse modo, o resultado desse processo transformaria a permanência dos haitianos no Brasil em irregular, o que seria mais uma contradição na relação entre o Estado brasileiro e o Estado haitiano. Principalmente quando levamos em consideração que os brasileiros foram para o Haiti antes dos haitianos virem para o Brasil, principalmente quando analisamos os conteúdos dos discursos dos presidentes Lula e Dilma em suas visitas ao Haiti.

O então presidente Lula visitou o Haiti pela primeira vez em 18 de agosto de 2004, logo no primeiro ano da ocupação militar comandada pelo Brasil, buscando a construção da hegemonia do Brasil sobre o Haiti, aliando a força militar da MINUSTAH com a busca pelo consenso, utilizando da estratégia de utilizar a popularidade da seleção brasileira e suas principais estrelas para o chamado “jogo da paz”⁹⁹. Em seu discurso prometeu ao povo haitiano “a ajudar o país a reerguer-se, a reconstruir suas instituições, a cicatrizar suas feridas, a reencontrar o caminho do desenvolvimento e da justiça social” (LULA, 2004)¹⁰⁰.

Assim como a presidenta Dilma em sua visita em fevereiro de 2012, manteve a mesma linha de raciocínio em seu discurso e declarou:

Reiterei que continuaremos cooperando para criar para os haitianos condições de vida melhores no próprio Haiti. Deixei claro, no entanto, que como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil (DILMA, 2016)¹⁰¹.

Dilma neste mesmo discurso ainda declarou também que o Brasil tomaria medidas para eliminar os intermediários do processo migratório, ou seja, visava combater as redes de criminosos, os chamados coiotes, que não apenas espalhavam notícias falsas no Haiti sobre a condição de vida dos imigrantes haitianos no Brasil, bem como se aproveitavam da situação vulnerável dos haitianos e suas famílias para com falsas promessas submeter os emigrantes a situações desumanas e degradantes durante o trajeto da migração, além de explorar cobrando taxas exuberantes.

Uma das medidas do governo brasileiro, segundo argumentos da presidenta Dilma (2012), para desarticular a rede de migração irregular de haitianos, foi a de conceder um visto que seria retirado junto ao consulado brasileiro na cidade de Porto Príncipe, no Haiti, sendo, no

⁹⁹Op. Cit. Cap. 2, nt. 61.

¹⁰⁰Fonte: UOL. Lula; Lula destaca no Haiti sua missão de paz. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/08/18/ult34u102371.jhtm>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

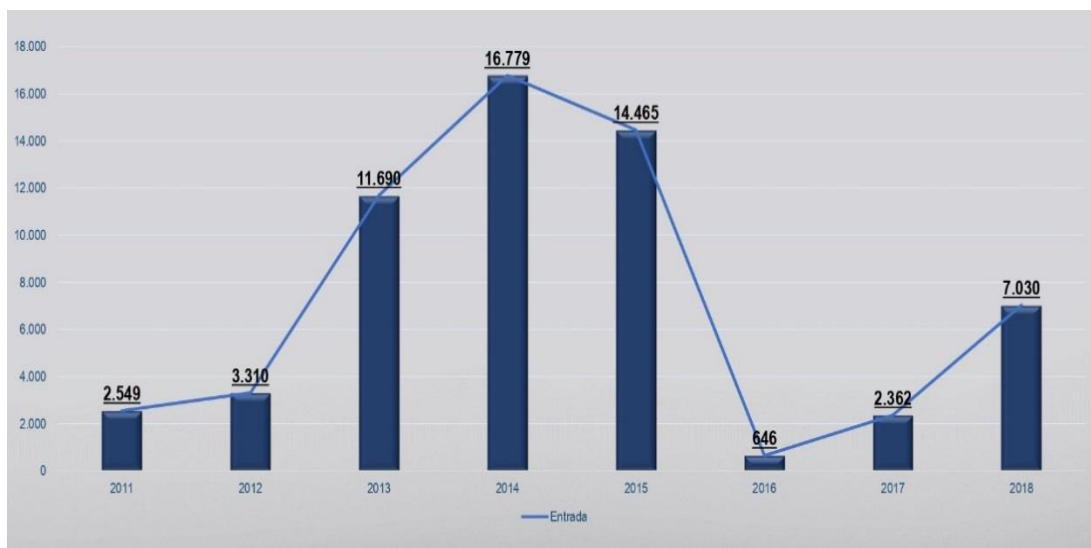
¹⁰¹Fonte: Dilma; Dilma fala a imprensa em viagem ao Haiti. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=62O8dWoFtvY>> acesso em: 08 jan. 2020.

entanto, o número de vistos restrito a 1.200 por ano, não incluídos nesse total os vistos para reunificação familiar (FERNANDES, 2014, p. 14).

Compreendemos que medidas como essa adotada pelo Estado brasileiro, para além de combater o tráfico irregular de pessoas, visava controlar a imigração haitiana para o Brasil, que nesse momento, início de 2012, já demonstravam indício de um grande crescimento. Tendo em vista que em 2010, o marco inicial desse 4º grande fluxo migratório haitiano, os dados publicados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública sob o título “Refúgios em Números” em 2017 demonstram que teve um crescimento muito expressivo, partindo de 442 solicitação de refúgio de haitianos no Brasil em 2010, para 2991 em 2011.

O número de solicitações de refúgio no Brasil por parte dos haitianos, continuou crescendo expressivamente, como podemos observar no gráfico abaixo que representa essas solicitações de 2010 a 2018.

Gráfico 2:



Fonte: (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Entretanto, por conta dos motivos que descrevemos anteriormente e da particularidade haitiana, o número desses imigrantes no Brasil é maior do que os que solicitaram refúgio. Essa diferença numérica acontece porque uma mesma nacionalidade de imigrante pode ser enquadrada em uma autorização de visto diferente.

Desse modo, outra forma de quantificar é a solicitação de residência, que de acordo com a publicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019), com base no dados do CNIg, entre 2011 e 2018, foram concedidas 59.729 autorizações de residência a imigrantes pelo

Conselho Nacional de Imigração, sendo que 60,8% das mesmas foram concedidas com base na Resolução Normativa 27, que dispõe sobre os casos omissos. O comportamento da RN N° 27 reflete precisamente o peso significativo dessa Resolução na concessão de residência via CNIg. No ano de 2015 observou-se o maior número de autorizações concedidas através da RN N° 27 em razão das autorizações concedidas aos imigrantes haitianos por razões humanitárias.

Sendo assim, a medida do governo Dilma visava principalmente os emigrantes que pretendiam viajar ao Brasil, mas nas suas cidades fronteiriças, essencialmente no tríplice fronteira com Brasil, Colômbia e Peru. Porém já existiam centenas de haitianos que pretendiam entrar no país e milhares que haviam entrado e estavam esperando o resultado do processo. Esses imigrantes foram acolhidos por entidades da sociedade civil, como ONGs e principalmente entidades religiosas, mas existia uma situação humanitária e burocrática a ser resolvida, já que os haitianos não se enquadravam na situação de refugiado.

A solução adotada foi publicada em janeiro de 2012, por meio de Resolução Normativa – RN (n° 97) do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, que concedeu visto humanitário permanente pelo prazo de cinco anos aos imigrantes haitianos (FERNANDES, 2014, p. 14). Como podemos observar na RN n° 97:

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° – Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2° – O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3° – Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1° desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor (MINISTERIO DO TRABALHALHO. 2017).

Desse modo, a partir de uma demanda específica e manifestações da sociedade civil, foi aprovada uma legislação para lidar com a especificidade haitiana, porque o procedimento era equivocado. Esses imigrantes chegavam no país e através da Polícia Federal solicitavam refúgio, mas esse procedimento estava acumulando processos no CONARE porque, como mencionado, a demanda deles não caracteriza situação de refúgio e estavam prejudicando outras nacionalidades que podem ser enquadradas como refúgio. A partir de 2017 a Polícia Federal é orientada a não mais solicitar refúgio e sim residência por acolhida humanitária para os haitianos.

Junto à Cáritas Maringá, podemos compreender os seguintes procedimentos:

Em 2020, esse primeiro atendimento aos imigrantes está sendo realizado em entidades da sociedade civil como a Cáritas, que no Paraná trabalham em parceria com a Polícia Federal. Primeiro esses imigrantes chegam até essa entidade e são atendidos e depois encaminhados ao órgão do Estado. Mas a maior dificuldade nos atendimentos se concentra nas principais fronteiras de entrada, nessas a demanda é tão grande que os agentes ficam analisando caso a caso, o que deixa esse processo muito lento (TATIANE, 2020).

Para Handerson (2015) pode-se analisar a medida adotada pelo governo brasileiro, através do visto humanitário, de duas formas: a primeira que possibilitava a legalização dos haitianos no país e a segunda que pretendia restringir a chegada de novos imigrantes. Compreendemos que apesar do discurso dos chefes da nação, de estar de braços abertos para os haitianos, as medidas adotadas visavam também o controle e a restrição desse movimento migratório.

Vale aqui ressaltar ainda que a Resolução Normativa – RN nº 97, apesar de importante para os imigrantes haitianos que estavam e pretendiam vir para o Brasil, tem que ser analisada na totalidade da política migratória brasileira vigente nesse momento, legislação essa que era conhecida como o Estatuto do Estrangeiro.

A partir de Magalhães (2016) compreendemos que o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) foi criado pela Ditadura Civil-Militar brasileira e como tal submete o imigrante internacional, não acidentalmente chamado de “estrangeiro”, à lógica própria da Doutrina de Segurança Nacional e de acordo com essa legislação estabelece em seu artigo 2º, que “na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1980).

Ainda assim, um dos elementos que ajudam a sustentar a nossa hipótese é a legislação migratória que submete o imigrante internacional a uma lógica presente até hoje no entendimento geral do imigrante e suas “qualificações” para o mercado de trabalho¹⁰². Como podemos observar no parágrafo único do artigo 16º:

Estabelece que “a imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos” (BRASIL, 1980 *apud*. MAGALHÃES, 2016, p.147).

Para Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (2017) a política migratória brasileira tinha princípios baseados na Segurança Nacional em plena ordem democrática, sendo não apenas contraditórios, mas também ultrapassados, principalmente na sua dimensão política. O Estatuto do Estrangeiro engessava a tomada de decisões voltadas ao acolhimento e à integração dos imigrantes ao país. Após mobilizações da sociedade civil e uma série de debates essa lei foi alterada, tal como podemos observar nas palavras de Oliveira (2016):

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) buscava alterar a lei de migrações com enfoque na atração de força de trabalho qualificada. Seriam, preferencialmente, engenheiros, médicos e profissionais do setor de alta tecnologia. A ideia era que essa mão de obra viesse ajudar a impulsionar o desenvolvimento e crescimento econômico (EL UNIVERSAL, 2014; BRASIL, 2012). Já a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) procurava modificar a lei a partir do paradigma das garantias dos direitos dos migrantes, tendo inclusive constituído uma Comissão de Especialistas que elaborou um Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Esse Anteprojeto passou pela avaliação da sociedade civil, na I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), realizada em 2014, e foi encaminhado à Presidência da República, de modo a ser submetido à discussão e aprovação do Congresso Nacional (BRASIL, 2014). O CNIg, por sua vez, apresentou um Projeto de Lei que também procurava assegurar garantias e direitos dos migrantes. Diante desse conjunto de iniciativas oriundas do Poder Executivo, o governo federal procurou ter uma atuação unificada, buscando algum consenso em torno do Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/2013, elaborado pelo senador Aloysio Nunes e relatado pelo senador Ricardo Ferraço (OLIVEIRA. 2016, p 173).

¹⁰² O levantamento realizado pela FGV/DAPP mostra que uma parcela considerável dos novos fluxos migratórios para o Brasil está associada a trabalhos em postos não compatíveis com os níveis de escolaridade dos imigrantes. Esse fenômeno não é uma regra geral (analisando a totalidade dos imigrantes) mas é bastante evidente, por exemplo, entre os haitianos. Fonte: DAPP FGV. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/pesquisa-sobre-mercado-formal-de-trabalho-indica-subaproveitamento-de-mao-de-obra-estrangeira-qualificada/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Depois do longo processo regulatório, no dia 24 de maio 2017, o presidente da República sancionou a nova lei de migração, a Lei n. 13.445/2017 (BRASIL, 2017). Mas sem grandes rupturas estruturais, o maior avanço foi em linhas gerais, transformando o enfoque do novo marco legal das migrações com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes, tanto dos imigrantes que por aqui aportam quanto para os brasileiros que vivem no exterior (OLIVEIRA, 2016).

Com a sanção dessa nova lei em 2017, substituindo o retrógrado estatuto do estrangeiro, a particularidade dos haitianos está prevista e a polícia federal é orientada a não mais solicitar refúgio para eles, mas sim o visto humanitário. Desse modo, o haitiano que queria sair do Haiti solicitava o visto para o Brasil no seu próprio país e esse visto era renovável para mais dois anos. Mesmo os que já estavam aqui e tinham o protocolo de refúgio, ou os que estavam chegando por fronteiras sem nenhum tipo de visto conseguiam também fazer essa regularização migratória, solicitando daqui mesmo essa autorização de residência através dessa portaria humanitária de acolhida.

Mas esse procedimento aprovado pela nova legislação migratória de 2017 tinha um limite de prazo previsto. Tinha que ser realizado o pedido de autorização de residência até o dia 20 de novembro de 2019. Quando esse dia chegou acabou o prazo da portaria e foi suspensa essa modalidade de residência pelo visto humanitário. Porém, ainda continuava chegando imigrantes haitianos e ninguém sabia mais o que aconteceria e como se regulamentaria esses imigrantes que ainda estavam chegando sem o visto e com o protocolo de solicitação de refúgio. Essa lacuna ficou por pouco mais de um mês, quando essa portaria finalmente foi renovada.

Em 2020, os haitianos precisam estar com o passaporte e a certidão de nascimento original do Haiti, a qual não precisa estar traduzida para o português, mas precisa ser um documento legível, onde se lê o nome dos pais. Esse documento terá por dois anos o prazo de validade, renovável por um prazo determinado, o qual não pode deixar vencer, pois caso vença não é mais possível renová-lo e é perdido, sendo a única opção sair do país e tentar entrar novamente.

Conforme demonstramos, o pequeno avanço da política migratória brasileira foi resultado de um longo debate de especialistas no assunto, de instituições públicas e da sociedade civil, onde tratava da migração com uma perspectiva humanista, mas mesmo assim foi desconfigurado em apenas uma canetada do presidente protofacista Bolsonaro, através do seu Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, sem nenhum aviso prévio ou debate público, demonstrando como será a política migratória do atual governo.

Podemos compreender que o projeto do governo Bolsonaro para o Brasil passa pela perspectiva de fechamento das fronteiras e endurecimento para a entrada de imigrantes, principalmente para imigrantes oriundos da América Latina, se propondo a desarticular e regressar na integração Latino-americana.

O então ministro Sérgio Moro alterou a lei arbitrariamente através de portarias. A primeira publicada foi ironicamente a portaria nº 666 de 25 de julho de 2019¹⁰³, que como medida mais grave continha a deportação sumária de estrangeiros considerados perigosos. No entanto, as pessoas consideradas perigosas pela portaria não precisavam ter sido condenadas ou mesmo necessitavam de uma acusação formal, bastava existir uma investigação em curso contra a pessoa ou a existência de informações de inteligência provenientes de autoridade brasileira ou estrangeira. Vejamos o que diz o seu artigo 3º: “A pessoa sobre quem recai a medida de deportação de que trata esta Portaria será pessoalmente notificada para que apresente defesa ou deixe o País voluntariamente, no prazo de até quarenta e oito horas, contado da notificação” (BRASIL. 2019).

A portaria nº 666 não fere apenas as legislações brasileiras, o conceito de pessoa perigosa ameaça um dos princípios básicos da sua legislação que é o de presunção de inocência. A própria Advocacia-Geral da União (AGU) advertiu o ex-ministro Mouro sobre essa portaria pelo conceito de pessoa perigosa. Assim como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) criticou a portaria por desrespeitar e violar as leis internacionais e brasileiras de proteção aos refugiados, onde uma pessoa só deveria ser deportada se tivesse sido condenada após uma sentença final de um crime particularmente grave cometido, e fosse um perigo para a sociedade.¹⁰⁴

Após uma série de críticas quanto ao texto, uma nova versão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), com o recuo do ministro, a portaria nº 770, de 11 de outubro de 2019¹⁰⁵. E, apesar da revogação da portaria anterior significar um recuo, ainda é muito insuficiente e contraria o projeto debatido e aprovado pelo senado na Lei n. 13.445/2017.

Para o Ministério da Justiça e Segurança Pública a nova portaria traz critérios de transparência e ampla defesa e amplia de dois para cinco dias o prazo para o migrante sujeito a

¹⁰³Fonte: Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹⁰⁴Fonte: UOL. Moro manteve portaria de deportação sumária apesar de advertência da AGU. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/ministerio-da-justica-manteve-portaria-666-apesar-de-advertencia-da-agu.shtml>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹⁰⁵Fonte: Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-770-de-11-de-outubro-de-2019-221565769>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

deportação apresentar defesa ou recurso, além de incluir notificação à Defensoria Pública da União sobre o processo, caso o alvo da ação não tenha um defensor constituído.

A portaria conceitua como é considerada pessoa perigosa em seu artigo 2º:

Para os efeitos desta Portaria, é considerada pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal aquela sobre a qual recaem razões sérias que indiquem envolvimento em:

I - terrorismo, nos termos da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;

II - grupo criminoso organizado ou associação criminosa armada ou que tenha armas à disposição, nos termos da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013;

III - tráfico de drogas, pessoas ou armas de fogo; ou

IV - pornografia ou exploração sexual infantojuvenil (BRASIL, 2019).

Apesar da mudança de portaria, Carla Mustafa (2019), vice-presidente da Comissão do Direito do Refugiado, do Asilado e da Proteção Internacional da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), acredita que o prazo continua exíguo e não dá oportunidade de ampla defesa, assim como a nova portaria continua violando os princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, constitucionalmente garantido a todos em qualquer processo judicial ou administrativo. A migração continua sendo tratada a partir da securitização, apesar da Lei de Migração ter viés humanitário e pró dignidade humana¹⁰⁶.

De acordo com Elion Póvoa Neto (2007) quando analisamos a política migratória da sociedade percebemos que a utilização de dispositivos em sobreposição ou substituição de políticas tradicionais de migração indica um patamar elevado de rejeição aos imigrantes. Existindo uma “retórica de invasão” de imigrantes, que significa mais que uma simples contenção de território da entrada de migrantes ou o erguimento de barreiras físicas e de campos de reclusão, mas também significa uma sinalização quanto a possíveis candidatos à emigração futuras. Ou seja, em um contexto de forte condicionamento de informação de redes sociais internacionalizadas, as barreiras contra a migração visam o objetivo de desestimular os migrantes em potencial.

Vale ressaltar como os meios de comunicação tratam o tema da migração, bem como a maior parte da sociedade utiliza de discursos amparados pelo senso comum. Para conquistar e consolidar o seu mercado de leitores, a mídia apela para o sensacionalismo, reforçando ideias já existentes sobre os imigrantes, tratando do tema de uma forma breve e imediata, não se

¹⁰⁶Fonte: MIGRAMUNDO. Ministério da Justiça revoga portaria 666 e publica nova medida sobre deportações. Disponível em: <<https://www.migramundo.com/ministerio-da-justica-revoga-portaria-666-e-publica-nova-medida-sobre-deportacoes/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

preocupando com o aprofundamento analítico que esse processo social deve ter, por se tratar de um processo que exige um alto grau de complexidade (NETO, 2006).

Os meios de comunicação hegemônicos da sociedade brasileira trataram de uma forma pejorativa o tema da migração, principalmente se os imigrantes forem negros ou descendentes de povos originários, reforçando os estereótipos já existente na sociedade, tratando como sendo apenas um grave problema para no país, não pensando sobre as contribuições desses imigrantes, no fortalecimento da cultura nacional, que ganha novos e importantes elementos.

Dessa forma, analisamos que os processos migratórios de pessoas da periferia do sistema capitalista acabam sendo ainda mais marginalizados e, quando falamos especificamente de imigrantes haitianos, ainda devemos considerar o racismo da sociedade brasileira que dificulta a integração destes à sociedade do país.

Embora nessa dissertação não pretendamos fazer uma análise do discurso da mídia a respeito da imigração haitiana para o Brasil, acreditamos que vale apenas ressaltar a forma como esse tema foi tratado por esse importante meio de informação e formação de opinião. Alguns dos principais boletins dos meios de comunicação hegemônicos, fizeram reportagens reforçando a ideia de que o Brasil estava sofrendo uma “invasão haitiana”.

A exemplo, a revista ISTOÉ publicou uma reportagem com o título “o que fazer com os haitianos?¹⁰⁷”, sugerindo que o país faz vista grossa para a entrada desses imigrantes, dando a entender que o governo precisa endurecer a entrada desses imigrantes. Da mesma forma que o jornal O Globo publicou que “Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti¹⁰⁸”.

Essa visão estereotipada dos imigrantes no Brasil, reproduzidas pelos meios de comunicação, que são concessões públicas e portanto deveriam tratar desse tema de uma forma mais fundamentada e não com reproduções do senso comum, apenas reforçam o preconceito e a xenofobia, transformando os imigrantes em responsáveis pelos problemas sociais, principalmente o problema de altos índices de desemprego, e escondendo que esses processos migratórios são utilizados pelo capital para baratear o preço da força de trabalho.

Precisamos ponderar que, apesar do aumento considerável de imigrantes no Brasil no período de 2011 a 2019 que segundo a Polícia Federal (2019) a imigração haitiana foi a principal seguida pelos bolivianos em 2º lugar e os venezuelanos em 3º lugar, ainda assim

¹⁰⁷Fonte: ISTOÉ. O que fazer com os haitianos? Disponível em: <https://istoe.com.br/359705_O+QUE+FAZER+COM+OS+HAITIANOS+/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹⁰⁸Fonte: OGLOBO. Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

essa população de imigrantes representa proporcionalmente muito pouco para um país de 210 milhões de habitantes.

Mesmo quando analisamos toda a população estrangeira no Brasil, que de acordo com Polícia Federal (2019) é de aproximadamente de 750 mil, o percentual de estrangeiro de a cada 100 mil habitantes fica em torno de 0,4%. Se esse número for subestimado e na realidade for três vezes mais, o Brasil teria cerca de 1,2% de sua população formada por estrangeiros. Para base de comparação com países do capitalismo central, os Estados Unidos têm o percentual de 12,3% de imigrantes para cada 100 mil habitantes. Até mesmo quando comparamos com países da América Latina, que também são da periferia do sistema capitalismo, a Argentina tem o percentual de 4,9%, proporcionalmente cerca de dez vezes o volume de estrangeiros no Brasil. Já no Chile é 2,7% e no Paraguai (2,4%)¹⁰⁹.

Esses dados corroboram com a nossa tese de que a imagem de invasão haitiana não passa de sensacionalismo midiático sem fundamentos científicos e imagens estereotipadas dos migrantes da periferia do capitalismo. O Brasil já foi conhecido como país de imigrantes, existindo proporcionalmente um índice de 5,1% imigrantes para cada 100 mil habitantes em 1920. Talvez a maior diferença desse período para hoje é que esses imigrantes na sua maioria eram de Portugal, Itália e Japão, servindo o propósito do projeto eugenista de embranquecimento do povo brasileiro, e eram não negros.

De acordo com a Elissa Fortunato (2019), em entrevista pública em 18 de agosto de 2019, pelo o UOL¹¹⁰, o saldo migratório do Brasil exporta mais gente do que recebe. Mais de 3 milhões de brasileiros vivem no exterior. Número quatro vezes maior que o número de estrangeiros que aqui vivem.

Desse modo, segundo o relatório anual de Migração e Refúgio no Brasil (2019), entre 2011 a 2018, foram registrados 492,7 mil imigrantes de longo termo¹¹¹ e os haitianos são 106,1 mil, representando 21,5% do total, tendo um importante papel no mercado de trabalho brasileiro.

3.3 A incorporação dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho

¹⁰⁹Fonte: UOL. O Brasil tem pouco imigrante. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#o-brasil-tem-pouco-imigrante>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹¹⁰Fonte: UOL. O Brasil tem pouco imigrante. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#o-brasil-tem-pouco-imigrante>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

¹¹¹Imigrantes que, geralmente, permanecem no país em um período superior a um ano.

O trabalho é central na vida dos indivíduos e elemento fundante da vida humana. Além de ser o ponto de partida no processo de humanização, na sociedade capitalista é também transformado em um assalariamento, alienado e fetichizado (ANTUNES, 2013). Sendo assim, se por um lado essa instituição marca a exploração do homem pelo homem no capitalismo, por outro é a instituição que lhe garante melhores condições de vida.

Quando o emigrante decide sair do seu país de origem carrega com ele o sonho de buscar melhores condições de vida, que passa diretamente por vender a sua força de trabalho a um valor que garanta condições dignas de vida.

A reprodução da lógica do capitalismo opera através da exploração dos trabalhadores e, sendo assim, o processo de integração desses emigrantes haitianos ao metabolismo social da sociedade brasileira está sendo realizado pelo prisma da precarização constante das relações de trabalho, o que ocasiona conseqüentemente péssimas condições de vida para esses emigrantes.

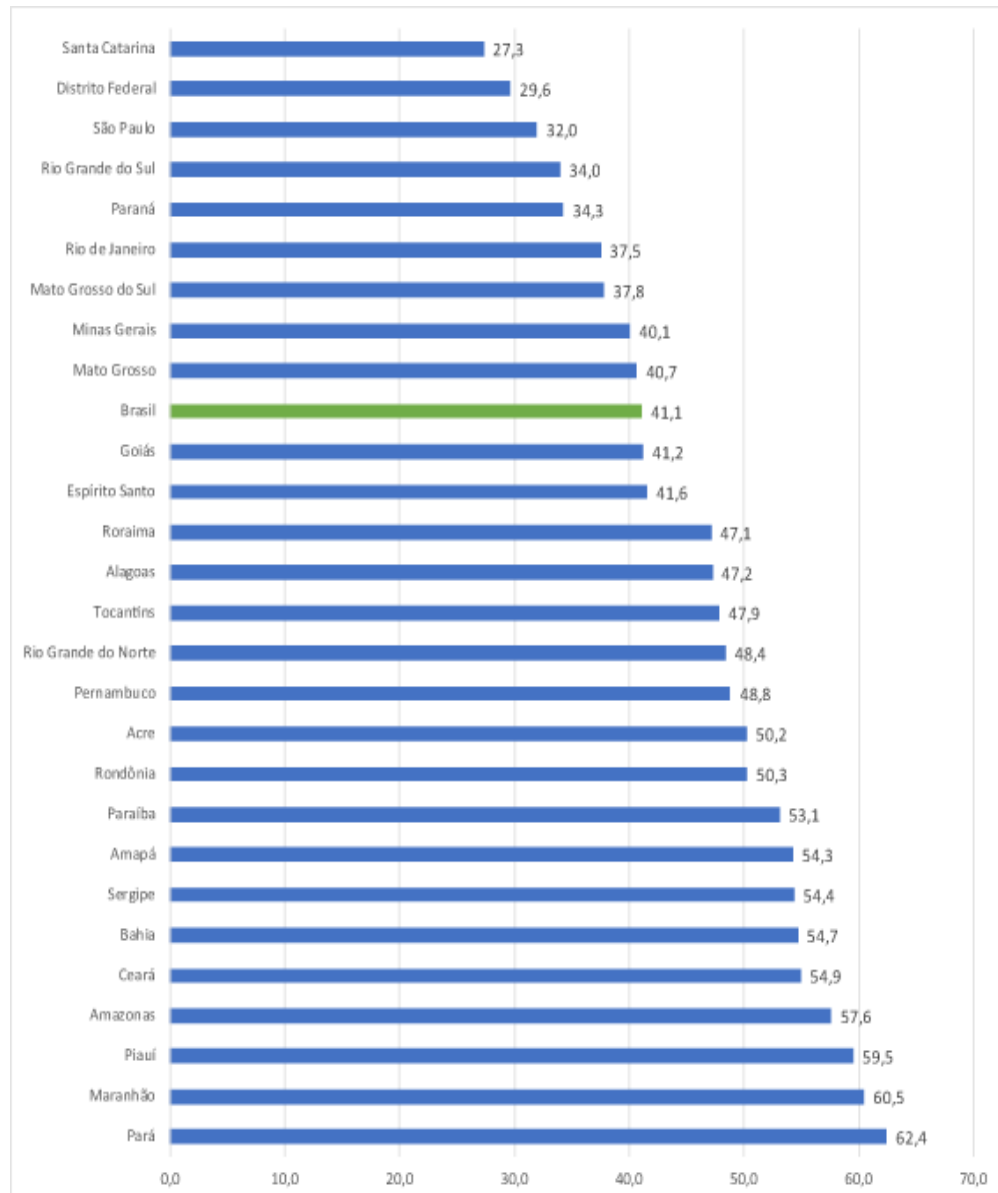
Somando isso, a conjuntura atual de alto grau de desemprego em nosso país também contribui para que os haitianos se desiludam, pois como discutimos no capítulo I dessa dissertação, as remessas de dinheiro enviadas pelos emigrantes haitianos são importantes não apenas para as suas famílias no Haiti, mas também para a política econômica do país que depende desta, onde gira em torno de 25% do seu PIB. Isso faz com que os imigrantes trabalhem mais horas, recebam os menores salários e convivam com as piores condições trabalhistas.

Também se soma a isso o problema do câmbio, já que o real em relação ao dólar sofreu várias altas ao longo dos últimos anos, tornando o sonho um pesadelo. Os imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil a partir de 2010 enfrentaram diferentes conjunturas econômicas e políticas, passando por momentos de crescimento econômico no mercado do país e sua resseção, que influencia diretamente na ocupação formal no mercado de trabalho e condição de vida. Após a crise do capital estourar vimos o drástico aumento do desemprego no país, o qual jogou grande parte da massa no desalento ou na informalidade, mesmo aqueles que tem profissões “qualificadas”. Conjuntura essa que precariza ainda mais a condição de vida dos imigrantes.

O Brasil manteve como uma média em 2019 aproximadamente 12 milhões de pessoas em busca de trabalho e ainda cada vez mais bate o recorde nos níveis de informalidade. Como podemos observar no gráfico a seguir, as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE, 41,4% da população ocupada se encontra na informalidade, a maior proporção desde 2016, quando esse indicador passou a

ser produzido. Dos 684 mil novos ocupados, 87,1% entraram no mercado de trabalho pela via informal¹¹².

Gráfico 3: taxa média anual de informalidade por estado no Brasil em 2019.



Fonte: IBGE. 2019.

Nesse processo que observamos no gráfico acima o ano de 2019 no Brasil tem um projeto econômico do capital baseado em aumentar as taxas de lucro em cima da exploração dos trabalhadores, precarizando as suas condições de vida e aumentando o trabalho informal.

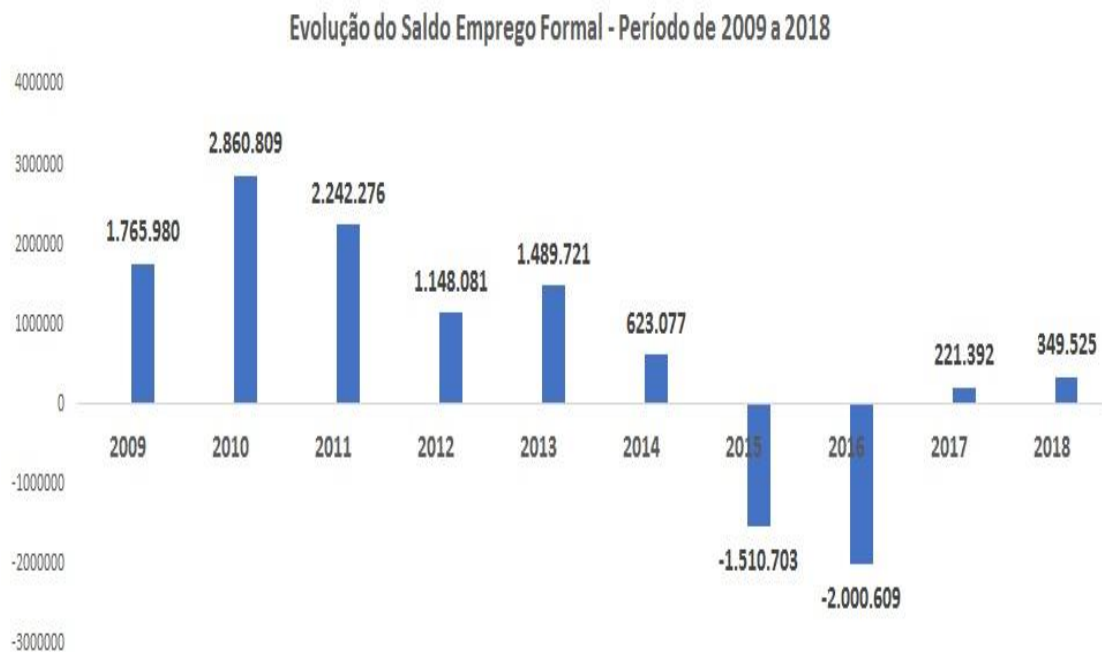
¹¹²Fonte: IBGE. Desemprego cai para 11,8% com informalidade atingindo maior nível da série histórica. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25534-desemprego-cai-para-11-8-com-informalidade-atingindo-maior-nivel-da-serie-historica>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

Certamente o projeto passa por uma construção ideológica e é publicizado pelos liberais e suas ferramentas de divulgação como a nova inovação do século XXI, tratando a precarização trazida pela informalidade como uma oportunidade de empreendedorismo. O Estado não se propõe a enfrentar de fato o desemprego e a informalidade, pelo contrário está regulando a informalidade em jornadas intermitente e flexibilizando a legislações trabalhistas.

Assim como discutimos no capítulo II, o Estado está cumprindo o seu papel de classe, atuando ao lado do capital em um projeto de nação da periferia do sistema capitalista, onde não apenas mantém mas também aprofunda a dependência aos países centrais e, portanto, tem como consequência a desvinculação de um projeto de desenvolvimento nacional, não prevendo aumento da capacidade da sua atividade produtiva e impossibilitando uma política efetiva de geração de empregos formais, já que a produção nacional é desvinculada da ideia de um consumo interno, voltando-se majoritariamente para a exportação e transformando o país em um grande celeiro. O que conseqüentemente faz com que o desemprego sirva para intensificação do arrocho salarial praticado no país.

O resultado do atual processo de acumulação do capital desenvolvido no país, que aposta na superexploração e na informalidade, é a combinação de desemprego e perda de postos de trabalhos formais, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 4:



Fonte: Caged, 2019

O gráfico acima, divulgado pelos Microdados do Caged (2019), representa o saldo de empregos formais no Brasil do período de 2009 a 2018, onde compara a criação de novos postos formais de trabalho, com o fechamento desses mesmos postos. Percebemos que a partir de 2010, quando se inicia esse fluxo migratório, o país começa a sentir os resultados da crise do capital e começa a perder postos formais de trabalho.

Ainda sobre o gráfico, em 2015 e 2016 existe uma intensificação nas perdas de posto de trabalho formal, criando um exército de força de trabalho de reserva, proporcionando ao capital não apenas condição material para o arroxo salarial, mas também para aumentar os postos informais. Mesmo que os postos de trabalhos formais estejam passando por um tímido crescimento, a partir de 2017, agora esses são regulados depois da reforma trabalhista do Temer¹¹³, no mesmo ano que flexibilizou e criou a jornada intermitente, ou seja, mesmo nos trabalhos formais, aumentou a exploração da força de trabalho.

Esse movimento do capital que aumenta a exploração do trabalhador é ainda mais intenso para os imigrantes. Como ilustra a imagem abaixo, a vulnerabilidade os obriga a trabalhar em pé e segurando cordas amarradas nas pontas do pano, onde a mercadoria fica exposta. Um deles fica de fora, rodando como observador atento e se a polícia desponta logo ele grita aos outros, que fecham a trouxa e saem correndo em disparada pelas ruelas, garantindo as mercadorias e livrando-se de impasses com a fiscalização (MATHIAS, 2019).

Imagem 1¹¹⁴:



Fonte: MATHIAS, 2018.

¹¹³Fonte: SENADO. Reforma trabalhista completa um ano sob questionamentos e sem desfecho. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/09/reforma-trabalhista-completa-um-ano-sob-questionamentos-e-sem-desfecho>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

¹¹⁴ Apesar desta imagem ter sido feita na Espanha, decidimos utilizar ela por acreditar representar bem a lógica da economia informal, e principalmente a atividade de camelô muito praticada pelos haitianos no Brasil e no próprio Haiti.

Nesta imagem percebemos imigrantes que trabalham na economia informal, que não apenas tem precárias condições de trabalho, como são trabalhadores expostos a uma atividade considerada ilegal, correndo o risco de perder as suas mercadorias para os mecanismos de fiscalização e conseqüentemente a sua renda mensal.

O desemprego no Brasil faz com que a realidade encontrada pelos imigrantes haitianos seja distante da sonhada no momento em que decidiram migrar, como podemos observar:

Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, que os vistos são relativamente fáceis de obter e há a suposição de que o Brasil não deporta os imigrantes irregulares. Os migrantes que esperavam radicar-se de modo permanente no Brasil eram uma minoria. Os que buscavam meramente residir de forma temporal no país geralmente esperavam poupar de 10.000 a 20.000 dólares por ano (a estimativa resulta das discussões com os grupos focais). Entre os migrantes que buscam residir de maneira permanente, suas expectativas incluíam a compra de um veículo e uma casa, e dispor de fundos suficientes para trazer a toda a sua família ao Brasil e cobrir suas necessidades materiais com um único salário. Quanto aos migrantes mais jovens, suas expectativas principalmente estavam associadas com o acesso a uma educação superior. Não se detectaram ou informaram casos de tráfico de pessoas. No entanto, houve sinais sobre a existência de uma rede profundamente arraigada de traficantes de seres humanos que buscavam lucrar com falsas promessas através de sua associação com fontes informais de crédito e de indivíduos que tratavam de comprar áreas de terrenos a preços preferenciais (MAGALHAES, 2017, p.133. *Apud.* OIM, 2014, p. 16).

Mesmo que a imigração no país não alcance o montante de 1% da população vale ressaltar que os fluxos migratórios trazem grandes desafios não apenas para o governo do Brasil na gestão da sua política migratória, como para diversas instituições públicas e privadas, bem como para a sociedade civil que cumpre um papel fundamental na acolhida dos imigrantes, principalmente instituições e grupos religiosos ligados às pastorais da igreja católica.

A imigração haitiana, apesar de expressivamente ganhar força a partir de 2010, rapidamente se transforma no principal coletivo de migrantes no mercado de trabalho brasileiro e a segunda maior nacionalidade imigrante do século XXI, como também no maior número de entrada no país se considerarmos o recorte temporal de 2010 a 2018, de quando se inicia esse 4º grande fluxo migratório haitiano, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1: Número total de migrantes no Brasil, por ano de registro, segundo país de nascimento, de 2010 até 2018.

País de nascimento	de	Ano de registro

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
TOTAL	416.901	74.339	98.001	106.167	114.527	114.473	125.467	102.721	114.157	1.266.753
BOLIVIA	45.736	12.411	16.275	13.860	7.102	8.265	6.135	6.572	7.813	124.169
HAITI	275	480	4.278	5.602	10.669	14.487	42.423	14.711	14.154	107.079
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	43.308	5.593	5.766	5.414	5.531	4.317	3.576	2.980	2.499	78.984
ARGENTINA	26.564	3.771	4.381	4.973	5.529	5.876	5.111	4.892	4.696	65.793
COLOMBIA	10.515	1.959	2.547	6.021	6.343	7.176	7.408	8.742	9.447	60.158
CHINA	22.868	2.969	3.821	3.995	5.977	5.523	4.517	4.266	4.180	58.116
VENEZUELA	3.809	894	956	935	1.111	965	943	6.894	32.104	48.611
PORTUGAL	16.352	3.266	4.588	5.428	5.039	4.320	2.605	1.963	1.205	44.766
PERU	14.195	1.505	4.844	4.070	4.264	4.209	3.327	3.277	2.931	42.622
URUGUAI	13.321	1.866	2.162	2.826	3.196	4.480	4.560	4.132	5.532	42.075
OUTROS PAÍSES	219.958	39.625	48.383	53.043	59.766	54.855	44.862	44.292	29.596	594.380

Fonte: (Relatório Anual 2019 - Migração e Refúgio no Brasil.i2019, p. 82).

Destacamos que, como observamos na tabela 1, mesmo com a migração venezuelana crescendo rapidamente, a partir de 2015, concentrando o seu maior crescimento em 2019, a haitiana ainda é a maior do século XXI. Assim como, é a nacionalidade imigrante com a maior emissão de carteira de trabalho, chegando ao final de 2018 com 90.607 trabalhadores, ou quase um terço de todas as carteiras emitidas no país, reforçando a tese de que a migração haitiana está vinculada diretamente com o mercado de trabalho.

Realizando uma análise a partir da tabela 1, percebemos que o fluxo migratório iniciado em 2010 teve o seu auge em 2016, concentrando o seu maior crescimento, em decorrência também da conjuntura econômica brasileira, onde havia acabado de sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esses grandes eventos movimentam a economia como um todo, não apenas na geração de emprego no momento da sua construção. Ainda, há também

outro dado crucial que pode ter trazido consequências para esse crescimento, que é a postura chilena na sua política migratória a partir de 2015.

Em 2017 a crise econômica se acentua no Brasil, da mesma forma que se intensifica a instabilidade política, dificultando a situação dos imigrantes que já estão no país e dos que ainda pretendem entrar. Ainda assim, a entrada de haitianos no país nos anos de 2017 a 2019 mantêm um fluxo considerável.

Mesmo com as altas taxas de desemprego no Brasil esse fluxo de haitianos é mantido já que o único país da América Latina que tem taxas de desemprego maior que o Brasil é o Haiti¹¹⁵. Isso somado à conjuntura política no país, conforme discorrido no capítulo 2 sobre a instabilidade política e revolta contra o atual governo que resulta em manifestações à beira de uma guerra civil, faz com que o fluxo de migração atual sofra alterações. Antes vinha para o país primeiro um integrante da família, principalmente homens, e depois o núcleo familiar todo, porém agora estão vindo todos juntos, o que leva a um aumento significativo do número de crianças emigrantes.

Sendo assim, os haitianos não apenas são a principal nacionalidade imigrante no mercado de trabalho brasileira, como já nos primeiros anos desse fluxo migratório superou os demais países em número de emissão de carteiras de trabalho, logo em 2011. Também, destaca-se que 76,3% dessas carteiras foram fornecidas a pessoas oriundas do continente americano, como podemos averiguar na tabela 2:

Tabela 2. Número de Carteiras de Trabalho emitidas para os imigrantes, por ano, e país de origem, de 2010 a 2018:

Principais Países	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	305.796	8.649	13.042	23.244	37.050	45.695	41.352	32.063	35.715	68.986
República do Haiti	90.607	143	2.019	4.500	10.630	17.142	16.993	13.556	11.232	14.392
Venezuela	49.498	106	140	170	182	267	760	2.225	8.424	37.224
Bolívia	17.171	387	583	3.505	4.497	2.997	1.779	1.286	1.109	1.028

¹¹⁵Fonte: G1 GLOBO. Na América Latina, só Haiti tem desemprego maior que o Brasil, aponta pesquisa Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/14/na-america-latina-so-haiti-tem-desemprego-maior-que-o-brasil-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

Argentina	15.237	956	1.127	1.494	2.127	2.851	2.068	1.569	1.477	1.568
Paraguai	14.359	828	1.023	1.901	2.363	2.486	1.900	1.382	1.181	1.295
Peru	9.862	647	514	1.541	1.694	1.772	1.161	926	814	793
Portugal	9347	497	918	1694	2036	1702	1088	592	458	362
Uruguai	9.078	880	869	841	1.237	1.376	1.155	868	882	970
Colômbia	8.826	297	345	450	1.353	1.620	1.257	1.031	1.147	1.326
Senegal	7.806	233	89	203	1.074	2.385	2.657	363	550	252
Outros	74.005	3.675	5.415	6.945	9.857	11.097	10.534	8.265	8.441	9.776

Fonte: (Relatório Anual 2019 - Migração e Refúgio no Brasil.2019, p. 51).

Contando apenas os dados divulgados no primeiro semestre de 2019, onde existiam cerca de 107 mil haitianos no Brasil e desses cerca de 90 mil emitiram carteira de trabalho, é indicado, portanto, que se trata de um fluxo migratório orientado fundamentalmente para o mercado de trabalho e dentro dos parâmetros considerados como idade produtiva, reforçando a nossa hipótese que esse fluxo migratório é orientado principalmente pelo mundo do trabalho. Desses imigrantes haitianos que entraram no Brasil, entre 2011 e 2018, a maioria está entre as faixas etárias de 20 a 49 anos.

Também há um crescimento ocorrido na emissão de carteira de trabalho para mulheres entre 2010 a 2018, se intensificando a partir de 2015, como consequência da crise econômica nacional e os efeitos mais intensos desta sobre as atividades econômicas ocupadas fundamentalmente por homens, como a construção civil e a indústria de transformação, onde a grande maioria é formada pelo sexo masculino, tendo o ano de 2018 registrado a maior distância percentual entre os sexos, com 92,3% para homens e 7,7% para mulheres (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

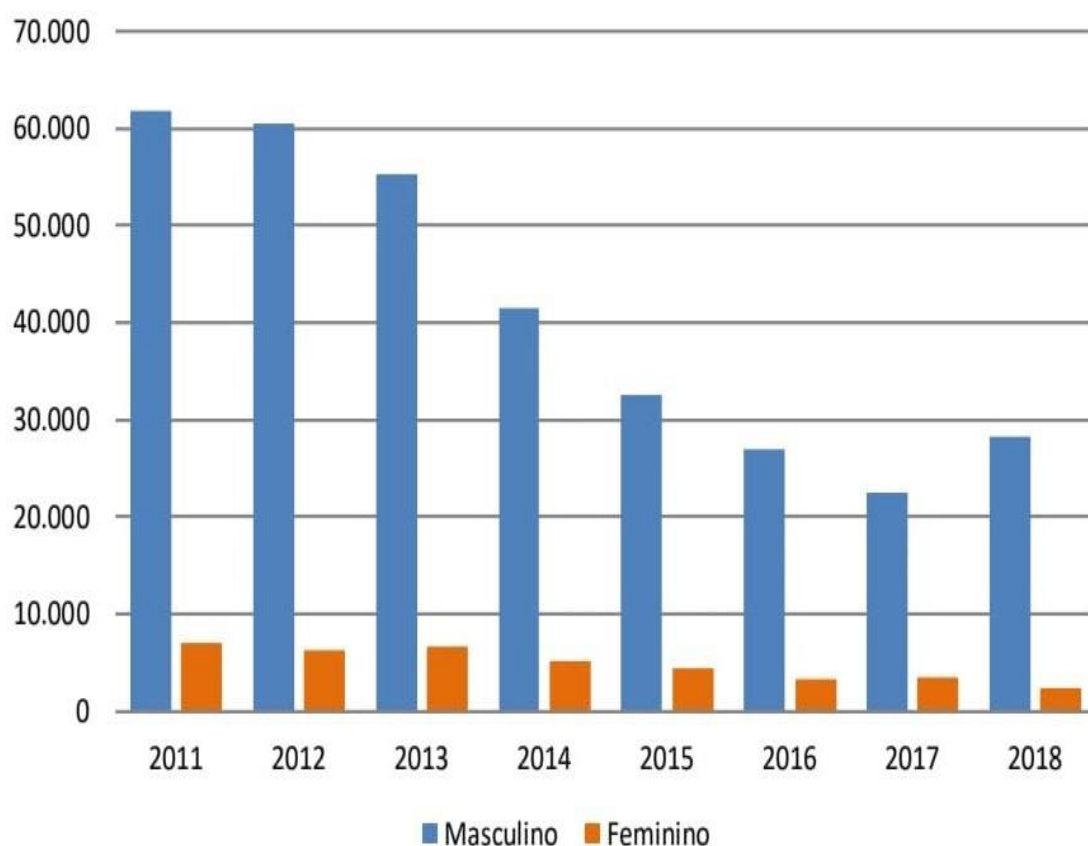
Para dimensionar a diferença entre haitianos homens e mulheres, em números aproximados, segundo publicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018), até o ano de 2017 existiam 95.497 haitianos morando legalmente no Brasil, onde desses 64.628 eram homens e apenas 30.869 mulheres. Analisando esses dados e a conjuntura política e econômica, pressupomos que essa diferença na proporção demonstrada aconteça por dois fatores: por ser

um elemento cultural, no qual o homem emigra primeiro e depois o restante da família; isso, aliado a conjuntura econômica, que por conta dos grandes eventos no Brasil, as principais possibilidades de trabalho eram relacionados à construção civil, que ainda é um espaço majoritariamente masculino.

Mesmo que a crise econômica e suas mudanças nas possibilidades de trabalho tenha mudado um pouco a correlação entre homens e mulheres haitianas no mercado de trabalho, com o crescimento relativo na emissão de carteiras de trabalho entre as mulheres que em 2017 chegou a 45,7% do total do ano, quando analisamos a proporção do fluxo de 2010 a 2020 ainda é muito desproporcional.

Vale destacar que a diferença de gênero não é uma particularidade haitiana, mas sim uma realidade no movimento de imigrantes no Brasil como um todo, onde a maioria das autorizações de trabalho concedidas são para os homens, como podemos observar no gráfico x:

Gráfico 5: número de autorizações de trabalho concedidas, segundo sexo, Brasil, 2011-2018.



Fonte: Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual, 2019 pag. 24.

O preconceito e a discriminação aliada à vulnerabilidade que esses imigrantes se encontram no ingresso ao país, principalmente quando recém chegados, fazem com que essa força de trabalho sejam superexplorada, já que mesmo que muitos desses imigrantes tenham mão de obra qualificada as oportunidades de trabalho são limitadas aos setores da construção civil e de prestadores de serviço, onde concentram as ocupações dos haitianos no mercado formal brasileiro, como podemos observar na tabela 3.

Tabela 3. Movimentação de trabalhadores haitianos no mercado de trabalho formal, segundo principais ocupações de haitianos no ano de 2018:

Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
Total	27.246	18.659	8.587
Alimentador de Linha de Produção	4.474	2.242	2.232
Servente de Obras	2.788	2.473	315
Faxineiro	2.468	1.676	792
Magarefe	1.828	490	1.338
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.036	777	259
Pedreiro	762	767	-5
Cozinheiro Geral	593	439	154
Abatedor	648	218	430
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	432	413	19
Ajudante de Motorista	423	304	119
Repositor de Mercadorias	390	288	102
Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	372	288	84
Trabalhador Volante da Agricultura	322	309	13
Embalador, a Mão	322	197	125
Armazenista	315	202	113
Atendente de Lanchonete	260	254	6
Trabalhador da Manutenção de Edificações	285	219	66

Retalhador de Carne	275	172	103
Almoxarife	259	174	85
Carregador (Armazém)	271	154	117
Outros	8.723	6.603	2.120

Fonte: (Relatório Anual 2019 - Migração e Refúgio no Brasil. 2019, p.62).

Essa tabela 4 é do ano de 2018 mas exemplifica a realidade trabalhista haitiana no Brasil, traduzindo que as possibilidades de trabalho se concentram em setores ligados a prestação de serviços, com pouca valorização financeira e social, sendo que a maior parte das ocupações é concentrada em serviços internos sem muito contato com o público.

Essa tabela também nos demonstra a movimentação de demissão e admissão dos trabalhadores haitianos nos empregos formais de 2018, que junto com os dados divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais-Raiz (2018), desenha que nesse mesmo ano a nacionalidade estrangeira com maior estoque de empregos foi a Haitiana, com 46.820 mil empregos, seguido pela nacionalidade Paraguaia (8.715 mil vínculos), Portuguesa (7.438 mil), Venezuelana (7.353 mil), Argentina (7.279 mil), outras nacionalidades de origem Latino-Americana (6.201 mil), outros (6.033 mil), Boliviana (5.900 mil) e outras nacionalidades de origem africanas (4.502).

Analisando esses dados, podemos supor que mais da metade dos haitianos no Brasil está ocupando atividades informais ou simplesmente estão desempregados.

O desemprego é um problema social grave no Brasil, que afeta a sua população como um todo, mas que para os imigrantes, que tem que lidar com as diversas barreiras impostas pelo idioma e diferenças culturais, é muito mais danoso, piorando a sua condição de vida.

Vejamos que os dados como da tabela 5, sugerem um rodízio maior nos postos de trabalhos formais para os estrangeiros.

Tabela 4: Movimentação de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal segundo ano de movimentação - 2011 a 2018:

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2011	36364	30231	6133
2012	46066	39252	6814

2013	73717	56709	17008
2014	100849	81207	19642
2015	94870	88388	6482
2016	70335	86850	-16515
2017	71814	62588	9226
2018	72081	63101	8980

Fonte: (Relatório Anual 2019 - Migração e Refúgio no Brasil. 2019, p.58).

Analisando a tabela 5, percebemos que o saldo de trabalhadores imigrantes, apesar de positivo na maior parte, é muito baixo, deixando esses indivíduos desempregados ou em postos de trabalhos informais. Esses imigrantes são socialmente vulneráveis, principalmente na sua chegada ao país, e em alguns casos são submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão, como podemos observar nessa descrição:

Os haitianos que conseguiram se inserir no mercado de trabalho vivenciaram condições desumanas, como as denúncias divulgadas pela mídia como o Repórter Brasil (2014) que relatou o discurso do auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos sobre 121 (cento e vinte e um) haitianos que foram resgatados de condições análogas às de escravos em duas operações realizadas em 2013. Segundo as palavras do auditor fiscal, “uma das casas parecia uma senzala da época da colônia, era absolutamente precária (PATRICE. 2017, p. 21).

Os capitalistas buscam expropriar cada vez mais taxas de mais valia dos trabalhadores, mesmo que essa exploração tenha conotações de barbárie. Essa classe se aproveita da crise migratória mundial para arrochar os salários nos seus âmbitos nacionais, ou seja, os imigrantes são utilizados pelo capital para baratear a força de trabalho e assim aumentar os seus lucros. Portanto, assim como apontamos no capítulo II desta dissertação, o capital dirige contra o processo migratório para atingir os seus objetivos.

A incorporação dos haitianos no Brasil foi feita pelo capital, utilizando da sua força de trabalho, para baixar os salários no país, aumentando ainda mais o seu exército industrial de reserva. O salário base dos haitianos no momento da sua contratação no país em 2018, de acordo com dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019), é de R\$ 1.306, sendo que o salário mínimo¹¹⁶ atual é de R\$1.045. Esses rendimentos dificultam a condição de vida desses

¹¹⁶ SENADO. Salário mínimo em 2020 R\$ 1.045. Fonte: Publicada medida provisória que aumenta salário mínimo para R\$ 1.045. disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/31/publicada-medida-provisoria-que-aumenta-salario-minimo-para-r-1.045>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

imigrantes, já que além de se manterem com esse baixo salário, eles ainda têm que fazer remessas de dinheiro para o Haiti.

Não pretendemos nesta pesquisa deixar qualquer margem de interpretação de que o arrocho salarial no Brasil é culpa dos haitianos, ou de qualquer outro migrante, mas acreditamos que esses são utilizados e explorados pelo capital para esse fim.

Vejam no próximo gráfico como o arrocho salarial vem sendo praticado no Brasil:

Gráfico 6:



Fonte: O GLOBO, 2020.

Esse gráfico foi feito pelo jornal O Globo com base nos Microdados do CAGED, onde demonstra que o Brasil não cria vagas com rendimentos acima de dois salários mínimos há 14 anos. O registro do governo de vagas com carteira assinada mostra que a partir de 2006 não houve saldo positivo nas contratações para qualquer faixa de renda com remuneração superior há duas vezes o piso nacional e o mercado de trabalho passou a trocar vagas de maior qualidade por postos de menor rendimento¹¹⁷.

Ainda de acordo com a reportagem, no balanço das vagas criadas e fechadas o Brasil criou 19, 2 milhões de vagas com remuneração abaixo de dois salário mínimos e eliminou 6, 7 milhões de vagas que pagavam mais de dois salários mínimos.

Vale ressaltar aqui que no gráfico 6 podemos observar a partir de 2011, quando começa aumentar a participação dos haitianos no mercado de trabalho formal brasileiro, o processo de

¹¹⁷Fonte: OGLOBO. O Brasil não cria vagas com rendimento acima de dois salários mínimos há 14 anos. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pais-nao-cria-vagas-com-ganhos-acima-de-2-salarios-minimos-ha-14-anos-24211895>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

arrocho salarial começa a aumentar e chega a seus piores índices nos anos de 2015 e 2016, quando os haitianos já são a principal força de trabalho estrangeiro no mercado de trabalho formal do país.

Assim como discorreremos ao longo dessa dissertação, acreditamos que o Haiti serve à divisão internacional do trabalho como mão de obra barata, tanto no seu cenário interno, principalmente na indústria têxtil, como no exterior com a sua emigração, que servem à crise estrutural do capitalismo, para baratear as forças de trabalho na periferia do sistema capitalista aumentando ainda mais a superexploração e o lucro.

Dessa forma, é importante destacar que a forma que a incorporação dos imigrantes haitianos é feita a sociedade brasileira, favorece o Capital, que incentiva a fragmentação dos trabalhadores, pelo motivo que, dificulta a organização coletiva, já que existe uma dificuldade de comunicação entre os imigrantes haitianos e os trabalhadores nativos.

A não unificação das classes subalternas é um problema para a construção de uma outra hegemonia na sociedade brasileira, que enfrente o Capital, utilizando do Estado como ferramenta de dominação, a relação entre as classes dirigentes e o Estado é entrelaçada ao ponto que a “unificação histórica das classes dirigentes reside no Estado e sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados” (GRASMC. *apud* FILIPPINI. P. 230. 2014).

Portanto, a imigração é utilizada pelas classes dominantes para contribuir com a fragmentação das classes subalternas, e impedir o que para Del Roio (2010) foi o esforço de Gramsci, compor uma teoria para a retomada da revolução socialista a partir da estratégia da frente única das classes subalternas, que travando uma guerra de posição com as classes dominantes, no decorrer da qual desenvolve-se elementos de uma reforma econômica e de uma reforma moral e intelectual, para construção de uma nova sociedade civil e de uma nova hegemonia.

Considerações finais

Nosso objetivo inicial nesse trabalho foi verificar a imigração haitiana para o Brasil, imaginávamos um recorte temporal a partir de 2010, até nossos dias, porém, os desdobramentos ao longo da pesquisa se apresentaram um pouco mais complexo, e precisamos fazer uma análise histórica do Haiti, com o intuito de explicar a seguinte questão, porque da escolha do Brasil como destino pela emigração haitiana? E com a seguinte hipótese de que a imigração haitiana é absorvida pelo capital brasileiro através da superexploração da sua força de trabalho, e utilizada para baratear o custo da produção no Brasil.

Ao longo da pesquisa percebemos que o terremoto de grande escala que atingiu o país em 2010, foi um importante marco para esse fluxo migratório, que escolheu o Brasil como um dos seus principais destinos, mas, essa não foi a principal causa, ao contrário do que imaginávamos no começo desse trabalho, foi apenas mais um elemento, por mais importante que fosse. Descobrimos que a emigração não é apenas enraizada na cultura haitiana, como ganha status de política de Estado, que depende das remessas desses emigrantes para a sua economia.

A migração também é uma das consequências das intervenções imperialistas que o país vem sofrendo ao longo da sua existência, que busca a manutenção do país na posição de subalterno e dependente no sistema do Capital, ocupando o papel de ser força de trabalho de baixo custo na divisão internacional do trabalho, como os demais países da periferia do sistema capitalista. Entretanto, o país para além da sua posição no processo de acumulação do Capital, tem uma particularidade, que é o racismo dos Imperialistas perante a essa nação, que é majoritariamente formada por pessoas negras, e tem uma história marcada pelo enfrentamento ao processo do Capital.

Para desenvolver essa pesquisa, recorreremos ao Método, que apesar de difícil manuseio, acreditamos nos instrumentar melhor, o Materialismo Histórico e Dialético de Marx, para fazer a digressão, e analisar o processo histórico do Haiti, passando pela sua formação até os dias de hoje. Assim como utilizamos conceitos de Gramsci para melhor instrumentar esse trabalho, além de, considerarmos a definição de Mészáros dos pilares do sistema capitalista, refletindo sobre a tríplice Capital, Trabalho e Estado.

No decorrer do estudo, nos deparamos com a formação do Haiti como um Estado Nação, se tornando o primeiro país latino-americano a conquistar a sua independência, e contribuindo com os demais processos de conquista de independência no continente. Esse foi o pecado original que o país cometeu e jamais foi perdoado pelas potências imperialistas e colonizadoras.

A existência do Haiti e a resistência da sua população aos mandos do Capital, até os dias de hoje, é um afronta ao Imperialismo, que não aceita a sua autodeterminação, e constantemente intervém no país, os castigando, e contribuindo para a condição de vida precária da maior parte do seu povo na linda ilha caribenha.

O papel do Haiti na divisão interacional do trabalho é o de ser força de trabalho de baixo custo, seja no seu âmbito interno, onde os salários são baixos, e a política econômica do país é a de incentivos a zonas francas, com uma economia voltada majoritariamente para a exportação, em sua maioria para os Estados Unidos da América. Ou no âmbito externo, onde a sua emigração é absorvida pelos capitalistas no âmbito interno das nações, que utilizam dela para baratear as forças de trabalho e criar um exército industrial de reserva, e assim aumentar os seus lucros.

A condição de vida do povo haitiano é utilizada como exemplo pelo Capital, para quem ousar desafiar as suas “leis”, e, ainda a emigração haitiana é incentivada ao mesmo tempo que é controlada, ou seja, é dirigida de acordo com os seus interesses, servindo para baratear os custos de produção, e aumentar a exploração dos trabalhadores.

Antes dos haitianos escolherem o Brasil como destino, o que ocorreu a partir de 2010, os brasileiros já estavam no Haiti desde 2004, a serviço das potências imperialista, principalmente dos Estados Unidos da América, Canadá e da França. Os militares e cívies brasileiros foram responsáveis pelo comando da ocupação armada, realizada sob a tutela da ONU no Haiti.

A ocupação foi batizada de MINUSTAH, e o Brasil defendeu os interesses Imperialista, em essa que foi mais uma das ocupações realizadas no Haiti, utilizando de aparatos de guerra em um país que não estava em guerra. E impossibilitando o país do seu direito de se autogovernar, deixando não apenas o Estado haitiano à margem do processo de reconstrução, como, contribuindo para a ideia de que os haitianos são incapazes de lidar com os seus problemas internos.

Desse modo, esse fenômeno, foi reforçado após o terremoto de 2010, e o país foi transformado em um ambiente de espetáculo e paraíso para as ONGs, que de acordo com o Ricardo Seitenfus, 60% da ajuda financeira anunciada e aprovada não chegou ao Haiti. Outros 20% que chegaram saíram imediatamente e 19% foram para instituições internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Cruz Vermelha, entre outras. As instituições do Haiti receberam somente 1% das doações”.¹¹⁸

¹¹⁸Fonte: EL PAÍS. As lições do Haiti. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-12/as-licoes-do-haiti.html>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Sendo assim, apesar do que é propagado, principalmente no Brasil a respeito da MINUSTAH, concluímos que a missão foi um desastre para o povo haitiano, deixando um saldo de milhares de mortos, seja em operações militares nas periferias do país, ou como no caso da cólera que se espalhou por causa da missão. Bem como, os militares deixaram no Haiti sem nenhuma espécie de amparo, pelo menos, 265 crianças, filhos de militares que participaram da missão.¹¹⁹

A missão também não cumpriu o que prometeu, e após, o seu fim, não apenas a condição de vida no país não melhorou, como, o país está há mais de dois anos a beira de revoltas, e grandes manifestações políticas, consequência das péssimas condições de vida da sua população, nós reforçando a tese de que uma das funções da MINUSTAH, era a busca do consenso na sociedade haitiana, impedindo qualquer manifestação de resistência ao projeto do capital.

Ao analisar a chegada dos imigrantes haitianos ao Brasil, confirmamos a nossa hipótese de que as migrações são utilizadas como subprodutos de expansão imperialista do capital, com a função de baratear a força de trabalho e criar um exército de reserva de trabalho para baratear os custos do processo de produção.

Os haitianos são incorporados na sociedade brasileira pelo viés do Capital, da sua exploração e precarização na condição de vida, que recebendo em média salários baixos, que somados as suas despesas com remessas feitas para os familiares no Haiti, mas os custo de vida no Brasil, os garante péssimas condições de vida.

Portanto, a atuação no Haiti, através das relações internacionais, foi utilizada pelo Imperialismo como um laboratório a ser testado, utilizando do fundamentalismo religioso e da MINUSTAH, para conquistar a hegemonia do capital na sociedade haitiana. Compreendemos assim, que o Haiti hoje é resultado de um processo histórico de exploração e colonialismo motivado tanto por interesses capitalistas primordiais, quanto pelo racismo ocidental.

Compreendemos que não se pode analisar o Estado separado do Capital e do Trabalho, e a crise migratória é uma consequência da crise do processo de acumulação do atual estágio do Capital. Assim como, demonstram as concepções do Mézaros, quando aponta que o Estado, enquanto “modalidade historicamente estabelecida de tomada de decisão global afeta mais ou menos diretamente a totalidade das funções reprodutivas da sociedade”. (MÉSZÁROS, 2015, p.28/16)

¹¹⁹Fonte: EL PAÍS. Os filhos abandonados da ONU no Haiti. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Celso. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevista da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília; São Paulo: FUNAG; Editora da UNESP, 2016.

ANDRADE, Mariana. **De Marx a Mézáros: a inseparável relação entre o Estado e a Reprodução do Capital**. In: PANIAGOM, Maria (org). Marx, Mézáros e o Estado. São Paulo. Instituto Lúkács. 2012.

BERSANI, Ana Elisa; HANDERSON, Joseph (org). **Dossiê dinâmicas migratórias haitianas no Brasil: desafios e contribuições**. Temáticas revista dos pós-graduandos em ciências sociais. ano 25, nº49/50, 2017 – Campinas- Sp. IFCH/UNICAMP.

BIANCO, Bela Feldman; CAVALCANTI, Leonardo (org). **Dossiê: Imigração haitiana no Brasil: Estado das Artes**. Periplos. Revista de Investigación sobre Migraciones. VOLUME 01 - NÚMERO 01 – 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil**. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília. 2007.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil (2008-2009)**. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília. 2010.

BRITO, Cássius. **Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo federal (2003-2010)**. Maringá. 2017. 204 fls. Dissertação (Ciências Sociais) Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

BOTTOMORE. Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio. **A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração; Organização Internacional para Migrações (OIM). Brasília, DF: OBMigra. 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra, Ed. Especial**, Brasília, 2015.

CAVALCANTI, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra, D. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015**. Observatorio das Migracoes Internacionais; Ministerio do Trabalho e Previdencia Social/Conselho Nacional de Imigracao e Coordenacao Geral de Imigracao. Brasilia, DF: OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, L; Oliveira, T.; Araujo, D. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.

CAVALCANTI, L; Oliveira, T.; Araujo, D., Tonhati, T. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

CAVALCANTI, L; Oliveira, T.; Macedo, M. **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CAVALCANTI, L; Oliveira, T.; Macedo, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

COGGIOLA, Oswaldo. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. Xamã. São Paulo. 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson; Introdução a Gramsci. In: **Cadernos de Estudos ENFF, 5 Gramsci e a formação política**. 1 edição. São Paulo. 2012.

FANON. Frantz. **Racismo e Cultura**. In. Dossiê: Questão ambiental na atualidade n. 13. Revista Convergência Crítica, 2018.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria C. G. **Migração haitiana ao Brasil: diálogo bilateral**. Brasília: Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”. Relatório Final, 2014.

FONTE, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**; tradução de Galeano de Freitas, 14 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982.

_____ **O racismo e o assédio contra o Haiti**. Portal Vermelho. São Paulo. 2010.

_____ **A história do Haiti é a história do racismo**. Ecodebate. Rio de Janeiro. 2010.

_____ **Haiti país ocupado**. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=InzT6QzpNfo>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Apresentação da edição em Português**. In. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais/ compilado por Edgardo Lander. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales- CLACSO, 2005, p 9-15.

HARLEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola. São Paulo. 2008.

HANDERSON, Joseph. **Díáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015, 429f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

IANNI, Octavio. **A questão nacional na América Latina**. In. Estud.av. vol.2 no.1 São Paulo Jan./Mar. 1988.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICA EN DERECHOS HUMANOS – IPPDH.
Diagnóstico regional sobre migración haitiana, Agosto, 2017.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Haitianos no Brasil: Dados estatísticos, informações e uma Recomendação**. Brasília. 2016.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos.** São Paulo: Boitempo. Editorial,2007.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos Negros.** In: LOWY, Michel (Org). O marxismo na América Latina: uma ontologia de 1909 aos dias atuais. 3ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, p 239-249.

KENKEL, Kai Michael, MORAES, Rodrigo Fracalossi de (orgs). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação.** Ipea. Brasília. 2012.

LAHENS, Yanick. **Falhas.** Tradução: Sérgio Duarte. FUNAG. Brasília. 2012.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)** / Orgs. Guido Liguori e Pasquale Voza – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti.** 2007. 353 f. Tese (Doutorado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

MAGALHÃES, Felipe Aires. **O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina** – SC. REBELA, v.5, n.1. jan./mar. 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti.** Campinas. 2017. 355 fls.Tese. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensaios de interpretação da realidade peruana;** tradução, Salvador Obiol de Freitas e Caetano Lagrasta. 2 ed. Alfa-omega. São Paulo. 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARTINELLI, Talita. **Política externa brasileira e América do Sul: uma escolha estratégica (2003-2010).** MARINGÁ. 2018. 175 fls. Dissertação (Ciências Sociais) Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

MARTINS, José Renato Vieira (org). **A Diáspora Haitiana da utopia à realidade.** Foz do Iguaçu - PR. Gráfica Grape. 2014.

MARQUES, Leonardo. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos de C.L.R James**. Revista Verciculo, nº 6/7.2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATHIAS, Meire. **Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 15, n. 175, p.69-75, ago. 2015.

_____ Teoria de Relações Internacionais e a concepção de política exterior: uma reflexão em Gramsci. In: PASSOS, R. D. F. dos; FUCCILLE, A. (Orgs.) **Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MATHIAS, Meire e BRITO, Cássius de. **Dependência, imperialismo e capitalimperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina**. In: REBELA, v.6, n.2. mai./ago. 2016

MATHIAS, Meire e PALICER, Raony. Hegemonia e política internacional: a centralidade da América Central. In: SANTOS, Cleito, MARQUES, Diego, BRAGA, Lisandro Braga (orgs). **América Latina em movimento: dominação, hegemonia e resistência**. Curitiba: CRV, 2018. 172p.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria, Simon, Renel. **Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano: biografia de Renel Simon**. Lajeado: Editora da Univates, 2015.

MENEZES, Thais Silva e REIS, Rossana Rocha. **Direitos humanos e refúgio; uma análise sobre o momento pós-determinação do status de refugiado**. In: Revista brasileira de política internacional. IBRI- Brasília, janeiro- junho, ano 56nº1. 2013.

MÉZÁROS, István, 1930- **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**/ tradução; Maria Izabel Lagoa. 1.ed. –São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTALVÃO, Nicolle Pereira. **As mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia**. Maringá, 2018. 157 f. Dissertação (Ciências Sociais) Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

NETO, Floriano Peixoto Vieira. Epopeia militar brasileira no Haiti. IN: Organizadores: Dra Eduarda Passarelli Hamann e Cel Carlos Augusto Ramires Teixeira. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017), percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Edição especial. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro.2017.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro (ORG). **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro. Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica número 1. IBGE. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Inserção Laboral de Migrantes Internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo**. Brasília. 2017.

PALICER, Raony, **O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional**. Maringá. 2017. 132 fls. Dissertação (Ciências Sociais) Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

PATRICE, Jean René. **Migrantes haitianos em São Paulo e superexploração da força de trabalho. Belém: 2017. 120 folhas**. Dissertação–Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estud. av. 2005, vol.19, n.55, pp.9-31.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da nação latino-americana**. 3º edição. Florianópolis: Insular, 2014.

RAMPINELLI, Waldir. **Prefácio**. in. História da nação latino-americana. 3º edição. Florianópolis: Insular, 2014.

SÁ, Miguel Borba de. **Haitianismo: colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro**. Tese. Rio de Janeiro. 2019. 283 fls. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais.

SANTOS, Theotônio. Subdesenvolvimento e Dependência. In: LOWY, Michel (Org). **O marxismo na América Latina: uma ontologia de 1909 aos dias atuais**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 398-402.

SEGUY, Franck. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano**.

Recife: 2009. 219 folhas. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2009.

_____. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** 2014. 399 fls. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Haiti: a soberania dos ditadores.** Porto Alegre; Solivros.1994.

_____. Haiti. **Dilemas e Fracassos Internacionais.** Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2014, 464p.

SOARES, Samuel Alves. A defesa na política externa da era Lula: de uma defesa elusiva a uma liderança proclamada. In: Freixo, Adriano... **A política externa brasileira na era Lula: um balanço.** 1.ed. Rio de Janeiro. Apicuri. 2011.

TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TONET, Ivo; LESSA, Sergio. **A grande Revolução Russa (1971-1921).** 1ª Edição. Maceió. Coletivo Veredas, 2018.

VAZ, Anelise. **Muito além da paz: a missão humanitária da ONU no Haiti.** Appiris. 1. ed. Curitiba. 2015.

WORDSWORTH. Wiliam. **Apêndice.** In. Os jacobinos negros. Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo. Editorial, 2007.

OUTRAS FONTES

ACRE sofre com invasão de imigrantes do Haiti. **OGlobo.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

ACNUR / UNHCR. La agencia de la ONU para los Refugiados. Relatório. **TENDENCIAS GLOBALES 2017.** Desplazamiento forzado 2017. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2018/Global_Trends_Forced_Displacement_in_2017/TendenciasGlobales_2017_web.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ACNUR / UNHCR. La agencia de la ONU para los Refugiados. **Migrações, Refúgio e Apatridia**: guía para comunicadores. 1º ed. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ANDRADE, H. Intervenção cede blindados do Haiti ao Bope com aparato menos letal. **Folha de S. Paulo**. 28 de março de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/intervencao-cede-tanques-do-haiti-ao-bope-com-aparato-menos-letal.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

APÓS 13 anos, Brasil deixa o Haiti entre paz frágil e miséria. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 15 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1913374-apos-13-anos-brasil-deixa-o-haiti-entre-paz-fragil-e-miseria.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ARISTIDE acusa França de seqüestro na Justiça. **BBC Brasil**. 31 de março de 2004. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/03/040331_aristiderc.shtml>. Acesso em: 11 julho. 2019.

AS lições do Haiti. **EL País**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-12/as-licoes-do-haiti.html>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Refúgio em Números**. 3º-ed. Brasília. 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refugio-em-nasmeros_1104.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **O Brasil na MINUSTAH (Haiti)**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **Jaques Wagner conhece ações sociais das Forças Armadas no Haiti**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/16337-jaques-wagner-conhece-acoes-sociais-das-forcas-armadas-no-haiti>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **MINUSTAH: Últimos militares do 26º contingente retornam ao Brasil**. Disponível em:

<<https://www.defesa.gov.br/noticias/35867-minustah-ultimos-militares-do-26-contingente-retornam-ao-brasil>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **MINUSTAH passa Cité Soleil á Polícia Nacional Hatiana**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/32114-minustah-passa-cite-soleil-a-policia-nacional-haitiana>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

_____. Ministério da Defesa. **50 Aniversario da missão pacificadora na República Dominicana**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/_/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/50-aniversario-da-missao-pacificadora-na-republica-dominica-1>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CÁRITAS. Brasileira Regional Paraná. **Relatório Anual 2019. Integração Local de Refugiados (as) e Solicitantes de Refúgio**. Secretaria Regional, Curitiba, 2019.

CARRAZANA, Alcides Garcia. Haiti no MINUSTAH: Novidades Haití. **JUBILEO SUR/AMÉRICAS**. BELO HORIZONTE. 09 DE JULHO DE 2018. Disponível em: <<https://jubileosuramericas.net/haiti-no-minustah-novedades-haiti/>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

CIA. **World Factbook**. Mapas. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/attachments/images/large/central_america-political.jpg?1547145649>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CIDADE no Mato Grosso do Sul vira nova porta de entrada para haitianos. **BBC Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45278905>> Acesso em: 20 jan. 2020.

COELHO, H.; MARTINS, M. Interventor Federal diz que ‘Rio é um laboratório para o Brasil’. **G1- Globo – Rio de Janeiro**. 27/02/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/autoridades-detalham-medidas-da-intervencao-federal-o-rio-de-janeiro.ghtml>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

DESEMPREGO cai para 11,8% com informalidade atingindo maior nível da série histórica. **IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25534-desemprego-cai-para-11-8-com-informalidade-atingindo-maior-nivel-da-serie-historica>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

DILMA; **Dilma fala a imprensa em viagem ao Haiti**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=62O8dWoFtvY>> acesso em: 08 jan. 2020.

DISCURSO do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da “Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti” - Brasília, 23 de maio de 2006.

DISCURSO do Ministro Celso Amorim na abertura do debate geral da “LX Assembléia-Geral das nações Unidas”. Nova York, 17 de setembro de 2005.

DISCURSO do Presidente Lula na “cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti”. Brasília, 31 de maio de 2004.

DISCURSO do Presidente Lula durante “cerimônia de assinatura de atos e declarações à imprensa”. Porto Príncipe, 28 de maio de 2008.

ENTREVISTA concedida pelo Ministro Celso Amorim ao programa **Roda Viva**. São Paulo, 24 de março de 2008.

ENTREVISTA de Ricardo Seitenfus para o **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 19 de abril de 2008.

ENTREVISTA de Ricardo Seitenfus para **Folha de S. Paulo** “Missão termina sem mudar cenário socioeconômico. São Paulo, 03 de setembro de 2017.

FADISMA oferece denúncia contra a ONU. **FADISMA**. Santa Maria. 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://www.fadisma.com.br/noticias/fadisma-oferece-denuncia-contra-a-onu-884/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FLAG And coat of arms. **Embassy of the Republic of Haiti Washinton**. Disponível em: <<http://www.haiti.org/flag-and-coat-of-arms/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GOVERNO da Argentina endurece leis de migração e nega que ações tenham influência de Trump. **G1 Globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/governo-da-argentina-endurece-leis-de-migracao-e-nega-que-aco-es-tenham-influencia-de-trump.ghtml>> . Acesso em: 10 fev. 2020.

HAITI serviu como laboratório para a política de UPPS. **Cartacapital**. Porto Príncipe. 21 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

HAITI soma mais de uma semana de protesto contra o governo de Moise. **El PAÍS**. Porto Príncipe. 18 de fevereiro de 2018. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/15/album/1550250482_649881.html#foto_gal_1>.
Acesso em: 05 ago. 2019.

HELENO, Augusto. “**Recebo pressão por violência**”. *Folha de S. Paulo*, 3 de dezembro de 2004. Disponível em:
<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16279&keyword=Heleno%2Cgeneral&anchor=5329969&origem=busca&_mather=499851f2fb936991&pd=c1eebc8298a619f86637d7e97f6bdd5c>. Acesso em: 31 jul. 2019

IMIGRANTES haitianos são escravizados no Brasil. **DMT Em Debate**. Disponível em:
<<http://www.dmtemdebate.com.br/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

INSTITUTO de Segurança Pública. **Unidades de Polícia Pacificadora - O que são?** Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ITÁLIA vai multar barcos que resgataram refugiados no mar. **OGLOBO**. Disponível em:
<<https://oglobo.globo.com/mundo/italia-vai-multar-barcos-que-resgataram-refugiados-no-mar-23734603>>.
Acesso em: 10 fev. 2020.

HARVAR Law Student Advocates for Human Rights, Cambridge, Massachusetts & Centro de Justiça Global. **MANTENDO A PAZ NO HAITI?** Uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu Mandato como Parâmetro de Sucesso. São Paulo. 2005.

KAWAGUTI, Luis. As estratégias do Haiti que estão sendo usadas na intervenção do Rio. **Uol**. Rio de Janeiro. 02 de abril de 2018. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/02/as-estrategias-do-haiti-que-estao-sendo-usadas-na-intervencao-do-rio.htm?cmpid=copiaecola%20acesso%20em%2006%20de%20julho%20de%202019>>.
Acesso em: 06 ago. 2019.

KAWAGUTI, Luis. LANG, Marina. "O Rio de Janeiro é laboratório para o Brasil", diz general interventor. **Uol**. Rio de Janeiro. 27 de fevereiro de 2018. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/27/intervencao-e-janela-de-oportunidades-para-a-seguranca-do-rio-diz-general-interventor.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

LULA; Lula destaca no Haiti sua missão de paz. **Uol**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/08/18/ult34u102371.jhtm>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MÉXICO fecha fronteira com a Guatemala ante a chegada da nova caravana migrante. **EL País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/19/internacional/1579389982_024534.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MINISTÉRIO da Justiça revoga portaria 666 e publica nova medida sobre deportações. **MIGRAMUNDO**. Disponível em: <<https://www.migramundo.com/ministerio-da-justica-revoga-portaria-666-e-publica-nova-medida-sobre-deportacoes/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (**MINUSTAH**). Disponível em: <<https://minustah.unmissions.org/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MISSÃO DAS NASÇÕES UNIDAS PARA O APOIO Á JUSTIÇA NO HAITI (**MINUJUSTH**) Disponível em: <<https://minujusth.unmissions.org/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MISSÃO no Haiti torna Brasil referência em treinamento de forças de paz. Defesanet. Brasília. 25 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/19227/Missao-no-Haiti-torna-Brasil-referencia-em-treinamento-de-forcas-de-paz/>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

MOURA, Iara. **Movimentos sociais da América latina e do Caribe pedem o fim da Minustah e reparação para o povo haitiano**. Disponível em: <<http://pacs.org.br/2014/10/08/movimentos-sociais-da-america-latina-e-do-caribe-pedem-o-fim-da-minustah-e-reparacao-para-o-povo-haitiano>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

MORO manteve portaria de deportação sumária apesar de advertência da AGU. **Uol**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/ministerio-da-justica-manteve-portaria-666-apesar-de-advertencia-da-agu.shtml>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

NAÇÕES Unidas Brasil. **Capítulo VII**: Ação relativa a ameaça á paz, ruptura da paz e atos de agressão. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>>. Acesso em: 26 Jul. 2019.
NA América Latina, só Haiti tem desemprego maior que o Brasil, aponta pesquisa. **G1 Globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/14/na-america-latina-so-haiti-tem-desemprego-maior-que-o-brasil-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

NA Índia, Bolsonaro diz que, no Brasil, imigrantes têm 'mais direito que nós'. **BBC Internacional**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

NOVA onda de haitianos chega ao Brasil pela Guiana e engrossa êxodo de estrangeiros em Roraima. **G1 Globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/16/nova-onda-de-haitianos-chega-ao-brasil-pela-guiana-e-engrossa-exodo-de-estrangeiros-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

O Brasil não cria vagas com rendimento acima de dois salários mínimos há 14 anos. **OGlobo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pais-nao-cria-vagas-com-ganhos-acima-de-2-salarios-minimos-ha-14-anos-24211895>>. Acesso em: 26 jan. 2020

O Brasil tem pouco imigrante. **Uol**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#o-brasil-tem-pouco-imigrante>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

O que fazer com os haitianos? **Istoé**. Disponível em: <https://istoe.com.br/359705_O+QUE+FAZER+COM+OS+HAITIANOS+/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. **EL País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

OS filhos abandonados da ONU no Haiti. **EL País**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PARA Celso Amorim, nações ricas têm concepção diferente do Haiti. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 3 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16279&keyword=Heleno%2Cgeneral&anchor=5329969&origem=busca&_mather=499851f2fb936991&pd=c1eebc8298a619f86637d7e97f6bdd5c>. Acesso em: 31 jul. 2019.

PESQUISA sobre mercado formal de trabalho indica subaproveitamento de mão de obra estrangeira qualificada. **DAPP FGV**. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/pesquisa-sobre-mercado-formal-de-trabalho-indica-subaproveitamento-de-mao-de-obra-estrangeira-qualificada/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PORTARIA 666 de 25 de julho de 2019. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PORTARIA 770 de 11 de outubro de 2019. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-770-de-11-de-outubro-de-2019-221565769>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PRESIDENTE da Turquia ameaça enviar imigrantes à Europa em resposta às críticas por ofensiva na Síria. **OGLOBO**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/10/erdogan-da-turquia-ameaca-a-europa-com-fluxo-de-migrantes-em-resposta-as-criticas-por-ofensiva-na-siria.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

REFORMA trabalhista completa um ano sob questionamentos e sem desfecho. **Senado**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/09/reforma-trabalhista-completa-um-ano-sob-questionamentos-e-sem-desfecho>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SALÁRIO mínimo em 2020 R\$ 1.045. Fonte: Publicada medida provisória que aumenta salário mínimo para R\$ 1.045. **Senado**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/31/publicada-medida-provisoria-que-aumenta-salario-minimo-para-r-1.045>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SELEÇÃO Brasileira faz o Jogo da Paz no Haiti. **Confederação Brasileira de Futebol-CBF**. 09 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/torcedor/jogos-inesqueciveis/em-porto-principe>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

SUPREMO autoriza Trump a utilizar dinheiro do Pentágono para o muro com o México. **EL País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/27/internacional/1564182188_174840.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

TAVARES, Joelmir. Militares que atuaram no Haiti ganham destaque no governo Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 de novembro 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ZANINI, Fábio. Brasil relatou falta de diretrizes ao abordar civis em ação no Haiti. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 de março de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/brasil-relatou-falta-de-diretrizes-ao-abordar-civis-em-acao-no-haiti.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

8 razões pelas quais os britânicos votaram pela saída da União Europeia. **BBC Internacional**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36609225>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

50 anos depois, brasileiros que lutaram na República Dominicana brigam por reconhecimento. **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/05/150522_soldados_faibras_brasil_dominicana_lgb>. Acesso em: 19 ago. 2019.